



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0541/08	DATA: 29/04/2008
INÍCIO: 08h48min	TÉRMINO: 14h59min	DURAÇÃO: 06h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 06h09min	PÁGINAS: 118	QUARTOS: 74

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Coordenador da FUNASA.
SELESTINA DELMUNDES BEZERRA – Chefe do Distrito Sanitário Indígena do Tocantins – DESEI/TO.
ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ – Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Tocantins.
JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ – Líder Indígena da Aldeia Botica.
LÁZARO CALIXTO XERENTE – Líder Indígena da Aldeia Paraíso.
CLESO FERNANDES MORAES – Administrador Regional da Fundação Nacional do Índio no Município de Araguaína, Estado do Tocantins.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa de Palmas – Tocantins.
Há expressões ininteligíveis
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Grafias não confirmadas: IABI, FIABI e CONDIS.
A reunião foi suspensa e reaberta.
Há oradores não identificados.



A SRA. APRESENTADORA (Juliana) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins dá as boas-vindas aos participantes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, conseqüências e os responsáveis pelas mortes de crianças indígenas por subnutrição nos anos de 2005 a 2007 e deseja boa sorte no andamento dos trabalhos.

Informamos aos presentes sobre a composição desta Mesa: o Presidente da CPI da Subnutrição Indígena, Exmo. Sr. Deputado Federal Vital do Rêgo Filho, do PMDB, do Estado da Paraíba; o Relator dessa CPI, Exmo. Sr. Deputado Federal Vicentinho Alves, do PR, do Estado do Tocantins; a Exma. Sra. Deputada Federal pelo PR do Estado da Bahia, Jusmari Oliveira; o Exmo. Sr. Deputado Federal Cleber Verde, do PRP, do Maranhão; o Exmo. Sr. Deputado Federal Sebastião Madeira, do PSDB, do Estado do Maranhão; o Exmo. Sr. Deputado Federal Edio Lopes, do PMDB, do Estado de Roraima; e o Exmo. Sr. Deputado Federal Carlos Brandão, do PSDB, do Estado do Maranhão.

Convidamos também para composição da mesa o Exmo. Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, Deputado Estadual Fabion Gomes.

(Palmas.)

Gostaríamos também de citar e agradecer as presenças do Exmo. Sr. Deputado Estadual Raimundo Moreira, do Exmo. Sr. Deputado Estadual Marcello Lelis, do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dr. Zé Viana e da Exma. Sra. Deputada Estadual Solange Duailibe. Agradecemos também a presença do Exmo. Sr. Deputado Estadual José Geraldo.

Convidamos os representantes das comunidades indígenas a tomarem os lugares reservados na segunda fileira deste auditório. Os representantes das comunidades indígenas que se encontram ali ao fundo do auditório retomem essa segunda fileira, que foi reservada para vocês.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Muito bom-dia, senhoras e senhores.



Quero agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Tocantins, na pessoa do Sr. Presidente, e dizer da satisfação de estar nesta Casa, nesta cidade, uma cidade em que a gente chega e encontra planejamento, organização, condução administrativa, e chega com companheiros que efetivamente têm, junto à CPI, visitado este Brasil inteiro.

Hoje, para nós, ao concluirmos a primeira fase deste processo, quando efetuamos a nossa última diligência no País, para analisar as causas da mortalidade infantil e, muito mais, as causas e conseqüências da relação governamental no que diz respeito à saúde indígena, deixamos como última parada, como última pousada, a bela cidade de Palmas, Capital maravilhosa do Estado do Tocantins, na companhia de um dos seus filhos mais ilustres e, para nós colegas seus, Deputados, uma pessoa da mais alta qualificação. Relator-Geral da nossa CPI, o Deputado Vicentinho Alves tem uma história neste Estado (*palmas*), e que estas primeiras palavras sejam dirigidas a S.Exa. para dizer do carinho com que ele tem, na condução dos trabalhos desta CPI, tratado o assunto indigenista no Tocantins, como uma prioridade do seu mandato, como de certo todas as causas deste Estado.

Vir ao lado de Vicentinho; ao lado de Jusmari, que nos dá a honra da sua companhia nesta missão, integrante da CPI; ao lado do meu querido amigo Edio Lopes, representante de Roraima; ao lado do maranhense ilustre Cleber Verde, representando o PRB; ao lado do meu querido Sebastião Madeira, representando também o Estado do Maranhão, e com Carlos Brandão, colega Deputado maranhense, nós estamos aqui para discutir a questão da saúde indígena no Tocantins.

E hoje, Vicentinho, quando aportávamos no desconfortável Amazonas, eu lembrava todas as outras viagens que fizemos, quando discutíamos não apenas as causas de mortalidade infantil dos anos de 2005 a 2007, objetivo desta Comissão, mas, como em todo o processo, a saúde indígena no País. E você reservou esta data, você que já pousou em tantas aldeias como piloto, você que pilota tão bem a Comissão, você certamente está muito feliz por trazer o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, à sua terra, à sua cidade e à sua Assembléia. Eu vejo com o quanto de satisfação, de sorriso largo, de abraço fraterno, de amizade desinteressada, que os funcionários da Casa têm com o seu ex-Presidente.



Querido amigo Vicentinho, receba os nossos parabéns.

E, neste momento, declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, conseqüências e responsabilidades pela mortalidade infantil indígena, nos anos de 2005 a 2007.

A presente reunião destina-se à oitiva de testemunhas que foram arroladas de forma prévia pela Comissão Parlamentar de Inquérito, atendendo ao Requerimento nº 81, do Deputado Vicentinho Alves, e nesta ocasião convido o Sr. Coordenador da FUNASA, João dos Reis Ribeiro Barros (*palmas*) a tomar parte da Mesa — o competente cerimonial da Assembléia já providenciou todas as identificações —; a Dra. Selestina Bezerra, Chefe do Departamento de Saúde Indígena da FUNASA (*palmas*); o Dr. Antônio Marcos Leal Senna, Presidente do Distrito de Tocantins (*palmas*); o colega Vereador Darci Javaé, da Câmara Municipal de Formoso do Araguaia (*palmas*); o colega Parlamentar José Hani Karajá, representando a Lagoa da Confusão; o senhor líder indígena José Ribeiro Apinajé, representando a Aldeia Boticá, ou Botica (*palmas*) — Botica? Vocês me ajudem, porque os nomes são vocês que conhecem. Botica. Pronto; a pronúncia é essa. O senhor líder indígena Lázaro Calixto Xerente, representando a Aldeia Paraíso (*palmas*) — Lázaro, seja bem-vindo.

Acho que estamos todos aí. Só não atendeu ainda o Sr. Vereador Hani.

A convocação dos senhores líderes da comunidade indígena do Tocantins atende ao requerimento do Deputado Vicentinho Alves. Como fazemos em todas as audiências públicas nos Estados, nós aproveitamos o espaço franqueado pelas Assembléias Legislativas, pelas Câmaras Municipais, para reunir o maior número de comunidades, no sentido de colher também o maior número de informações sobre o processo de saúde indígena no Brasil. Por isso que, atendendo à solicitação do Deputado Vicentinho, nós convocamos essas autoridades do Poder Legislativo, essas personalidades do mundo indigenista nacional e essas lideranças dos órgãos institucionais.

Os Srs. Parlamentares terão o seu prazo; o tempo concedido a cada convocado será de 15 minutos, podendo ser prorrogado, a juízo desta Presidência, de acordo com o momento dos debates.



Cada Deputado inscrito terá até 5 minutos para a sua exposição e as suas indagações. Como, de acordo com o nosso Regimento, todas as audiências públicas têm caráter convocatório, nós temos que obedecer à lei processual civil, à lei processual penal, e pedir para cada convocado, quando instado pela Secretaria da Comissão, que possa ler o juramento de praxe.

Gostaria que a Secretaria da Comissão passasse ao Sr. João dos Reis Ribeiro o juramento. Vamos colher todos os juramentos e iniciar os depoimentos.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - A Dra. Selestina Bezerra.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Dr. Antônio Marcos Leal Senna Carajá.

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O senhor líder José Ribeiro Apinajé.

O SR. JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Sr. Lázaro Calixto Xerente.

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Bom, feitos os juramentos, atendido os requisitos regimentais e processuais, iniciamos, como sempre fazemos, pelas lideranças da comunidade indígena, convidando o Sr. José Ribeiro Apinajé para usar da palavra.

O SR. JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ - Bom-dia a todos e a todas. Eu sou representante do povo mais sofrido, porque perdemos várias crianças apinajés, que foram meus sobrinhos... Quais as crianças que chegaram a óbito naqueles anos por



falta de assistência, falta de cuidado, para que ali tratasse da saúde indígena da etnia apinajé. Porque houve uma falha dos 2 lados dos órgãos responsáveis, tanto da FUNAI como da FUNASA. No repasse da saúde da FUNAI para a FUNASA, houve uma mudança muito grande, porque ali deixaram passar do que aconteceu, porque os órgãos esperaram um pelo outro para cuidar da saúde indígena. Porque, de fato, a saúde indígena é muito bonita no papel, mas, na prática, não está do jeito que está no papel. Então, é muito fácil dizer assim: *“Vamos cuidar da saúde indígena”*. É bom, porque, pra vocês... Minha maneira de dizer que o branco mexe muito com papel, enquanto a saúde do índio nunca saiu do papel, continua no papel. Na prática, o índio está passando por necessidade pra ser cuidado da saúde, como tem que ser tratado. Com a mudança, houve uma diferença muito grande, porque lá falaram: *“A saúde indígena é diferenciada”*. Não é respeitado. Outro detalhe. Colocaram muita gente despreparada nas áreas indígenas — como é o caso da aldeia — que não conhece o problema do índio. Não é só chegar na aldeia, porque *“vou cuidar da saúde do índio”*, que não entende do índio, como é a maneira de tratar pra poder tratar a saúde indígena. Não é fácil. Então, foi o que trouxe a causa da morte das crianças, a desnutrição, porque os que mais sofreram foram as mães solteiras. Porque existem programas do Governo que lá na aldeia não chegam, são desviados. Então, as mães solteiras, que não têm uma renda... Como é que essa mãe vai sustentar aquela criança? Só pode sofrer do que está sofrendo, o que está ocorrendo. Então, isso é o que vem causando o problema maior no caso da Aldeia São José, onde morreram mais crianças. Porque ali tem um problema que até os médicos nunca descobriram, e é tão fácil de resolver, é tão fácil de entender. Mas as pessoas que chegam ali na aldeia vão pra ganhar dinheiro, não para cuidar da saúde indígena, dos que estão sofrendo. A causa maior é isso. Eu costumo dizer: as pessoas que estão lá dentro, o técnico que vai para a aldeia pra cuidar da saúde indígena, ele passa por uma experiência no hospital, passa 2 meses, vai pra aldeia, chega lá, não entende do índio. Ele tem até nojo de pegar na criança, porque a criança está suja. Não é assim. Se você vai cuidar da saúde indígena... Nós somos diferentes de vocês. O nosso tratamento, o nosso cuidado... As mães não são iguais às mães brancas que cuidam das crianças. É muito diferente. Então, aí é que está o problema. O que vem acontecendo é isso. Agora, eu me pergunto: são 2 órgãos;



aliás, são 3. Tem a FUNAI... A FUNAI fugiu, entregou tudo pra FUNASA. A FUNASA tem uma ONG pra custear a despesa; desaparece, não tem dinheiro. Pra entrar, pra cuidar da saúde do índio, aparece muito dinheiro. Quando se entra pra cuidar da saúde, aí acaba o dinheiro, como está ocorrendo agora. Cadê a ONG? A saúde do índio está lá, como está aqui o Sr. João dos Reis. Eu até desenhei pra ele, num encontro que nós tivemos um mês atrás, a falta de transporte pra poder transportar o paciente. Então, o problema maior pra cuidar da saúde indígena... Pelo menos na nossa etnia, tem um carro sozinho pra cuidar de mais de 2 mil índios. Como é que esse carro vai atender esse povo? Ultimamente, o carro melhor que estava lá, de condições pra poder atender as emergências, disse que saiu de lá pra fazer uma revisão e lá não voltou mais. Então, o carro que está lá é uma Toyota velha, que só vive quebrando. Vai buscar um paciente pra consultar, ele chega fora de hora. Marca as consultas, não são cumpridas, porque o carro não dá pra chegar na hora, e aí o índio perde a consulta. E aí: *“Ah, porque o carro quebrou, o carro não está pra atender a essas demandas todas”*. Então, o problema maior é falta de transporte nas aldeias. O tratamento está muito bom: tem remédio, tem o médico, tem tudo, mas não vai pra aldeia. O médico fica na cidade, como nós temos um médico lá que fica o dia todinho esperando por uma viatura pra ir para as aldeias. Não tem transporte pra ele. Então, falta tudo. Como é que vai atender a saúde do índio? Como é que vai lá? O índio está lá, esperando pelo médico. O índio, não é pra ele vir para a cidade. O índio está lá, esperando o tratamento dele, na aldeia. Pra isso tem o médico, tem os técnicos, tem tudo. Mas a falta de transporte está lá, faltando atender as emergências. Um carro sozinho pra mais de 2 mil índios — não tem condição, gente. Eu faço um apelo aqui. Porque eu já estou na idade que estou, mas vocês vêem a falta dessas crianças, que eram para estar para o futuro. Dezoito crianças morreram dentro de um ano! Eu falo com emoção porque foram meus sobrinhos que morreram ali, que podiam assumir... Uma daquelas crianças que ali faltaram, por falta de assistência, por falta de cuidado, por falta de tratamento adequado... Morreram as crianças que podiam estar hoje assumindo o meu lugar, o meu papel, para lutar pelo povo delas daqui para frente. Então, ali faltaram aquelas crianças. Agora, eu pergunto: quando adocece um filho de vocês, vocês têm todo o cuidado, vocês têm todo o carinho de tratar aquela criança; a do índio, não; do índio tem que fazer uma



requisição para mandar o transporte, se lá o índio pegou uma paciente, uma emergência, não tem rádio, o rádio está quebrado... Tem um telefone na aldeia, não tem o cartão telefônico. Se liga a cobrar, no pólo-base não recebe, porque é a cobrar. A despesa agora mudou: um índio não pode chegar para fazer um telefonema, para saber da notícia do parente que está lá internado em Araguaína; não pode mais, porque o débito está grande — a ONG não pagou o telefone. Então, pra quê? Como é que vão entender essas emergências, como é que nós vamos tratar da saúde sem uma comunicação? E nossos rádios acabaram, não tem mais. O paciente... Outro dia, aconteceu na minha aldeia, no Dia do Índio, na comemoração, um índio foi correr com a tora, caiu, cortou o dedo. Não tem telefone, não tem rádio, o carro que estava lá na outra aldeia, dando assistência lá à festa, e o índio lá, com a mão pra riba. Eu tive que pegar, botar dentro do meu carrinho velho. Levei na cidade pra fazer o curativo, cheguei lá e pedi pro chefe: *“tem como você me arrumar uma gasolina para mim voltar e levar o índio?”*, *“Não, não tem; nós abastecemos é no cartão, e seu carro é particular”*. Mas o meu carro é que estava atendendo o índio ali, o carro pra outro rumo. Daqui que esse índio fosse atendido, estava morrendo de dor. Então, é isso o que vem acontecendo nas aldeias. Como eu desenhei pro Sr. João dos Reis lá, o problema que está ocorrendo é falta de viatura. A FUNAI está com o carro lá sem combustível. Quando vai fazer uma viagem dessa, a FUNASA não abastece o carro dela. E como é que atende a saúde do índio? Então, isso é que é o caso, um problema maior que está tendo é transporte para poder atender o índio, a saúde do índio. Bom, a história da saúde do Apinajé é longa, mas eu sempre vejo vocês falarem por horário, é minuto marcado, enquanto nós índios, nós temos horário pra começar, nós não temos pra terminar — é quando se resolve o problema. Quando vocês dão esses minutos para a gente expor os problemas tudo e pra vocês conhecerem, porque o tempo é curto, não dá para eu expor problema, o que está ocorrendo lá na minha aldeia. Aí, quando eu chego lá, meus parentes me perguntam: *“O que foi que tu arrumou? O que foi que tu resolveu?”* Eu vou ter que mentir para eles, porque aqui me deram pouco tempo pra eu falar da saúde indígena, do que está ocorrendo lá, porque o tempo não deu. Então, vocês me desculpam de eu não expor todos os problemas sobre a saúde indígena, mas eu já expliquei uma parte pra vocês poderem entender. Então, as



crianças desnutridas que estão ocorrendo nos apinajés, principalmente na Aldeia São José, onde a população é maior, tem muita mãe solteira, como eu disse ainda agora. Agora que chegou o Bolsa Família lá, mas sempre os programas do Governo são desviados, porque político entra no meio e toma conta do dinheiro. Aí, fica enganando o índio, porque a saída do índio está na mão dos políticos. Hoje, é político que resolve o problema do índio. Não é mais a FUNAI, não é o órgão competente, como a FUNASA, que é responsável pela saúde do índio, mas tem o político no meio, como agora lá: o Prefeito que está, que é parceiro para cuidar da saúde do índio, ele está agora correndo atrás do índio, amparando índio, porque é político. Mas ontem eu saí de lá, e o chefe me falou: *“Zé, até agora eu não almocei, porque eu estou tentando conseguir um carro da Prefeitura pra poder ajudar a fazer a vacina, e não estou conseguindo”*. Que parceria é essa que está só para poder enganar o índio, pegar o voto dele e esquecer a saúde dele? Não compensa. O que eu tinha pra dizer para vocês era só isso e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Passo a palavra ao Sr. Lázaro Calixto Xerente.

Comunicamos a presença à Mesa do Coordenador da FUNAI em Araguaína, Cleso Fernandes Moraes. A seu tempo ele irá prestar o juramento.

Com a palavra o Lázaro.

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - Em primeiro lugar, eu queria agradecer a Deus por esta oportunidade de a gente estar aqui discutindo a saúde indígena, e como tema desnutrição indígena ou mortalidade infantil. E agradecer ao Deputado Federal Vicentinho, Relator desta CPI, ao Deputado Federal Vital do Rêgo, Presidente da CPI, e ao Presidente desta Casa, Fabion Gomes, que se faz presente. E ainda eu quero agradecer a presença do Deputado Estadual, Marcello Lelis. De antemão, Sr. Deputado Federal Vicentinho, agradeço por ter lembrado das situações que há muito tempo eu venho clamando. Eu sou um pequeno político, Vereador, também sou conselheiro estadual, onde nós temos uma cadeira aqui no Conselho Estadual: represento os índios das 7 etnias. Quero ir à prática. Quando se fala na saúde, ela tem uma complexa abrangência na questão social. Lamento as perdas de crianças, que durante esses anos de 2005 a 2007 temos perdido crianças que eu não sei, que no futuro poderiam ser guerreiros, lideranças comprometidas



com a causa, como o nosso parente Zé (*Ininteligível*) coloca. Mas, pra começar a falar, Srs. Deputados que fazem parte desta CPI, a gente muito agradece assim de terem lembrado dessas situações. Mas, para entrar no mérito da situação, eu queria chamar um pouco a atenção para o que foi colocado pelo meu parente Zé (*Ininteligível*). A questão da desnutrição está ligada muito a fator social. No Capítulo II, Dos Direitos Sociais, está dizendo assim no art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. E coloco que nós os indígenas estamos nessa situação. A gente sabe que já existe saneamento básico nas aldeias. O que acontece é que muitas das vezes as questões não são de maneira que a gente poderia ver. A Constituição também diz que tem que se respeitar a diferença cultural dos povos indígenas. É o que fala a Constituição maior. E eu tenho defendido uma tese: quando se discute a questão indígena, muita gente faz que não conhece a lei. Aí, eu me lembro do tema que usa: sempre tem um filho de Deus que se lembra dos indígenas, que são vocês. Mas eu faço um apelo diante de V.Exas., que esta CPI criada possa descobrir como está o tema, a causa e quem é o responsável. A causa sabemos, que é a falta de apoio; os direitos sociais são os fatores que levam risco às nossas crianças. Eu tenho anotado aqui: fator social, pouca renda para família grande. Eu tenho uma família de 15 pessoas e tenho uma bolsa-família de 112 reais. Nós temos saneamento, e a saúde também tem muito a ver, senhores, com o meio ambiente. Antigamente, quando os nossos bisavôs tinham a liberdade de andar livres, nós tínhamos muita caça, muita terra pra que nós pudéssemos ser livres e espontâneos para colher aquilo que Deus deixou, mas hoje, infelizmente, é tudo limitado. Se nós formos matar caça para o sustento da família, talvez a gente seja impedido pelo IBAMA, que é o órgão que diz que protege o meio ambiente. E uma coisa que eu tenho visto, isso é um fator da causa que leva as nossas crianças a essa finalidade. Aqui, eu gosto de dizer o seguinte: para que nós tenhamos uma saúde completa, eu acho que se compõem novos ministérios, ministérios que compõem para que nós tenhamos uma saúde completa. Onde está o Ministério da Agricultura? Onde está, como o parente citou, o transporte que estamos vendo? Eu tenho dito também para os senhores que me ouvem: nós temos o País democrático que, com a Constituição



de 1988, nos deu a liberdade de expressar e de falar aquilo que a gente sente. Mas, por outro lado, vem a burocracia, que amarra muita coisa, como, por exemplo, a questão do carro. Há muito tempo a gente vinha discutindo, mas tem um porém: se a gente resolver a questão do carro, tem o problema dos motoristas, que quem vai daqui para Palmas, pra minha cidade de Tocantínia, só pode ir pagando diária. São umas coisas... Eu quero falar um pouco da mudança de hábito em relação à questão indígena, pegando o exemplo do meu povo. Aí, eu coloco como interferência cultural a alimentação de maneira prejudicial, como insumos que antigamente a gente não usava muito: refrigerante, bolacha recheada, Schin, doce, etc. Eu coloco como uma coisa que talvez seja um fator que leve a essas questões. Ainda me lembro, quando eu conversei com uma enfermeira, antes de eu vir pra esta Casa responder ao meu depoimento. Eu não sou nada de profissional de saúde, apenas sou um conselheiro que acompanha há muitos anos o que é o direito na saúde indígena. Eu, muitas das vezes, lá no Conselho Estadual de Saúde, eu tenho falado: a Lei nº 8.080 garante que a saúde é um direito de todo cidadão e um dever do Estado. Quem é o Estado? Governo Federal, Estadual e Municipal. Só que muitas das vezes as pessoas fingem que não conhecem essa lei. Aí, criou-se um subsistema dentro do SUS. Só que, infelizmente, todos sabem que nos nossos municípios existem problemas de demarcação de terra, onde muitas das vezes a Secretária, por sua vez, nega que o índio não é inserido na população pra receber assistência à saúde. Aí nós temos um convênio diretamente do Ministério da Saúde com o município, que é a Atenção Básica, que vem para pagar só equipe multidisciplinar. Aí, nós os índios, para nós o carro é problema, porque sem o carro, como é que o médico vai fazer a visita, como é que os dentistas vão lá na aldeia? Está escrito aqui nesta minha arma que eu consegui na conferência... A saúde, como eu falei, aí nós temos 3 coisas que se fazem: promoção, proteção e recuperação. E, aí, eu me pergunto: gente, onde é que nós estamos diante dessas situações? Então, quero aqui de antemão, Srs. Deputados, principalmente o Presidente desta Comissão, que nos ajude a resolver esse grande problema que a gente está enfrentando hoje. Porque eu perder um aparelho eletrônico, é muito fácil possuir outro; eu vou num armazém paraíba desse qualquer e possuo outro. Se queimar o meu aparelho eletrônico, DVD ou CD, eu vou lá e compro outro. Agora, uma vida você não compra. Uma vida é humana. Uma



vida vale muito mais do que o dinheiro que é gasto em outro setor. Podiam ser bem aplicados os recursos que vêm para a saúde indígena. Quero aqui, diante dessa situação, que V.Exas. tenham o conhecimento da indignação que tivemos quando o Sr. Presidente da FUNASA veio pra Araguaína inaugurar uma CASAI. O Presidente está aí de testemunha, o Presidente do CONDISI. A nossa expectativa é de que o Presidente falasse pra nós como é que está situação dos carros, como é que está a portaria que está fazendo confusão na cabeça dos índios, não só do Tocantins, mas de todo o Brasil. Muitos entendem que essa portaria é pra municipalizar. Então, são coisas que não estão na nossa competência. Aí, o Presidente da FUNASA foi lá e inaugurou a CASAI. Tudo bem, a CASAI é uma questão que também faz parte da saúde, mas a nossa expectativa maior era ouvir do Sr. Presidente como é que ia resolver os problemas. Infelizmente, descerrou a placa, fez entrevista. Estava lá o Sr. Vice-Governador do Estado e estava o Deputado Federal Osvaldo Reis. Fizeram entrevista só os 3. Nem sequer deram atenção para o controle social, que era o Presidente do CONDISI. Eu fiquei indignado, porque, se eu soubesse disso, eu não tinha deixado o meu fórum social aqui, discutido nesse dia, para receber um homem que foi lá fazer a sua politicagem. Eu não concordaria. Se eu tivesse adivinhado, eu não ia. A expectativa nossa era essa. Então, conclamo a todas V.Exas., na pessoa do nosso Relator, Vicentinho, também conclamo o Sr. Presidente e demais membros dos Estados que olharam para esse lado do Tocantins, com o tema de desnutrição indígena ou mortalidade infantil, para que juntos vamos resolver esse problema. O problema está aí. É problema? Mas vamos buscar a solução junto. Quem são os responsáveis? É o que vamos saber agora. Eu sou um usuário que estou sofrendo junto com o meu povo. Como eu disse, uma vida não tem preço; uma vida, ela é humana. Como o nosso líder, que já lutou há muito tempo, o Zé da Doca — eu estive até presenciando a luta, junto, eu sou um jovem ainda. Talvez — quem sabe? —, daqui no futuro, Deus permitindo esses nossos projetos, quem sabe um político maior que poderia estar defendendo as classes indígenas, juntamente com os Deputados Estaduais? Quem sabe até Deputado Federal? Essa é a minha contribuição, que faço neste momento, para que vocês tenham... assim, fazer isso com rigor, para que, ao chegar lá na minha comunidade, dizer: *“Ó, esses aqui são os nossos Deputados. Alembaram dos índios!* Aí, desnutrição o que é? Desnutrição



é a palavra técnica. Agora, a palavra em Português é fome. Então, vamos procurar os responsáveis. Como eu tenho dito, a saúde não é só de dar remédio, não é de ter médico nas aldeias; é de todos os Ministérios que compõem, para que nós tenhamos a saúde completa. Então, é essa a minha contribuição que faço neste momento. E, se tiver algo, as perguntas à minha pessoa, estou à disposição. E muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Parabéns, Lázaro Calixto! Descobri que V.Exa. faz parte do Parlamento. Líder indígena com palavras claras, objetivas e que representa tão bem o seu povo.

Antônio Marcos Leal Sena Carajá com a palavra.

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Bom-dia a todos e a todas. Em nome do Deputado Vicentinho, agradeço a presença a todos os participantes da Mesa e a esse Deputado. E, para iniciar, eu vou ser bem objetivo. Quero que o excelentíssimo senhor me desculpe algumas críticas, porque eu sou bem crítico também, principalmente na situação em que vivem os povos indígenas hoje. Não tem como não ser crítico. Quando falamos em mortalidade infantil e desnutrição, eu acredito que, para mudar isso... Aqui tem uma comissão julgadora para achar o culpado. Eu pediria a esta Comissão que olhasse com bastante carinho, mas que responsabilizasse... quem foram os culpados que fossem responsabilizados de verdade. Porque o que eu vejo hoje, no meu modo de ver, eu vejo que a responsabilidade hoje é de todo um poder público, desde o municipal até o federal, que deixam de fazer as suas atribuições. Nós temos alguns enfrentamentos com gestores municipais, que, como o companheiro Lázaro falou ali, o parente Lázaro, que eles às vezes se fazem de desconhecer a própria lei. Nós temos enfrentamento na saúde, porque a FUNASA trabalha com atenção básica, a primeira referência; é responsável do Município e do Estado. E muitos gestores nossos não querem... se fazem de desentendidos nisso. Quando eu vejo: vamos trabalhar, discutir... Já fiz alguma articulação junto à FUNASA, tentando com os outros... alguns órgãos, que nem a FUNAI. Porque, quando eu chego em Brasília, está o Danilo Forte e o Presidente da FUNAI fazendo um discurso mais bonito; que a FUNAI e a FUNASA é uma parceria. Quando chega aqui na ponta, não existe isso. O Presidente da FUNASA chega até o nosso Estado... fiquei muito chateado, estou



muito contrariado com isso, porque foi uma falta de respeito, não com a minha pessoa, mas, sim, com os nossos povos indígenas daqui do Estado, porque eu não estou altamente me representando, eu represento um povo. Então, quando chega, que vem para inauguração, e todo mundo tem uma esperança de não ser preciso ir a Brasília para falar, porque aproveitar a oportunidade de o Presidente da FUNASA estar vindo hoje aqui e tentar resolver alguns problemas que é da responsabilidade da FUNASA, você se depara praticamente com uma propaganda política, entendeu? E isso tem afligido muito hoje na questão da saúde indígena, porque nós temos gestores que não gostam de índios, discriminam índio. Quando eu falo “a política em si”... a política é perfeita hoje. Vamos supor: a política do SUS é uma política universal e uma das melhores do mundo. Mas ele funciona? Não. Por que não funciona? Não é porque... a política está certa, a de saúde; o problema são as pessoas que estão lá dentro que desconhecem até o que é o SUS! Já me deparei com profissional de saúde; se você perguntar para ele o que é o SUS, ele não sabe lhe explicar. Então, esses desconhecimentos, senhores, isso começa a prejudicar. Hoje, nós temos um problema sério no Estado de Tocantins com a saúde indígena. Nós temos atribuições que não são feitas pelo Poder Público. Quando você olha... este ano nós estamos sem carro para a saúde indígena. Nós estivemos com 29 carros, na saúde indígena; desses 29 tinha 19 quebrados, em condição precária. E o que acontece com isso? Nós não temos condições. Hoje, se nós tivéssemos 50 carros, nós estaríamos no mesmo problema. Por quê? Nós tivemos um período chuvoso; o que é de responsabilidade do Estado não está sendo feito também. Quando você olha na reserva indígena, não tem estrada. Infelizmente, é vergonhoso a gente estar falando isso, mas a gente não tem acesso a algumas aldeias de chegar, nem com uma camionete traçada. Tem aldeia que tem de tirar paciente às vezes andando, de pé, no período chuvoso. Nós temos a situação dos krahô: tem um lugar lá que é crítico — quando chovia, nem camionete traçava subia. O caso que as pessoas falam: *“Se arrumar um trator lá, pagar umas 10 horas, vai resolver o problema”*. Só por irresponsabilidade do Poder Público, hoje, principalmente de alguns Municípios e do próprio Estado também, nesse sentido de não olhar com carinho... Porque eu me envergonho hoje como um tocantinense, no sentido prático de uma coisa... porque, quando eu chego dentro de uma conferência — é uma



conferência estadual indígena —, eu vejo... o Secretário da Agricultura vai lá e expõe num painel: *“Isso aqui está sendo construído. Isso aqui nós conseguimos com os quilombolas, com os assentados tudo”*. Mas você não vê ele mostrar no painel o que foi feito dentro das reservas indígenas. Não tem recurso específico. Você chega... Já me deparei com um Secretário, eu perguntar e ele falar: *“Não, vocês não entraram no PPA, por isso não têm recursos”*. Quero dizer que hoje nós moramos dentro de um Estado que nós mesmos somos excluídos do próprio Estado, como se nós fôssemos responsabilidade só do Governo Federal! E o índio é responsabilidade de todo gestor, desde o municipal até o federal! Se fosse só responsabilidade do Governo Federal, não tinha um *per capita* indígena, ele não era contado pelo IBGE. Mas, se o índio é contado pelo IBGE e está dentro do município, então é claro que tem recurso dentro do município que é para ser gasto! Quando o município recebe uma parte de recursos a mais porque tem uma reserva indígena... só que ninguém vê nenhum tipo de... em nenhum momento você vê trabalhar uma questão ambiental dentro da aldeia. Vamos supor: de o próprio município estar investindo para tirar o lixo de dentro da aldeia, que hoje é implantado pela cultura não branca, que é sacolinha de plástico, coisa descartável, aquele monte de coisa que está lá dentro. Só que tem um dinheiro dentro do município, que recebe, mas ninguém trabalha isso. Quando a gente vê essas questões, aí você chega no gestor, ele desconhece todos os direitos seus. Mas aí ele desconhece ou se faz de desconhecido? Infelizmente também, nós temos um problema hoje, principalmente na nossa região norte: a questão de alguns gestores que ainda não têm uma formação real, entendeu? Eu acho que seria interessante hoje se a gente tivesse um gestor à altura, com a capacidade de ter pelo menos os direitos assim declarados, pelo menos dos cidadãos, porque ficaria melhor. Tem hora que não tem como discutir com a pessoa porque ela mesma desconhece a própria lei, entendeu? Então, o que eu queria deixar claro para os Srs. Deputados... Essa questão, nessa crítica que eu estou falando... Eu queria que vocês olhassem com carinho, entendeu? Nós temos a questão de uma portaria que ficou para entrar em vigor no período... até o dia 17; parece que vai ter agora umas “mudancinhas” nela. Mas é uma coisa muito complicada, porque eu não acho que a portaria vai direcionar diretamente esses recursos para o município. Ela está regularizando. Só que tem um problema. Dentro



da portaria, ela está falando uma coisa muito interessante: que quem vai aprovar esse recurso é o Conselho Municipal. Aí sim! Aí eu não concordo com a portaria, porque eu não vejo nenhum Conselho Municipal funcionar no meu Estado! E eu conheço; andando, cidade por cidade, eu conheço. Eu sei que tem um Conselho Municipal, que é fundado lá, que a secretária já é a presidente... E, no dia de aprovar, sai com a ata da reunião para aprovar. Aí eu vou deixar um recurso que é nosso dentro de um Conselho desse? *“Ah! Mas você é índio e vai ter uma vaga”*. Eu sei disso! Vou botar 1 em cada Conselho desse. E lá se define o Conselho é pela maioria da assinatura. É a metade mais 1. Então, quer dizer que nós estamos perdendo nisso. Então, isso foi uma das... Não discuti a portaria, em Brasília; não fiz parte dela; me recusei a discutir ela. Recusei também em Belém, quando foi para discutir ela, porque o meu entendimento... porque existe uma coisa dentro da Constituinte Federal que garante os direitos aos indígenas, que tudo que for vinculado, ela tem que ser discutida na base. E o fórum de presidente, do qual eu faria parte lá, ele não tinha poder de legislar, nenhum tipo de lei. Então, por isso eu me recusei, baseado dentro da legalidade, porque ela estava irregular. Mas, como esta Comissão está aqui para julgar a questão da desnutrição, eu queria deixar clara uma coisa: quando se fala em desnutrição, que nem disse o meu parente ali, é uma palavra técnica. Desnutrição é fome. Você pode olhar onde existem os maiores índices de desnutrição: Mato Grosso do Sul e... Por quê? É tão claro! É tão fácil ver isso! Você vai no Mato Grosso do Sul, tem mil e poucos índios encurralados dentro de um perímetro de terra de 3 mil hectares. Não têm onde trabalhar. Não têm mais terra. Os plantadores de soja encurralaram eles lá. E, nessa situação, todos os indígenas estão ficando encurralados. Vamos supor: você vai... os apinajés, você vê, eles estão cercados. Eles estão praticamente dentro de uma cidade. A reserva deles faz divisa com a cidade de Tocantinópolis, Maurilândia, Cachoeirinha. Eles estão cercados por cidades. Você vai no Rio Tocantins, você não pega uma piaba mais. Você vai caçar... dentro da reserva deles, já tem dificuldade de procurar sua própria alimentação porque é invadida pelos moradores da cidade, porque não tem como controlar isso, porque quem é responsável por essa fiscalização é a FUNAI, é o Naturatins, é o IBAMA, mas você não vê esses agentes de fiscalização circulando nessas reservas. Então, eu não vejo nenhum controle. Se não tem nenhum controle,



a tendência é o quê? Você também não vê ninguém desenvolver um projeto de auto-sustentabilidade para esse povo. Voltado para quê? Para a questão cultural deles. O que eles comiam? Eles comem peixe, comem caça e tudo. E tem vários projetos nessa direção. Mas ninguém se pronuncia aí. É fácil criticar outros fatores, entendeu? Mas, olhando pelo lado lógico, eu acho que o Poder Público tinha que voltar mais para isso aí, para a questão cultural. Quando for discutir, não chegar botando em projeto lá *“você vão ter de fazer isso”*; ir lá e perguntar para eles: *“O que faz parte da base alimentar de vocês, de seus antepassados? Coisa que vocês tem costume de trabalhar com ela”*. Não querer trazer implantação lá da China, da Inglaterra, e querer implantar aqui para os indígenas aprenderem. E dar acompanhamento técnico, que é uma coisa que tem de ser vista. Porque, quando eles vão implantar, alguns projetos nem têm acompanhamento técnico. Só chega lá e implanta, e vai embora todo mundo. Quando o projeto não dá certo, diz que o índio é preguiçoso. Mas nenhum agricultor desse, hoje, no Estado de Tocantins, não dá conta de trabalhar sozinho, se não tiver um acompanhamento técnico. Eu acho que também tinha que rever esse lado. Eu acho que, para hoje resolver o problema da desnutrição, falta só a parceria; juntar de quem tem responsabilidade com os povos indígenas, que estão com recurso para fazer isso, ter responsabilidade de executar a sua parte, entendeu? Essas são as minhas palavras. Queria agradecer...
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Antônio Marcos e passo a palavra à Dra. Selestina Bezerra.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Bom-dia a todos e a todas. Saúdo a Mesa, nossas lideranças indígenas e os Deputados aqui presentes, e o nosso colega da FUNAI. Para mim, é uma satisfação. Eu sou da FUNASA. Sou Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena, que é o DSEI, de Tocantins, há 6 meses. Mas sou servidora da FUNASA há 27 anos. Já trabalhei nas áreas de educação e saúde, nas áreas de comunicação e saúde. Tenho especialização na área de gestão pública da saúde e trabalho com os indígenas desde 95, antes de a FUNASA, ainda, ser responsável pela atenção integral à saúde indígena. Eu já trabalhava com algumas parcerias com a FUNAI e já ajudava nas ações de educação em algumas áreas do Tocantins. Esta CPI, para mim, é muito importante



para o País, para os indígenas e para nós, da saúde, porque, como muitos dos indígenas aqui falaram, como Marcos Carajá, o Lázaro Xerente, o Zé da Doca, que são nossos companheiros... Eu falo companheiro de discussão, porque nós trabalhamos discutindo com eles, fazendo os fóruns com eles e trabalhando... digamos assim, buscando as soluções desses problemas. Não só com eles, mas com outros órgãos. Essa é a nossa forma de estar atuando na saúde indígena. Então, a CPI, eu tenho certeza que ela vai mesmo apurar, digamos assim, responsabilidades, porque eu acredito, como eles mesmos dizem, que são de muitos e que é processo, né? Um processo de construção. Eu lembro que, em 1999, quando a FUNASA assumiu a saúde indígena, a situação que era, porque eu já andava antes nas aldeias. Eu via como eram as farmácias nas aldeias indígenas: cheias de remédios jogados fora, sem ter ninguém que acompanhasse, porque nós não tínhamos uma saúde pública de fato, a saúde indígena, nem início de saúde pública. Tinha uma assistência à saúde, que era feita pela FUNAI e que tinha que dar conta de tudo, de todas as ações para os indígenas. Com o processo de saúde pública implantado pela FUNASA, que é um órgão pioneiro no País, onde já trabalhou com todas as comunidades do País e passou a atuar com a saúde indígena, a saúde pública começou a se estruturar para o povo indígena no País. Ainda tem muitos gargalos; ainda temos muitas dificuldades, na questão estrutural mesmo, mas nós sabemos que, como Sistema Único ainda também, que já iniciou antes, é um processo, o Subsistema de Saúde Indígena implantado em 99 também é um subsistema em processo, que a cada dia se “adequa” às discussões e mesmo aos problemas, porque a cada problema apresentado são buscadas novas soluções. E o que me orgulha dizer é que essas soluções não são buscadas somente dentro dos escritórios; elas são buscadas discutindo com os indígenas. Essa tem sido a prática desde 1999. Como eles mesmos dizem, as pessoas fazem parte desse sistema e das instituições. Tem pessoas que realmente buscam mais discussão; tem pessoas que buscam menos. Mas as diretrizes da instituição levam todo gestor e todo gerente a fazer a discussão, porque é com ela que nós temos enriquecido, porque são pessoas com culturas diferentes, e essa saúde é preconizada como diferenciada, sim. Ela é diferenciada porque, nos princípios do SUS, que nós entendemos que deve ter o acesso a todas as pessoas, que deve ter a integralidade



das ações... É assim que a FUNASA atua na atenção básica. Ela busca levar busca levar o indígena a ter o acesso. E nós ainda temos alguns gargalos nas referências. Temos. Que estamos trabalhando, que estamos propondo as discussões, as adequações. Já existe uma conquista, como o Lázaro Xerente mesmo colocou, de nós termos representante indígena dentro do Conselho Estadual; de nós termos representante indígena dentro dos Conselhos Municipais. Ainda é pouco, mas é avanço. E são avanços também nos números, quando a gente coloca a situação... Realmente, a FUNASA lamenta muito quando morre uma criança indígena. Lamenta. Nós tivemos aqueles problemas em 2006. Na época, eu ainda não era Chefe do Distrito Sanitário Indígena. O atual coordenador regional não era ainda o coordenador da FUNASA, na época. Mas nós somos servidores e, por isso, nós tivemos o acompanhamento. E até mesmo fomos para dentro das áreas tentar entender o que estava acontecendo; porque houve um pico de mortalidade em 2006, quando desde 1999 isso estava tendo uma redução. E então foi feito tudo o que é necessário fazer, desde ouvir os índios, ouvir outras instituições; envolver outras instituições, outros parceiros; reforçar aquilo que a gente entendeu que deveria ser reforçado dentro da própria assistência; modificar algumas formas de orientação aos nossos funcionários, ao pessoal das equipes multidisciplinares de saúde indígena, que são constituídas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, o agente indígena de saúde, o agente indígena de saneamento, odontólogos — são as pessoas que compõem essa equipe. Temos muita dificuldade com a questão de médico. Essa dificuldade não é só dentro da área de saúde indígena, mas também nos Municípios do Tocantins como um todo — os municípios pequenos. Temos ainda uma alta demanda dos serviços e a falta de médicos para estar compondo as equipes. Atualmente, nós temos no Tocantins 5 pólos-base, 2 bases de apoio, que atendem às nossas 7 etnias. Nessas bases de apoio existem essas equipes; nem todas têm médico. Cinco pólos-base, 2 bases de apoio, que atendem às etnias apinajé, carajá, xerente, krahô, krahô-kanela, javaé. E, desse jeito... é que nós não tínhamos nada disso antes; antes de 99, antes da implantação do Subsistema de Saúde. E tudo isso tem sido constituído, sim, num avanço dentro da saúde. Agora, a questão da mortalidade infantil... Nós temos tido também redução. Aumento da população indígena temos; temos tido o aumento dela. Isso é verificável nos



números. Infelizmente, os números anteriores, do quadro, do perfil epidemiológico anterior a 1999... Como não existia, digamos assim, um setor informatizado, um setor que realmente computasse tudo isso, é um quadro que a gente diz assim: é uma zona escura para nós, uma zona surda. E a gente só pode averiguar a partir de 99 pra cá, nas séries históricas do quadro epidemiológico. E a área apinajé, que foi onde aconteceu esse pico da mortalidade infantil em 2006, que foi no período sazonal que a gente chama, que é o período chuvoso, principalmente causado pelas infecções respiratórias e diarreia, que se associaram e atingiram principalmente as crianças que estavam com peso muito baixo ou peso baixo. Mas a causa não é somente a subnutrição, como também as doenças respiratórias. Elas têm, digamos assim, no período sazonal, que é o período chuvoso... Elas também estão relacionadas às questões... da forma como habitam, do local onde vivem, da forma como se vestem. Todo mundo sabe que tudo isso são fatores que interferem na saúde. O que a Coordenação do Tocantins tem realizado é buscado tanto junto à Presidência da FUNASA, como junto aos outros órgãos parceiros. Tudo aquilo que a gente sabe que são fatores que interferem na saúde de um ser humano. Feito aqui um GT, convidados todos os outros órgãos, inclusive o da questão da produção de alimentos. Foi uma das iniciativas que se tem tomado, além da implantação e ampliação dos programas de saúde, que nós colocamos, que foram implantados; a ampliação das equipes. E, dentro dessa implantação, o programa de vigilância nutricional, que tem tido um grande destaque. Temos tido grandes resultados também na melhoria da saúde dos povos indígenas e na redução dos quadros de “morbi” e mortalidade, tanto infantil como das gestantes e dos idosos também. A imunização, que é constante dentro das aldeias — é um trabalho de rotina, intensificado em época de campanha —, também tem sido responsável pela redução do quadro de morbidade. Então, essas são as ações que a FUNASA realiza, e o acesso do índio até chegar à porta do SUS, dentro das referências municipais, a partir da primeira referência, que fica em Tocantinópolis, Itacajá, Goiatins, Formoso do Araguaia; até a segunda referência, que é Araguaína, Gurupi, Palmas; como a terceira referência: Goiânia e Brasília. É assim que é feita a saúde indígena, nessas referências no Tocantins. E, se necessário, nós temos tido... a gente realmente tem um olhar... 24 horas de vigilância. O DSEI está sempre à



disposição. A gente recebe ligações não só dos funcionários que estão no pólo, mas de todos os indígenas que ligam para a gente aqui em Tocantins, aqui em Palmas, no celular, que é disponível 24 horas pela Chefia do DSEI, para que eles liguem. Recebemos ligação inclusive de lideranças indígenas da área apinajé, quase todos os dias: não tem hora, não tem dia; é domingo, é à noite; e a gente tenta fazer aquilo que é possível fazer. Temos problemas ainda? Temos. A questão do transporte, que os indígenas colocaram aqui, é real. Temos muitos problemas com transporte. A FUNASA já buscou vários tipos de iniciativas aqui em Tocantins. Infelizmente, o acesso também... quanto mais frota se coloca, mais carro se quebra. Temos lugares, como a área krahô, que hoje, para nós... e todas as áreas: a área javaé também é de difícil acesso. Nessa época do ano, todas as áreas são de difícil acesso: a área carajá... E as estradas não permitem, realmente, muitas vezes a equipe de chegar lá. É um período difícil porque é o período onde as infecções respiratórias mais aumentam, e as doenças diarréicas também. Assim, a gente tem dificuldades, mas temos grande responsabilidade — e isso nós sabemos — e compromisso com a saúde dos povos indígenas. É tanto que eu sei: nenhum dos que estão aqui pode dizer o contrário, do nosso compromisso, daquilo que fazemos; da nossa disponibilidade 24 horas; de como estamos constantemente junto ao Ministério Público Federal buscando soluções; de como estamos constantemente junto à Coordenação dos Direitos Humanos, no Tocantins, buscando soluções para todos os tipos de problemas que enfrentamos, porque tudo respinga na saúde. Tudo que não for feito, por outro lado, respinga na saúde. Se não tem produção de alimento, vai respingar na saúde. Agora, a saúde, na questão da implantação da vigilância nutricional, nós temos implantado aí, no programa... Nós temos aí... Foram implantados o Programa Nutricional de Vitamina A, em 100% dos pólos-base; o Programa de Distribuição e Monitoramento de Complemento Alimentar, e para isso também nós temos buscado outras parcerias, que tem atendido 300 beneficiários, entre criança, gestante e idoso — só agora em fevereiro de 2007; e o programa continua aumentando a cada dia; o Programa de Distribuição de Cestas Básicas — porque a FUNASA também distribui cesta básica, só que com critérios, nos indicadores de saúde; ela não distribui para todos os familiares; é com base... onde tem mais criança, gestante, nutrízes, que estão com peso baixo ou muito baixo; e a



FUNAI faz uma distribuição mais geral; o Projeto de Sopa Básica, que foi feito na etnia apinajé, na época, na Aldeia São José, com o objetivo de reforçar a alimentação das crianças; o Programa de Recuperação de Desnutridos Graves, com a capacitação das equipes de Araguaína, de Gurupi e dos pólos-base de Tocantinópolis; e também um programa-piloto: o Programa Nacional de Suplemento de Ferro e Ácido Fólico, que tem combatido bastante a anemia e tem melhorado as condições de vida do pessoal krahô — que foi, principalmente, na Aldeia Santa Cruz, Pedra Branca, Cachoeira, Rio Vermelho e Serra Grande, que é da etnia krahô. E nós temos ainda muitos problemas a enfrentar. A saúde vai enfrentar sempre problemas, tanto faz no âmbito da saúde indígena como no âmbito da saúde dos não-índios. E, a questão dos recursos, nós não temos dúvidas de que os recursos que chegam ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins são recursos aplicados e prestados contas no Conselho Distrital e nos Conselhos Locais, cada vez que nós fazemos esses encontros. Ou aos indígenas, quando eles vêm em comissão e querem saber. A gente está sempre disponível. Não temos nenhuma restrição a isso porque nós sabemos que cada... o que falta para nós era que ampliassem mais esses recursos. Mas o que é colocado — e eles têm critérios —, são colocados por população. Nós temos aqui em Tocantins, nos dados do SEASI de dezembro de 2007, nós temos 8.669 indígenas; registrados no SEASI, cadastrados pelo SEASI, que é o sistema da FUNASA. Porque nós temos mais indígenas aqui no Tocantins, certamente. Nós temos outras etnias, que não são aqui do Estado, que estão chegando, que vêm, que trabalham aqui, e que a gente assiste; que estudam no Tocantins. Atualmente, nós temos 7 etnias no Tocantins. Na realidade, o que nós estamos fazendo é ampliando realmente essas parcerias, é buscando a discussão com a sociedade, é participando dos fóruns sociais. Quando a FUNASA não promove, a FUNASA participa dos que são promovidos. E a gente entende que é assim realmente que a gente vai buscando aprimorar o Subsistema de Saúde Indígena. Como nós vimos mesmo no Fórum Social, ultimamente, na palestra de um antropólogo indígena: ele colocando que foi um avanço no País o Subsistema de Saúde para as comunidades indígenas. E até falou em outras políticas que ainda não têm essa especificidade, não têm essa coisa mais especial. Sabemos que é com eles que nós vamos construir essa saúde, é com aqueles que



estão realmente preocupados com isso, inclusive com as críticas que possam ser feitas. Nós não temos problema com isso, porque em cima delas a gente aprende e aprimora. Então, aqui, a única coisa que eu gostaria de colocar é que realmente eu só sou Chefe do Distrito Sanitário Indígena do Tocantins. Fui convidada pelo coordenador regional para assumir, mas o meu maior convite e o que me sustenta no Distrito, com todas as dificuldades que nós enfrentamos, primeiro, o compromisso do coordenador que existe hoje no Tocantins, porque eu conheço esse compromisso, se não eu não assumiria uma coisa tão complexa como é a saúde indígena; e, segundo, porque os próprios indígenas me dão essa força. Eu posso dizer que sou fortalecida hoje por eles. O respeito e o carinho com que eu sou recebida por eles, em todos os momentos, onde eu chego, e os convites que eu recebo deles, quase todos os dias, para estar com eles presente; eu sei que é para ouvir. E a gente só faz saúde indígena ouvindo. É uma cultura diferente. São culturas diferentes. Se nós não ouvirmos, não tem diretriz institucional que pode aprimorar um subsistema de saúde; sem ouvir os indígenas, sem entender a ótica da cultura deles. É assim. Nós não somos especialistas indígenas. Nós sabemos que, realmente, as equipes multidisciplinares sofrem uma grande rotatividade. Elas são contratadas através do município pelos recursos fundo a fundo. E, muitas vezes, aquelas pessoas, quando fazem um concurso público do Estado, vão embora. Tem muita rotatividade. Apesar de a FUNASA investir muito em capacitação para essas equipes, constantemente a gente tem que estar capacitando novas pessoas e contratando novas pessoas. Esse é um dos problemas que é um dos gargalos. Mas nós estamos atentos a isso, atentos à orientação e atentos a ouvir os nossos indígenas. E aqui eu agradeço esta oportunidade; agradeço a esta CPI, porque eu sei que, com ela, nós vamos buscar muito mais, e todos aqueles que são interessados pela causa indígena vão ter a ganhar com isso. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço à Dra. Selestina.

Com a palavra o Sr. Celso Fernandes de Moraes, Coordenador da FUNAI em Araguaína, para prestar o juramento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Cleso.



O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES - Primeiro, quero cumprimentar aqui o xerente — “irauende”; o apinajé — “ibeti”; quero cumprimentar o carajá — “uinan rauri”; e cumprimentar aqui a Mesa, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, e toda a Mesa completa; e o cidadão tocantinense. Meu nome é Cleso Fernandes de Moraes. Trabalho na FUNAI há 21 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Cleso, permita... V.Sa. faça o juramento inicial e, depois, a sua exposição.

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Sr. Cleso Fernandes de Moraes.

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES - Dando continuidade: trabalho na FUNAI há 21 anos. Iniciei a minha carreira indigenista nas terras indígenas krahô; depois exerci cargos dentro da terra indígena krahô. Fui chefe de posto, depois fui Chefe da Casa do Índio por 2 vezes, em Araguaína, onde a gente tem oportunidade de trabalhar não só com os índios da região de Araguaína, mas também de trabalhar com os índios, se relacionar com os índios de todas as regiões do Brasil, porque era um ponto em que os índios passavam em trânsito, talvez indo para Brasília ou para outras regiões do País, defender os interesses do povo indígena. Depois trabalhei na Ilha do Bananal. Fiz parte da coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional que tratava da questão da desocupação da ilha. Esse GTI era composto pelo INCRA, pelo IBAMA, pela FUNAI e pela Associação de Moradores da Ilha. Fiquei lá durante 3 anos e meio. Depois trabalhei com os carajá, em Santa Maria das Barreiras — eu fui chefe de posto também. Retornando para Araguaína, fui administrador no ano de 98 e 99. A partir daí, então, passei a prestar assessoria a uma entidade indígena chamada *Kapèy* — União das Aldeias Krahô, uma entidade que conseguiu se fortalecer institucionalmente, mantendo várias parcerias não só com instituição governamental, mas também não-governamental, de forma participativa. Depois, fui administrador regional também no Mato Grosso, Nova Xavantina, ficando lá por pouco tempo, mas nós conseguimos deixar marcas de um bom trabalho, que é um dos nossos intuítos, dos nossos princípios sempre trabalhar de forma participativa e compartilhada, baseados nos conhecimentos tradicionais.



Recentemente, há 8 meses, reassumi a Administração Regional de Araguaína. Estamos à frente da Administração Regional de Araguaína. Nós trabalhamos com os timbiras orientais e ocidental, que são os krahô, que são os krikati, do Maranhão; os apinajés, da margem esquerda do Tocantins. Trabalhamos com os carajás do Norte, que costumam chamar carajá-xambioá, que ficam na margem direita do Araguaia. E trabalhamos também com os índios carajá, Santana do Araguaia, que ficam no Estado do Mato Grosso, na margem esquerda do Araguaia. Somando aí a média de... oscila devido às migrações que acontecem entre os timbira e entre os próprios carajás. Mas passa de 5 mil índios, da nossa jurisdição. O nosso objetivo, como Administrador Regional da FUNAI, é trabalhar de forma participativa, ouvindo os índios e o que se deve fazer de melhor para a vida deles, sempre procurando promover encontros com lideranças indígenas; sempre ouvindo e sabendo das demandas que estão surgindo, principalmente a nossa administração, frente a essa fronteira expansionista que está ocorrendo agora na região do Bico do Papagaio. E os senhores devem conhecer: o antigo norte goiano, uma região que converge o Estado do Pará e do Maranhão, onde se soma um fluxo de pessoas oriundas de várias regiões do País, atrás de oportunidades, frente a esses empreendimentos que estão sendo construídos, que é a Barragem de Estreito, a Ferrovia Norte—Sul; outras que estão programadas dentro do “Programa do Avanço do Crescimento”. E outras barragens; a Hidrovia Araguaia—Tocantins; a produção de eucalipto, que fica no entorno da terra indígena apinajé; a produção de soja também, que fica no entorno da terra indígena krahô; a BR-010; a MA-280, que passa dentro da terra indígena krikati; a TO-126, que passa dentro da terra indígena apinajé. Quer dizer, o que está ocorrendo, do meu ponto de vista, é que não está havendo uma provocação... Nós estamos tentando agora provocar essas discussões internamente, para que eles possam de fato entender como devem se relacionar com esses acontecimentos. Nesse processo de inter-relação há um choque cultural. E vem conseqüências de várias naturezas, apontadas pelos próprios “inans”, “merris”, “ipainis” e “aoendes” que estão aqui. A questão da caça é um problema sério, porque ela acaba refletindo a saúde. Mas nós estamos em parceria com uma organização não-governamental e também com as organizações indígenas, tentando reintroduzir, vamos dizer, enriquecer a flora e a fauna afetadas durante



todo esse processo de inter-relação com a sociedade envolvente, principalmente as que ficam mais próxima deles. No caso dos apinajés, nós temos Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento, Luzinópolis e Cachoeirinha, uma região que tem muitos frutos nativos, de grande sabor; muitas substâncias que também garantem a subsistência dos indígenas apinajé. Antes de a gente ter esse contato com eles, já sobreviviam dela. Então, existem parcerias que estão trabalhando essa questão de reflorestamento; existe parceria que está trabalhando a reintrodução de animais silvestres dentro da terra indígena apinajé; no caso dos carajá-xambioá, existe a reintrodução também de repovoamento dos rios através da criação de filhotes de tartarugas, sob responsabilidade, inclusive, dos próprios indígenas, no seu gerenciamento. E a gente percebe que há uma dificuldade de que isso seja incrementado devido justamente a essa inter-relação de percepção, de controle, de assumir essa coisa do mundo capitalista, de como deve incrementar um projeto e seguir todo o modelo ocidental capitalista. Então, além de ser a produção de filhote de tartaruga, no caso lá dos carajás, tem a questão também de se recompor todo o seu ecossistema. E além disso aí está contribuindo para a fiscalização, porque ele vai estar monitorando. Existem já índios preparados para monitorar os tabuleiros, o período da desova, da eclosão; todo o processo; eles já estão sendo treinados. Há introdução também de porco cateto no carajá. Lá no apinajé, é porco cateto; lá no krikati, é reintrodução de emas. Também estamos tentando incrementar outros aí dentro da terra indígena krahô, diferente um pouco da FUNAI. A FUNAI tem tido, em todo esse processo, nos últimos anos... Eu, no meu tempo... Geralmente é aquele paradigma antigo, mais assistencialista. Por exemplo: todo ano é enxada, foice, facão; facão, foice, enxada; e resultado prático acaba não acontecendo. A FUNAI de Araguaína está debatendo junto com os índios, discutindo o que se deve fazer de melhor, de médio e longo prazo, para se ter um resultado não imediato, mas que seja todo um processo de construção e de forma participativa. Nós estamos tentando incrementar, dentro desses 8 meses de gestão na Administração de Araguaína. Eu quero dizer que todo esse processo — que não é fácil —, que a gente está tentando fazer de forma compartilhada, vai refletir na saúde. Ele acaba refletindo na saúde. Os índios, tradicionalmente, ainda não têm, no tocante a essas coisas da sociedade envolvente... Na questão, por exemplo, de grande produção, no



período do SPI, passando para o período da FUNAI, entre 66 e 67, grandes empreendimentos foram feitos dentro das terras indígenas, que é a construção de grandes roças mecanizadas. E ela não teve um resultado positivo, porque a política na época, dentro da ideologia do Estado, era de produzir. Aí, tinha um técnico agrícola, tinha um engenheiro, tinha quem ia plantar; e depois ensacava, entregava, e ficava por isso mesmo. Quer dizer, não tem resultado. Por onde vocês podem ter passado, vocês podem estar perguntando aos indigenistas mais antigos. Eles vão poder estar apontando isso. Porque era uma iniciativa, talvez, de intenção, de que eles pudessem estar incrementando uma outra forma de vida, mas não conseguiram. No apinajé nós temos um exemplo claro: quando eles tiveram uma parceria junto com o Projeto Grande Carajás, que compraram implementos agrícolas — até posto de gasolina foi instalado dentro —, e não conseguimos avançar. É justamente esse choque de inter-relação. E essa geração mais nova já está tendo outro olhar sobre isso. Já está sendo comprovado que ela está conseguindo assimilar essa questão de estar se organizando através das organizações indígenas e poder se legitimar perante a sociedade, em poder estar debatendo politicamente, junto com a sociedade envolvente, a favor dos seus interesses. E é isso que está acontecendo aqui. Eu acredito que a Comissão Parlamentar de Inquérito está aqui num momento muito bom, porque está observando a vontade... de que os índios querem mudança; de que forma nós temos que mudar; quem está participando desse processo, quem são os atores, quem são os envolvidos nesse processo. Não só a FUNASA, mas eu acho que todos os outros setores ligados às questões indígenas — é importante que ela esteja participando assiduamente nesse processo. A FUNAI exige, porque a Lei 1.141 nos constitui o direito de intervenção em qualquer ação que possa estar junto com os índios. A gente tem que estar presente nisso. De que maneira nós temos que estar presentes? Eu acho que o mais interessante é apontar o que está sendo feito, o que se pretende fazer de forma conjunta, elaborando uma agenda comum, para não haver até duplicidade de ações, porque às vezes a FUNAI quer incrementar uma política dos waiacás, por exemplo. É interessante, os waiacás são curadores. É interessante que isso seja reconhecido também por parte dos setores que atuam nessas questões e poder incrementar, porque isso já foi provado que existe, e tem forma de como trabalhar essa questão



da saúde não só remédio, mas por meio da produção alimentar, como também de outros setores. No Brasil, hoje, existem mais de 16 Ministérios que atuam especificamente com questões indígenas, como também tem as organizações não-governamentais interessadas nisso. Então, do nosso ponto de vista, tentar trabalhar isso, poder articular, junto com o Ministério Público Federal, um dos órgãos que está sempre em defesa dos direitos dos povos indígenas, das minorias, de uma forma geral, mas que tem contribuído muito e continua contribuindo. Nós, lá em Araguaína, nos colocamos à inteira disposição de vocês, os colegas, os Deputados, que queiram ter informações mais precisas ou algum detalhe que a gente não conseguiu expor aqui. Mas é essa a intenção da gente: trabalhar em conjunto e tentar solucionar, baseado na concepção, ou seja, sob o olhar do índio, o seu saber fazer tradicional. É importante estar à frente desse processo porque, se nós tentarmos introduzir políticas públicas sem essa participação, ou “participação”, ela pode gerar situações indesejadas. Eu acredito que... Com relação a esse fato que ocorreu no apinajé, a gente tem percebido a assiduidade da questão dos estudos, para detectar realmente o que está acontecendo, se é questão de período sazonal; se é realmente essa questão de, na região lá, o lençol freático ser muito perto do solo, se é a questão da superpopulação. Então, eu acho que essas coisas têm que ser discutidas bem, tentar descobrir para a gente poder ver de que forma a FUNAI pode contribuir. A FUNAI está para contribuir. Os erros que acontecem é um processo de acerto, eu costumo dizer para os próprios índios quando eu estou conversando com eles. Quando eles vão realizar um ritual, no caso dos xerente, quando eles vão furar a orelha, tem um velho acompanhando ali. Se furar errado, torna a furar de novo. Então, da mesma forma, somos nós. O importante é que tem que perceber, por parte dos indígenas, qual o papel desses aliados, de que forma eles estão atuando. Detectando isso aí, tentar essa aproximação, porque agora eles estão tentando ocupar o seu espaço. A partir de 1988, na década de 80, quando surgem as organizações alternativas, eles tentam dizer de que forma querem: *“Nós queremos é assim.”* Ou seja, eles já chegaram até nós: *“Ó, vocês, indigenistas brancos, o que vocês têm para oferecer para nós, porque disso aqui nós já estamos sabendo. Disso nós já sabemos. O que é que vocês têm para mostrar para nós?”* É isso que nós temos que fazer, todo um esforço para tentar compreender e assessorar mesmo,



tirar essa coisa de o índio ter que chegar diante de você naquele gesto de subordinação do período passado, mas de relações amistosas e respeitadas de igual para igual, e justamente escrever o que realmente está sendo repassado por eles. Eu agradeço imensamente por essa oportunidade. Nós nos colocamos à inteira disposição dos senhores para qualquer pergunta que puderem fazer para nós, no que a gente puder responder. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Agradeço ao Coordenador da FUNAI, Cleso Fernandes Moraes.

Comunicamos que, no período da tarde, de acordo com a articulação do Relator-Geral, nós vamos visitar a Aldeia Funil, no Município de Tocantínea, aqui no Estado.

Passo a palavra ao Sr. João dos Reis Ribeiro Barros, Coordenador da FUNASA do Estado do Tocantins.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS - Senhoras e senhores, muito bom-dia — não sei se ainda é bom-dia ou boa-tarde. Sr. Presidente da CPI, Deputado Vital do Rêgo Filho, Deputado Federal; Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, Deputado Estadual Fabion Gomes; Deputado Federal Vicentinho Alves, Relator da CPI e filho do Estado e uma das principais figuras que tem história nesta Casa de Leis; Deputado Federal Cleber Verde, Deputado Federal Sebastião Madeira; Deputado Federal Carlos Brandão; Deputado Federal Edio Lopes; Deputado Estadual que estava aqui no plenário ainda há pouco, Manoel Queiroz, não sei se ainda está; Deputado Marcello Lelis, a Fundação Nacional de Saúde atua em duas frentes de políticas públicas da maior relevância do nosso País, uma das quais é o saneamento ambiental, com foco na saúde pública. A FUNASA é responsável por levar o saneamento ambiental para os municípios de até 50 mil habitantes. Isso quer dizer que ela é responsável por atuar em algo em torno de 90% dos municípios brasileiros. A FUNASA atua também na atenção básica da saúde dos povos indígenas do Brasil inteiro. E eu peço licença a todas as lideranças indígenas aqui representadas; ao Presidente do Conselho Distrital, Marcos Carajás; à liderança Zé da Doca, Sr. José Ribeiro, mais conhecido como Zé da Doca, da Aldeia Botica, do povo apinajé; ao Cleso — Cleso é o nosso administrador da FUNAI lá de Araguaína; à nossa autoridade indígena, Lázaro



Xerente, que é Vereador no município da maior população indígena do Estado, que é o povo xerente, em torno de 2 mil e 700 indígenas, que perfazem algo em torno de 40% da população indígena do Estado, e uma das etnias que sofre, vamos dizer assim, com uma intensidade muito grande, as causas que atingem diretamente a saúde daquele povo, que foi citado aqui pelas lideranças indígenas. Gostaria de pedir licença para poder me apresentar como servidor da Casa, mas há 23 anos da Fundação Nacional de Saúde, quando a FUNASA ainda era responsável pelo controle de endemias no País. E talvez, pela história que construiu ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira, tenha sido escolhida exatamente para ficar responsável à frente da saúde indígena, pela capilaridade, pela história de chegar aonde outros braços do Poder Público não chegavam, por trabalhar no lombo de burro para conter a malária, a doença de Chagas, a febre amarela e, assim, várias outras doenças que foram contidas com o sacrifício de homens e mulheres dessa instituição. E ela foi, talvez, objeto de referência na hora que se discutiu o braço do Poder Público que pudesse atender à saúde indígena. Mas, antes de mais nada, eu me apresento aqui como membro do Governo atual, deste Governo que é o responsável por entender que parcela da sociedade, como é o caso dos povos indígenas, historicamente excluídos da agenda de governo, como alvo das políticas públicas, ganhou intensidade. A FUNASA assumiu a responsabilidade pela saúde do índio em 1999, com o advento da Lei nº 9.836, a Lei Arouca, que estabeleceu o subsistema de saúde indígena, que nada mais é do que uma estratégia de inclusão dessa parcela da sociedade a uma política maior, que é a nossa política nacional de saúde, o Sistema Único de Saúde. E eu faço referência a esse primeiro fato, porque há uma confusão generalizada quando se fala em especificidade no atendimento à saúde do índio. A especificidade entendida em determinados momentos... a especificidade de um outro tipo de atendimento diferenciado da população leva, em alguns momentos, a entender privilégios de forma equivocada, mas não é. A atenção com a especificidade, dentro da proposta do sistema, do Subsistema da Saúde Indígena pensado na Lei Arouca, entendendo o espírito da lei, é de oferecer equanimidade, é de oferecer isonomia de tratamento a todos os cidadãos brasileiros, é de que os indicadores que nós conhecemos, ainda precários, que revelam a saúde da população brasileira, não tenham força tão grande entre os setores que têm



especificidade, como é o caso da população indígena. O índice de mortalidade infantil, quando a FUNASA assumiu a saúde indígena, beirava a casa dos 100 para mil, e, hoje, quase 9 anos depois, nós temos o índice de mortalidade infantil reduzido em mais de 60%, que é algo em torno de 39 para grupo de mil. E aí eu me reporto a esses números não para dizer que as coisas estão bem, para dizer que está tudo maravilhoso, que está tudo bom — e com os números frios a gente esquecer da perda do Zé da Doca, dos familiares do Zé da Doca e de várias outras famílias indígenas e de várias outras famílias, de pais e mães, de cidadãos brasileiros que, mesmo fora dos povos indígenas, têm a dor da perda —, mas que, efetivamente, esses números refletem a preocupação deste Governo na implantação de políticas públicas que caminhem para a inclusão social. Nesse ponto, eu me apresento com muito orgulho de fazer parte deste Governo, que colocou no centro das preocupações, do debate com os povos indígenas, as políticas públicas que lhes são de direito. A FUNASA também vem de uma história recente do País em que o Estado brasileiro foi pensado de uma forma em que a atuação e a operação direta na máquina pública não era completamente pensada — para não reduzir o discurso na idéia do neoliberalismo puro —, mas a FUNASA foi sucateada, Sr. Presidente, Sr. Relator, na década de 1990. Ela foi sucateada do ponto de vista da sua capacidade operacional por uma lógica perversa de imaginar que a responsabilidade do Estado estava somente nas chamadas funções típicas, que iam no papel de polícia do Estado, no papel de arrecadador do Estado e no papel regulamentador do Estado — uma visão completamente equivocada do verdadeiro papel do Estado, que é oferecer as condições de sobrevivência à sua população. E este Governo tem tido a preocupação de resgatar isso. Os indicadores que nós apresentamos, em termos da morbimortalidade infantil, se olhados de longe, vão ser entendidos como um avanço das políticas públicas. Agora, esse avanço não pode ser, de maneira nenhuma, medido com a inexistência de problemas. Nós temos muitos problemas, nós temos muitos desafios pela frente para podermos construir a política pública do setor Saúde que esteja em consonância com o que foi pensado na Carta Cidadã de 88. Foram faladas aqui, e são objeto desta Comissão, as causas da mortalidade infantil, principalmente se relacionada à questão da desnutrição. E aí nós pensamos um conjunto de medidas, para efetivar uma política pública de saúde, como uma



estrutura administrativa que vem do DESAI, que é o Departamento de Saúde Indígena, em Brasília; vem dos distritos sanitários especiais indígenas, cuja chefia está a cargo da Selestina, aqui no Estado; vem dos pólos-bases e, dos pólos-bases, as equipes multidisciplinares de saúde indígena; e vem os postos de saúde, onde acontece todo o trabalho dentro das aldeias; tem as Casas de Saúde Indígena, as CASAIs, que são o intermédio onde se faz a entrada do paciente no Sistema Único de Saúde. Não é só o desafio de se estruturar uma instituição com o porte, com a missão da FUNASA de atender à saúde indígena, os desafios que são superar as dificuldades que foram colocadas na década passada em relação ao papel do Estado e o que nós sofremos em relação a isso. E nesse sofrimento eu posso elencar como gargalo a questão de pessoal. Nós temos uma força de trabalho hoje que é completamente precarizada a sua relação de trabalho com a instituição. Hoje, boa parte da força de trabalho alocada é financiada com recurso do (?)IABI, ou (?)FIABI, o Fundo de Incentivo da Atenção Básica, que é repassado para os municípios que não têm a responsabilidade da gestão da atenção básica, mas têm que contratar força de trabalho como se fosse uma espécie de barriga de aluguel, uma relação em que os direitos mínimos dos trabalhadores dificilmente são respeitados. Esse é um desafio, e não é omissão deste Governo. Este Governo tem se debruçado noite e dia para tentar buscar uma solução para esse problema. E aí, para alguns, que acham que essa missão de quem tem a varinha de condão na mão de resolver o problema é fácil, diz o seguinte: *“Faz-se concurso público na FUNASA, aloca recurso e está tudo resolvido”*. Aí eu lembro a dinâmica de como ocorre a admissibilidade de um trabalhador na área indígena: depois de concursado, se ele não for aceito pela comunidade, ele não trabalha dentro da área indígena. Tem especificidade da relação de trabalho dessa força de trabalho que, inclusive, é um debate para encontrar amparo legal para sua aplicabilidade. Tem a questão da logística, que é o desmonte do Estado na sua capacidade de operação, como foi citado aqui, que não é só a questão de carro que entra numa área a fim de levar uma equipe multidisciplinar para trabalhar dentro da área e para tirar paciente de dentro da área. É todo o conjunto de logística que implica acessibilidade à área. Existe o problema das estradas, o problema das pontes, o problema da formação do indivíduo que lida com essas comunidades, com esses povos. São todos esses



fatores, que são desafios a serem construídos para a saúde indígena. Além do problema da logística, temos o problema do pessoal, o problema que inclusive diz respeito à sensibilidade do próprio Congresso Nacional. Fomos discutir o orçamento agora, Srs. Deputados, e o nosso orçamento sofreu um corte de 25% de custeio para a saúde indígena. Então, são desafios que estão colocados para nós como objeto de preocupação de toda a sociedade e de todas as instituições que lidam diretamente com as políticas públicas de área indígena. E as causas da perda de vida de crianças, esse foi o grande apelo que nós fizemos aqui, quando, em 2005, final de 2005, início de 2006, nós começamos a registrar perdas acentuadas de crianças lá na etnia apinajé, apagando o fogo também que começou a ocorrer no mesmo ano, no mesmo período, com o povo xerente. As ações que foram desencadeadas só foram possíveis, naquele momento, conter, porque entendeu-se que a lógica de responsabilização não podia apontar o dedo para uma pessoa só, para uma instituição só. Grande prejuízo em função da desarticulação dos agentes públicos que atuam dentro da área indígena, seja FUNAI, seja FUNASA, sejam as entidades do Governo do Estado. Ou seja, cada uma tem a sua área de intervenção, mas em determinado momento não se encontravam. Dr. Cleso acabou de colocar. No ano 2006, nós conseguimos dar uma resposta, ainda que incipiente, para aquele quadro do apinajé, porque se pensou, se identificou essa como uma das causas principais: a necessidade de se juntar força. A FUNASA pensou, no seu campo de atuação, numa série de medidas que foram emergenciais para conter, do ponto de vista epidemiológico, aquele quadro. Agora, efetivamente, para se mostrar a efetividade das ações, é preciso se pensar mais. Foi aí que, pela busca de outros órgãos públicos, como a própria FUNAI, o Ministério Público Federal no Estado, a Secretaria de Cidadania e Justiça, a SET — Secretaria do Trabalho, a Secretaria de Educação e tantos outros órgãos começaram a pensar que as intervenções tinham que ser combinadas. Houve, sem sombra de dúvida, resultado. Agora, é necessário se efetivar as práticas de se pensar a responsabilização pelo conjunto das políticas públicas e dos atores públicos que atuam nessas políticas. Concluindo, lembro que naquele evento, a FUNASA, mesmo entendendo toda a dor do povo apinajé no caso da morte das crianças que ocorreu em 2005, final de 2005 e início de 2006, não registrou uma perda de criança que não tivesse sido assistida, nenhuma. Agora, isso



não resolve o problema da dor e da perda das crianças, todas elas. Para finalizar, um outro desafio que nós temos é a humanização do atendimento do ponto de vista da cultura e da especificidade indígena que deve acontecer dentro do serviço de referência, que são os hospitais de referência, os hospitais públicos e privados deste País, que é um outro desafio que é apresentado pra gente. Eu me coloco à disposição, entendendo aqui que a gente tentou fazer juz ao nosso juramento de falar a verdade sobre o que a gente souber, e me coloco à disposição da Comissão para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Dr. João Reis Ribeiro Barros e aos demais expositores.

Nós estamos concluindo a primeira fase da nossa reunião e passamos agora às indagações dos Srs. Parlamentares. Já está aberta a lista de inscrição, que começa, como regimentalmente se impõe e naturalmente se faz aqui em Tocantins, com a participação do Deputado Vicentinho Alves, que, na condição de Relator-Geral desta CPI, terá o seu espaço para as indagações a cada um dos expositores. Depois vem o Deputado Sebastião Madeira, do vizinho Estado do Maranhão. E aos Srs. Parlamentares continuam franqueadas as suas participações.

Com a palavra o Deputado Vicentinho Alves.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Boa-tarde a todos. Cumprimento o Presidente da nossa Comissão, Deputado Vital do Rego, bem como o Presidente da Assembléia e também amigo, Fabion Gomes, que prontamente nos acolheu nesta vinda da CPI até o Estado de Tocantins e colocou toda a estrutura da Assembléia à disposição do Presidente Vital e de todos os membros desta Comissão. Nós queremos, ao cumprimentá-lo, cumprimentar também todos os servidores da Casa e os Parlamentares que aqui nos deram o ar da graça, da presença, os Deputados Estaduais: Deputada Solange, que além de Deputada é a Primeira-Dama do Município, da Capital; Deputado Raimundo Moreira; Deputado José Geraldo; Deputado José Viana; Deputado Manoel Queiroz e aqui, por último, de forma muito especial, Deputado Marcello Lelis, Deputado da Capital e companheiro de primeira grandeza. O Deputado Júnior Coimbra acaba de chegar e eu o cumprimento e agradeço-lhe a presença. Cumprimento os demais membros da CPI: Deputado Brandão, brilhante Deputado do Maranhão, seja bem-vindo ao nosso



Estado, é a primeira vinda ao Tocantins; Deputado Sebastião Madeira, que já é um tocantinense aqui no nosso meio, é do Maranhão, de Imperatriz, primo do nosso Procurador, Dr. Madeira, aqui da Assembléia Legislativa. Cumprimento o Deputado Cleber Verde, brilhante Deputado também do Maranhão; o Deputado Edio Lopes, de Roraima, que já conhece o nosso Estado. Ainda quando Deputado Estadual, ele, Presidente da Assembléia de Roraima, esteve aqui implantando o Parlamento Amazônico junto com o Deputado Lupércio, do Amazonas. Seja bem-vindo mais uma vez, meu caro amigo Edio. E a minha companheira de partido, Deputada Jusmari, da vizinha cidade de Luís Eduardo Magalhães. A famosa Deputada Jusmari está ali. Cumprimento os senhores, as testemunhas aqui presentes, a Dra. Selestina, que nos dá o ar da graça, muito respeitada no seu trabalho, como também o João Reis, Coordenador da FUNASA, o Antônio Marcos, Presidente do Distrito de Tocantins, o líder indígena José Ribeiro Apinajé, que explanou muito bem aqui. Cumprimento o líder e também Vereador Lázaro Calixto Xerente; cumprimento o Cleso Fernandes. Uma pena faltarem, Presidente, os 2 Vereadores: um, de Lagoa da Confusão, que é da etnia carajás; e o outro, de Formoso, que é da etnia javaé. Nós teríamos 3 Vereadores que são líderes nas suas aldeias e também líderes no Parlamento Municipal. Saúdo a imprensa que está aí cobrindo esta audiência.

Cabe a mim, inicialmente, só de forma muito objetiva, relatar um pouco sobre a nossa CPI. A nossa CPI tem como objetivo claro detectar os problemas sobre morte de crianças indígenas e naturalmente os assuntos que estão ligados às deficiências e apontar uma solução. É isso que nós queremos.

A nossa CPI não é aquela CPI do barulho e não é esse o intuito de nenhum membro desta CPI. Queremos, efetivamente, e haveremos, no nosso relatório, depois de viajarmos o Brasil, em vários Estados ouvindo as instituições, ouvindo as lideranças indígenas e observando problemas seriíssimos de morte de crianças indígenas não só apenas no Tocantins... Por exemplo: no Maranhão, criança amarrada ainda em árvore por faltar o medicamento Gardenal, tão simples, para as crianças não-índias. Ainda temos mãe amamentando nessa condição: o seio, a metade comida por uma ferida, porque lhe falta um remédio de 30 reais. Nós não mais queremos ver também em nosso País crianças como essa aqui. Então, a CPI



vai apontar problemas, sim, e vai buscar soluções, resultados. É para isso que estamos aqui, Presidente.

Quero dizer a todos que os Parlamentares da bancada federal do Tocantins, todos, foram convidados. Porém, quero até justificar a ausência dos colegas Parlamentares porque hoje é dia de sessão importante, hoje e amanhã, no Congresso Nacional e eles, por não fazerem parte da CPI, teriam as suas faltas apontadas. Então, eles seriam prejudicados por estarem aqui no dia hoje, terça e quarta-feira. Quero até fazer essa justificativa perante a nossa comunidade.

Pois bem, de forma objetiva, eu vou me direcionar à FUNAI e à FUNASA. Vocês podem anotar as perguntas e, no final, vocês respondem.

Como é o relacionamento entre FUNAI e FUNASA? É bom, é ruim, o modelo vai bem? FUNAI e FUNASA, há o controle de natalidade, de mortalidade? Como vai a vacinação das nossas crianças indígenas? FUNAI e FUNASA, por enquanto as instituições. Se a vacinação está sendo a contento, se há problema cultural, às vezes tem aldeia que dificulta e, às vezes, não quer permitir a vacinação. Então, como vai a vacinação?

Como está a cadeia alimentar? Nós ouvimos durante 20 minutos as duas instituições apresentando, agora, de forma bastante objetiva, eu quero saber: uma criança que chega subnutrida em um postinho, é atendida e devolvida à aldeia, lá existe a cadeia alimentar? Como está — é bom anotar, porque são muitas perguntas —, como está, no caso da FUNAI, o programa SISVAN, que é o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Ele está implantado em todas as aldeias do Estado? A FUNAI está plantando para dar alimentos aos nossos índios? A lavoura comunitária está funcionando? Porque não basta pegar a criança, levar lá, tratar e depois devolve-la. No caso da FUNAI, as CASAs — Casas de Saúde Indígena, e FUNASA: o paciente com doença contagiosa, ele está tendo relacionamento direto com os outros pacientes nas casas?

Nós pudemos observar que esse modelo, FUNAI, FUNASA e entidade está assim um pouco superado, nós precisamos encontrar uma gestão para que a gente efetivamente melhore a condição dos nossos índios. Precisamos ter num comitê gestor, na nossa concepção, FUNAI, FUNASA, órgãos do Governo do Estado, órgãos do Governo Municipal, lideranças indígenas, para que haja um planejamento



e a execução e fiscalização, além do Ministério Público, que deverá participar, e o Conselho Tutelar. Então, eu quero perguntar à FUNAI se o Conselho Tutelar nos municípios participa de alguma forma com relação às crianças daquelas aldeias, se há um trabalho sintonizado, sincronizado entre FUNAI e Conselho Tutelar?

Pergunto à FUNASA se aqui existe ONG contratada para terceirizar a saúde dos nossos índios. Se existe, qual a ONG? E, se existe a ONG existe o convênio, qual o valor do convênio? Se existir a ONG e o convênio para prestar serviço à saúde dos nossos índios, ela está em dia com os seus funcionários? Nós estamos observando no Brasil afora que tem ONGs que já estão atuando quase como franquias. Uma que está lá no Mato Grosso do Sul, já está no Maranhão, já está chegando lá em Minas, virou franquia. E eu compreendo, assim como o Ministério Público Federal, como o Ministério Público do Trabalho, que saúde pública, educação pública e segurança pública é dever do Estado. Não se deve terceirizar, inclusive responsabilidades.

Defendo, sim, o nosso coordenador João, a reestruturação da FUNASA. Tem 20 anos aproximadamente que na FUNASA não se tem concurso público. Para se ter idéia, eu vou perguntar aqui, foi o que eu perguntei no Acre, no Acre tem apenas um engenheiro para cuidar de todos os projetos, tanto na área municipal quanto na área dos índios, e um engenheiro não é possível cuidar disso. Garanto que aqui não passa do dobro, se passar é muito pouco.

Então, é impossível, a estrutura que a FUNASA tem hoje, inclusive de andar com os projetos, de fiscalizar e de fazer um bom trabalho, não por causa do coordenador, que é competente, correto, e da sua equipe. Precisamos urgentemente, sim, de um plano de cargo, carreira e salário para a FUNASA, com critérios no concurso público. Claro que um concurso público bem feito você terá condições, inclusive, de fazer para que o médico que passar saiba que vai trabalhar nas aldeias, que os dentistas, que os enfermeiros, inclusive com vocação, por entrevistas. Então, não é nenhum problema essa desculpa de dizer que tem que contratar ONGs para prestar saúde pública aos índios. É aí onde se vai muita coisa pelo ralo.

Lá no Acre, uma tal de UNIACRE está no Ministério Público por desvio de dinheiro e farra com o dinheiro dos índios pelo Brasil e pelo exterior. Não sei se está



acontecendo aqui no Tocantins, nós vamos ouvir. Não sei nem se tem, nós vamos também ouvir agora.

Então, precisamos e vamos apontar no nosso relatório a extinção efetivamente, assim como pensa o Ministério Público Federal, como pensa o Ministério Público do Trabalho, nós, como Relator, iremos apresentar a extinção desses contratos com essas ONGs. Nós queremos ver a FUNASA bem equipada, com veículos, com as balanças para pesar as crianças, com os equipamentos médicos. Queremos ver a FUNAI ali com o SISVAN, que é o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em todas as aldeias. Os recursos chegando de forma direta; a participação da Secretaria de Saúde do Município; a participação da Secretaria de Saúde do Estado; a participação da Secretaria de Agricultura. Precisamos que esses órgãos, às vezes aqui eu estou percebendo que não tem, mas, no Maranhão, a vaidade pessoal do dirigente da FUNASA e do dirigente da FUNAI era uma coisa absurda, parecia que nunca se haviam visto na vida, na audiência pública. E aí o resultado é esse. Não adianta, política de resultado é essa. Aí você pergunta ao coordenador da FUNAI do Maranhão há quantos anos ele está à frente, ele diz 5 anos. Pergunta se ele sabe qual é esse programa SISVAN e ele diz que só conhece aquele da vigilância da Amazônia. É um absurdo. Nós precisamos efetivamente, é de uma causa nobre, é uma causa até interessante... As pessoas que vieram assistir a esta CPI, alguns vieram um pouco por atenção; outros, cumprindo a função de cobrir como profissionais da imprensa; outros, na condição de Parlamentares, mas o assunto é interessante. Vocês vão vendo que a coisa vai evoluindo e todo mundo passa a querer participar.

Com relação à cesta de alimentos, se é distribuída e, se for distribuída — essa já serve aos senhores, se puderem anotar, os líderes indígenas —, se as cestas estão chegando e chegando de forma suficiente.

Agora, vou perguntar incluindo todos, inclusive o Sr. José, que pode contribuir, porque é um homem de muita experiência e viveu a questão das subnutrição lá na sua aldeia. E eu, o Relator, filho do Estado, aqui de Porto Nacional, todos sabem, eu não poderia deixar de apresentar o requerimento, para virmos aqui a fim de ouvi-los, portanto, fiquem à vontade para nos falar.

Bom, então a cesta de alimentos, se existe e se é o suficiente.



Nas aldeias, agora serve para o senhores, estão plantando o suficiente para colheita, para se alimentar, alimentar as crianças? Nas aldeias tem algum projeto para desenvolver, dentro da cultura indígena, projetos de lazer, projetos de atividade para as crianças? Existe isso? Porque nós estamos observando em outros Estados que as crianças não têm nenhum vínculo com o Conselho Tutelar, que as crianças não têm nenhum projeto, nenhuma perspectiva, nós, não índios, temos. Nós temos Bolsa Maternidade, Bolsa Criança... Leva o jovem até os 29 anos. Então, queremos saber se tem algum programa social que pega desde o pré-natal, se existe, o pré-natal, as vacinas, pegando a criança e levando-a até os seus 29 anos também, como é a criança e o jovem não índio, se ocorre.

Gostaria de confirmar efetivamente. Poderia ser até numa outra data, porque eu fiquei meio confuso com os números aqui: quantos índios, efetivamente, nós temos no Tocantins? Se o controle de natalidade e mortalidade, como eu já disse, está em ordem. Porque, no Maranhão, para se ter uma idéia, desculpem-me os colegas — e foi bom termos ido lá, talvez tenha sido um dos lugares em que mais colhemos subsídio para um bom relatório, requerimento do eminente Deputado Sebastião Madeira —, lá, não se tem controle nem de quem nasce nem de quem morre.

Então, gostaria de perguntar se tem e quem controla: se é FUNAI, se é FUNASA, e que nos encaminhem para a Comissão, lá em Brasília. Porque, hoje, com certeza, vocês não vão ter.

As etnias, quantas são efetivamente no Estado? Quais os tipos predominantes de doenças nas nossas aldeias? Pudemos observar, além da subnutrição, a questão da doença respiratória.

A outra pergunta serve para todos: se o Programa de Saúde da Família Indígena vai bem, se estão todos contemplados, senão, por que não está? O que falta?

Estou sendo bastante objetivo para ganharmos tempo. De modo que, concluindo, gostaria de saber quais os investimentos sociais da FUNAI também nas aldeias, o que a FUNAI efetivamente tem procurado melhorar na área social.



Temos dados de cobertura do SISVAN, pelo Ministério da Saúde, que aqui até que vai bem, está com 64%, mas podemos melhorar mais ainda. Temos Estados que têm 6%, então é uma cobertura muito pouca.

Quero fazer 2 perguntas agora aos líderes indígenas. O infanticídio. O que é o infanticídio? É quando nascem 2 crianças, gêmeas, aí, na cultura daquela etnia, eles vão lá e matam, se existe aqui no nosso Estado. Por exemplo, no Mato Grosso do Sul existe: se sair uma criança com defeito, com uma mancha de pele, também eles vão lá e matam; se a criança nascer com hidrocefalia, não pode nem retornar a criança à aldeia. Então eu gostaria saber se, na cultura de vocês, há a prática do infanticídio aqui no Tocantins ou não.

Também quero, concluindo, perguntar aos líderes indígenas como é o relacionamento do pajé no caso do combate à subnutrição e do problema das doenças nas aldeias, se o pajé facilita ou dificulta. Porque temos também aldeias que têm problemas. Às vezes, quando devolvem a criança, ele já está... o pajé complicou ali a ponto de não ter mais solução também para criança. Então, queremos saber se, na cultura aqui do Estado, o pajé facilita ou dificulta.

Com relação à última pergunta, à demarcação de terras. A última não, a penúltima. Demarcação de terras, se todas as etnias estão contempladas.

É verdade, Antônio Marcos, que lá em Dourados temos problemas de terra, muito índio para pouca terra. Lá vem o suicídio, vem o alcoolismo, vem a droga e vem uma série de problemas. Precisamos observar se a questão da terra está...

Quero também fazer uma pergunta para todos os senhores: é sobre alcoolismo, que também vai diretamente chegar lá a subnutrição, e drogas nas nossas aldeias.

Observamos que os guajajaras têm problemas de droga lá no Maranhão. Então, gostaria de saber se aqui no Tocantins temos problemas de alcoolismo, de droga nas nossas aldeias.

Quero crer em Deus, quero dizer aos tocantinenses, aos senhores, que esta Comissão irá efetivamente contribuir, de alguma forma, para melhorar a condição de vida de vocês.

Não dá mais para, no Brasil em que vivemos, no mundo em que vivemos, da modernização, da informática, não ter condição de uma mãe deslocar-se com uma



criança subnutrida ou com problema de saúde até a cidade, até um posto médico, porque lhe falta a estrada, porque lhe falta um cartão para ele fazer um telefonema. Precisamos melhorar a presença. O Poder Público, o Estado, precisa estar presente.

Aqui vemos muito, às vezes, dirigentes, Presidente Vital, que, numa reunião de cúpula ou nos jantares, esses chefões são os primeiros que chegam: cada um com uma madame, mais posudo que o outro. Mas, efetivamente, na hora de cuidar de quem precisa, eles não estão presentes, faltam. Aí acham um culpado...

Portanto, quero parabenizar a FUNAI, parabenizar a FUNASA, por vocês estarem aqui debatendo e discutindo. Esta é a verdadeira missão da nossa CPI: é conhecer os problemas, conhecer as deficiências e apontar as soluções.

Iremos sugerir à Comissão, já conversando com o Presidente Vital, com alguns membros da Comissão que aqui estão e outros que não puderam estar... Vamos apresentar um projeto de lei de um novo modelo de gestão, porque entendemos que precisam estar mais bem amarradas essas instituições.

Quando ocorre que o dirigente da FUNAI e o dirigente da FUNASA se dão bem, a coisa ainda vai. Mas, quando não se dão bem, os coitados dos índios ficam no meio, num tiroteio danado.

Então, precisamos amarrar FUNAI, FUNASA, Ministério Público, lideranças indígenas, secretarias municipais e estaduais, porque é lá no hospital que o índio é tratado, ou do Município, ou do Estado. Então, vamos apresentar um grupo gestor, nós vamos apresentar isso.

Vamos também apresentar à Comissão Permanente de Direitos Humanos e Minorias uma Subcomissão para tratar, de forma permanente, daquilo que vamos sugerir. Nosso relatório vamos acompanhar de forma permanente, inclusive na Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. E eu estarei lá presente, viu, Lázaro? Pode ter segurança disso. Aliás, quero até colocar o nosso escritório, aqui no edifício Oficce Center, ali onde é a Caixa Econômica, em frente ao *shopping*, 710, à disposição de vocês. Todas as vezes que vocês precisarem do Deputado Vicentinho podem procurar ali. Vocês terão lá um ombro amigo e um braço estendido para vocês. Podem ter segurança. E não estou fazendo nada mais a não ser o meu dever. Isso não precisa nem vocês agradecerem, porque eu acho que isso é um dever mínimo, o que eu posso fazer pelos entes do meu Estado.



Voei muito sobre as aldeias, tenho um bom relacionamento com todos os índios com que me relaciono, tanto lá no sul, como no norte, como aqui, no Entorno da Capital. Sempre, sempre tive um bom relacionamento.

Por isso essa é a nossa missão. E eu quero agradecer a presença a todos vocês, aos que estão até a essa hora a nos prestigiar. Agradeço a presença às testemunhas. Sinto muito a falta dos 2 que poderiam contribuir, os 2 Vereadores, talvez porque eles estejam longe, na aldeia, e não puderam vir. Quero agradecer ao Presidente Vital, que, muito atarefado que está, veio hoje da Paraíba — seu irmão é Prefeito de Campina Grande. Vital, além de Parlamentar, é um grande jurista, advogado e um grande médico, e um grande amigo também. Quero agradecer aos colegas que vieram nos prestigiar, Cleber Verde. Aqui tem candidato também a Prefeito de Capital, pessoas importantes aqui do nosso meio. quero Agradecer a você, Edio, e dizer a todos que esperamos a contribuição de forma bastante objetiva dessas perguntas. E aquilo que não for possível responder hoje que nos encaminhe à CPI até terça-feira, se possível. Quanto ao que observarmos que não foi respondido a contento, entraremos em contato ou por telefone ou por *e-mail*, para esclarecermos todas as deficiências, todos os problemas, para encontrarmos uma solução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Deputado Vicentinho Alves, nesses últimos 4 meses, especializou-se em saúde indígena, por isso a quantidade de indagações, de perguntas, porque ele está vivendo intensamente essa questão.

De comum acordo com os Srs. Parlamentares, temos ainda inscritos o Deputado Madeira, o Deputado Cleber Verde, o Deputado Edio Lopes, a Deputada Jasmari, o Deputado Carlos Brandão. Vamos ter uma parada técnica para alimentação agora, em 40 minutos vamos retomar, com a participação dos Srs. Parlamentares e as respostas dos senhores expositores.

Está suspensa a sessão.

(*A reunião é suspensa.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - São 13h47min. Solicitamos às Sras. e aos Srs. Parlamentares que ocupem seus assentos para, junto com os senhores expositores, darmos por reiniciados nossos trabalhos.

Passarei a palavra ao Deputado Sebastião Madeira, para suas indagações aos nossos convidados. Depois, o Deputado Cleber Verde, o Deputado Edio Lopes, a Deputada Jusmari e o Deputado Brandão.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Sr. Presidente, quero primeiro demonstrar nossa satisfação de voltar a Palmas. Já vim aqui muitas vezes. Já teve tempo em que diziam que eu era o nono Deputado da bancada do Tocantins. E agora liderado pelo nosso Relator, Deputado Vicentinho, que, com muito boa vontade, S.Exa. e o Presidente da CPI organizaram a ida de uma sessão dessas ao Maranhão, especificamente a Imperatriz. E nada mais do que justo do que no Estado do Relator, onde tem também um bom contingente de população indígena com os problemas que depois que você percorre, que participa de todas as sessões desta CPI, vemos que os problemas são comuns. Tanto faz no Acre, quanto no Maranhão, no Mato Grosso, aqui no Tocantins, em Rondônia, em qualquer Estado brasileiro que tem as populações indígenas, os problemas são basicamente os mesmos.

Então queremos, Deputado Vicentinho, demonstrar aí o nosso contentamento de estar aqui no seu Estado, de estar aqui com esta CPI, fazer aqui, por uma questão de justiça, um registro da maneira muito profissional e eficiente com que o Deputado Vital do Rêgo tem conduzido os trabalhos desta CPI, tem liderado todo esse processo de fevereiro para cá. Já estamos no final e tenho certeza de que o relatório, que a finalização desta CPI será de alguma utilidade para as populações indígenas que vêm sofrendo aí naquilo que temos de mais sagrado, que é a vida. Mas, aqui no Tocantins, ouvi aí os depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eminentíssimo Deputado Madeira, com a permissão de V.Exa. peço para, nas suas indagações, não aludir ainda à FUNAI, que não chegou ainda. O representante da FUNAI não voltou do almoço. Estamos providenciando a sua convocação.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Que nas oitivas... O José Ribeiro Apinajé já está aí, não está?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Está.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Ele disse que as pessoas que são destacadas para cuidar da saúde indígena são pessoas despreparadas para cuidar da saúde indígena, além da falta de transporte, que foi uma alegação de todos. O Antônio Marcos Carajá vai na frente. Diz que os gestores é que não gostam de índios. Quer dizer, as pessoas são destacadas para cuidar da saúde indígena, mas não gostam de índio. Isso daqui, quando nós... Sou um dos autores do requerimento que criou esta CPI. A nossa intenção, ao fazer aquele requerimento, era lançar um foco de luz sobre o problema da saúde indígena e mostrar aquilo que o Brasil todo sabe e sofre: o aparelhamento político da máquina brasileira, especialmente em alguns órgãos. E esse aparelhamento na FUNASA é evidente. FUNASA que é destacada para cuidar da saúde indígena, as pessoas são colocadas nas diferentes posições por apadrinhamento político. Não quer saber se a pessoa entende de saneamento, de saúde indígena. Se é aliado de um político que o Governo quer contemplar, aquela pessoa é colocada naquela posição. E o resultado é o que a vemos no Brasil todo. Foi em Mato Grosso do Sul, lá em Dourados; é no Maranhão, que é um absurdo, é uma tragédia. A população de 40 mil índios do Maranhão morre à míngua. E esta CPI, ao ir em Imperatriz, viu. Foram mostradas aí fotos de criança indígena acorrentada pelo tornozelo e amarrada numa árvore. Por quê? Porque tem problema mental e não tem um comprimido ou umas gotas de Gardenal para dar àquela criança. O Maranhão todinho, com 40 mil índios, num Estado de quase 400 mil quilômetros quadrados, tem apenas 8 transportes na FUNASA. A cobertura vacinal não existe. O próprio superintendente, Coordenador da FUNASA, de centenas de aldeias que tem no Maranhão, ele citou apenas 4 onde fizeram a cobertura vacinal. E por aí vai. Estou aqui com um *clipping* que foi distribuído e que diz: *“Dezoito crianças morrem, em 1 ano, em reserva indígena do Tocantins”*. Nessa reserva parece que tem 1.200 índios. Se você colocar aí que 20% são crianças, quer dizer, em 1 ano morreram 16. Essa resenha é de fevereiro. Foi o ano de 2006. Em 2007, diz este ano... Quer dizer, aqui é de 1º de fevereiro. Se é de 1º de fevereiro de 2007, só tinha passado o mês de janeiro. E aqui diz: *“Este ano já são 3 óbitos e as causas estão sendo investigadas lá no mesmo local”*. São 18, não é 16. Dezoito meninos e meninas de aldeias locais morreram lá na Reserva Apinajé,



em Tocantinópolis. Isso porque Tocantinópolis é uma cidade grande do Tocantins, para o Estado do Tocantins, onde tem imprensa, onde tem... Imaginem nas reservas, nas aldeias de difícil acesso.

Então, ouvi aí a palavra dos índios e a queixa é uma só: quando tem atendimento médico não tem o transporte. Quando tem alguém que vá é alguém que nem gosta de índio. E aí vejo depois o coordenador da FUNASA que coloca que parece com os depoimentos, coordenador, que vimos em Brasília. Aqueles que foram em Brasília, eles colocam lá uma coisa assim que a gente pensa: não, não tem tanto problema. Se tem problema são os problemas comuns, o que a gente sabe que não corresponde à realidade. A realidade nua e crua é que os índios do Brasil... E, pelo que ouvi aqui, para os índios do Tocantins, a situação não é diferente. A situação é escabrosa. A situação é difícil. Não quero aqui dizer que a culpa seja especificamente do coordenador da FUNASA. A culpa é de todo o sistema. É de uma burocracia infernal, em que os gestores têm medo de tomar qualquer posição e 2 meses depois serem presos pela Polícia Federal. Porque quebra um carro, se você não fizer uma licitação, se não esperar meses pelo resultado daquilo, se aquela licitação for questionada, aí vai para anos. Quando for autorizado o conserto, não tem mais nem carro. E se você tomar a decisão e mandar fazer por sua conta, vem logo um processo administrativo, demissão, desmoralização.

Então, o nosso questionamento é que é todo um sistema que leva a essa situação que não ajuda ninguém e que os índios pagam o preço.

Nesta CPI, espero e tenho certeza de que o Deputado Vicentinho vai colocar no seu relatório, esse relatório terá de ser aprovado pelo conjunto da CPI, e nós vamos, junto ao Deputado, que é inteligente e sensível, colocar os desacertos entre a FUNAI e a FUNASA. No Maranhão isso é evidente. Aqui fiquei bem impressionado com o depoimento da pessoa que representa o distrito, Dona Selestina, não é? Lá no nosso caso, no Maranhão, por exemplo, esse representante é de Mato Grosso do Sul e ele mesmo disse lá que está doido que tirem ele de lá. Ou seja, está doido que o mundo se acabe para ele ir junto. Não demonstrou o menor interesse.

Então, é essa a situação, a agudeza do problema, porque o índio é como se fosse uma espécie de não-cidadão, embora seja o que mais direito à cidadania



brasileira deveria ter. Ele não é ouvido para se saber... Quando um índio quer questionar, quer mostrar um problema, às vezes ele tem que seqüestrar um funcionário ou um carro da FUNASA, tem que ameaçar tocar fogo numa torre de alta tensão de energia, tem que interromper a estrada de ferro que leva o minério de Carajás, para poderem, com aquele problema, saber o que está acontecendo, procurar saber.

Então, acho que a nossa responsabilidade, Deputado Vicentinho, Deputado Vital do Rêgo Filho e companheiros da CPI, é fazer desta CPI uma voz para essas populações que estão morrendo, que estão sofrendo. E, numa situação de extrema fragilidade e desamparo, ninguém fala por eles. E que a lei, quer dizer, o conjunto de normas legais que o País criou para a administração pública não ajuda a resolver essa situação. Porque tem uma criança numa aldeia lá perto da Ilha do Bananal que está com problema e precisam ir buscá-la, mas aí o carro está quebrado. Não pode alugar um porque precisaria fazer uma licitação. Se o gestor fizer, ele é passível de sofrer uma punição alta. Aí fica todo mundo amarrado, e a criança morre.

Então, não vou... Acho que foi muito bem cercado aí as perguntas pelo Relator. Como disse o nosso Presidente, ele virou um especialista, nesses 3 meses, em saúde indígena. Então, não vou fazer perguntas, porque as perguntas que eu poderia fazer sobre a cobertura vacinal, sobre mortalidade materno-infantil, todas já foram colocadas por ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Madeira, pergunte sobre a água tratada, que esqueci.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Ele deixou só uma brecha para mim. Gostaria de perguntar ao coordenador da FUNASA qual o percentual de aldeias que têm água tratada, poço artesiano ou qualquer sistema de tratamento quando a água é de rio ou de lago e qual o percentual de aldeias que foram construídas e *kits* sanitários.

Para encerrar, quero deixar uma mensagem para os representantes das nações indígenas: façam pressão. Não fiquem calados. Esperneiem, porque é a vida dos irmãos de vocês, das populações indígenas, que está em jogo. Estamos numa sociedade de mídia, uma sociedade de informação em que só se toma decisão quando tem pressão, quando tem grita. Não fora a repercussão nacional da morte



de crianças indígenas em Dourados, se ainda tivesse para morrer, ainda estava morrendo, até se acabar. Você vai hoje em Dourados, é uma beleza. Realmente lá foi tomado providências, porque lá eles gritaram, porque lá apareceu como um escândalo nacional.

Então, não aceitem a falta de atendimento. Não aceitem a morte de inocentes. Gritem. Vão para a imprensa. Vão para o Ministério Público. Abram a boca, esperneiem, porque é um direito. Mas, mais do que direito, é a sobrevivência de um povo em risco. É a sobrevivência dos apinajés, dos kraôs e de tantas outras nações que têm aqui, cada uma bem pequenininha quando já foi muito maior no passado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Sebastião Madeira. Palavras de um homem talhado pelo sofrimento, pela vida e que conhece muito bem a realidade da saúde indígena no País. Estivemos com ele em sua cidade, Imperatriz, onde fomos extraordinariamente bem recebidos. Esta Comissão aprendeu muito com o Deputado Madeira.

Gostaria de passar a palavra a um outro especialista, a um outro indianista por estudo, por pesquisa e que hoje representa a presidência da Comissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas, um assunto do momento, a pauta nacional. O Deputado Edio Lopes saiu de sua Comissão, como integrante desta também, e vem nos acompanhando, ele que fala pelo PMDB de Roraima.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Vicentinho, colegas Deputados, senhores convidados a deporem nesta CPI, gostaria da presença do responsável pela FUNAI, porque, quando de sua fala, ele mostrou como um dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela FUNAI na busca da auto-suficiência alimentar das comunidades indígenas do Tocantins projeto de criação de porcos selvagens e também de tartarugas no Rio Tocantins, salvo engano.

(Não identificado) - Araguaia.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Araguaia. Pois bem. A mim me preocupa bastante quando eu ouço esse tipo de argumento, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque o nível demonstrado pelas lideranças que aqui estão me dá a entender que



já estão num estágio muito acima daquele do índio que vivia da caça e da pesca tempos atrás. Mas, dada a ausência do técnico da FUNAI, nós nos resumiremos nessa observação.

E eu gostaria de perguntar aos líderes indígenas se em alguma aldeia aqui do Tocantins há incidência mineral, há algum tipo de minério onde já possa ter ocorrido o garimpo, ou que possa ter alguma jazida já identificada no subsolo de alguma das aldeias locais.

É basicamente a pergunta que eu tenho a fazer, Sr. Presidente, haja vista o alcance das perguntas feitas pelo Deputado Relator. E eu, até por uma questão de justiça, quero também fazer coro com V.Exa., Sr. Presidente, e dizer ao povo do Tocantins da significativa expressão no Congresso Nacional que é o Deputado Vicentinho, que, em todos os momentos, em todas as ações de que participa naquela Casa, ele sempre está com os interesses deste Estado adiante de tudo e de todos. O Deputado Vicentinho... Nós, como Deputados também novatos na Câmara dos Deputados... E eu não me envergonho em nenhum momento de dizer, inclusive no meu Estado, em Roraima, que eu me espelho e sigo os passos do Deputado Vicentinho, pela experiência, pela dedicação, pelo conhecimento e sobretudo pela seriedade com que ele trata as coisas. Eu, lá no meu Estado, nunca me envergonhei em dizer que eu procuro imitar e acompanhar o Deputado Vicentinho. Portanto, eu não poderia, em aqui estando, deixar de dar este testemunho por uma única razão: uma questão de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Passo a palavra...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Antes de V.Exa. passar a palavra, Está faltando o representante da FUNAI, não é? Com certeza, nós vamos precisar ouvi-lo.

(Não identificado) - Já foi feito o contato.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Já está vindo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Já está vindo.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Está bom, porque as notas taquigráficas ali, depois nós vamos levar para a Câmara, e é preciso ele estar aqui para registrar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Ah, foi pegar a bóia fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O.k. Está justificado.

Gostaria de passar a palavra à mulher baiana, Deputada Jusmari Oliveira. Ela falava agora há pouco que, mais do que ninguém, ela tem um pouco da sociedade índia, e mais do que ninguém nós devemos ao sul da Bahia a presença do primeiro contato do homem branco com a comunidade indígena. Ela, que é suplente da Comissão, atendeu a um convite especial do Deputado Vicentinho, seu colega de bancada, e vem nos dar a honra de sua presença nesta diligência que fazemos a Tocantins.

Com a palavra a Deputada Jusmari Oliveira.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Obrigada, Sr. Presidente. Na qualidade de suplente da CPI, é a primeira incursão da qual estou participando, exatamente pela consideração que tenho ao Deputado Vicentinho, que, além de ser meu colega Deputado, de boa convivência, é também o meu parceiro de partido. Dividimos a mesma sigla partidária, temos bandeiras idênticas, e também por respeito a esse Estado, que é vizinho meu, muito vizinho, porque eu represento a região oeste da Bahia, que está aqui coligada com vocês e até confundida. Alguns cantos não sabemos se é Tocantins ou se é Bahia.

Então, também por respeito a esse Estado, que é um Estado de vanguarda, é um Estado vizinho... Mas, também, claro que não de menos importância. O que nos aflige também é a questão indígena do nosso País. Eu até conversava com o Vereador Líder e os representantes dos povos, agora no almoço, dizendo sobre a dificuldade que nós, como Deputados que não são militantes... Sou militante das causas dos direitos humanos, sou membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, mas a questão indígena é uma questão que nos deixa sempre um pouco temerosos nas nossas manifestações, quando nós não a conhecemos bem. Os militantes nos falam uma coisa, mas às vezes duvidamos que o que eles nos falam é realmente aquilo que os índios pensam e que os índios



desejam. E eu conversava exatamente com eles sobre isso, sobre a dificuldade de de vez em quando um Parlamentar... Parlamentar não pode ser especialista em tudo, o Deputado Vicentinho Alves é que se especializou agora na questão da saúde indígena, mas muito por conta da CPI, como eu me especializei na questão carcerária, muito por conta da CPI em que estou atuando também, que é a CPI que está fazendo o levantamento sobre o sistema carcerário. Ambas, esta e aquela, estão mexendo em temas que não interessam na generalidade para o brasileiro, porque trata das minorias, e, quando se trata das minorias, dificilmente se contribui para o mandato de um Parlamentar ou para o mandato de um executivo. Então, não há o interesse geral nem casas legislativas nem nas casas executivas. Os Deputados, como V.Exas. que se debruçam sobre a questão indígena, com certeza é por puro interesse humanitário, interesse cristão, acima de tudo, porque sei que todos são, e interesse mesmo de ver um Brasil passado a limpo e equalizar as questões sociais no nosso País. Eu inclusive ouvi aqui muito o que ouço na CPI do Sistema Carcerário: o índio é relegado a sua própria sorte, a quarto plano — não podemos nem dizer nem a segundo plano —, assim como a população carcerária do País, com a única diferença que o que está encarcerado cometeu um ilícito. E, se formos olhar os índios, de repente quantos ilícitos cometeram, mas nem esses são observados por pura, pura, pura falta de interesse da sociedade, por constar que o índio não conta no nosso contexto, ele não nos atrapalha, portanto, ele não nos interessa; ele não contribui, por ser a minoria, portanto, ele não nos interessa. Infelizmente essa é a nossa sociedade, que foi constituída dessa forma. Mas, se formos olhar aqui, crianças indígenas morrem subnutridas assim como as crianças da cidade e as crianças do interior do Brasil de qualquer cor, preta ou branca, morrem subnutridas. Criança indígena amarrada numa corrente porque tem deficiências mentais, hoje a manchete do jornal, às 6 horas da manhã, foi essa, uma criança, aqui no Estado do Goiás, presa a uma corrente porque tinha problemas mentais.

Então, o que se reflete no índio se reflete em toda nossa sociedade. Infelizmente a nossa sociedade foi construída em cima de uma visão de que herói é aquele que vence no mundo econômico. Acabou-se o tempo em que herói é aquele que vence a batalha pela terra, aquele que vence a batalha pela coletividade. Herói



é aquele que constituiu o maior império econômico. Esse é referenciado, reverenciado pela imprensa e por todos os hipócritas, que são a grande maioria da nossa sociedade. Infelizmente as leis do nosso País são feitas assim, os benefícios delas são para os brancos e ricos e as penas delas são para os pretos e pobres. Eu visitei todos os presídios do País, todos. A CPI do Sistema Carcerário visitou todas as capitais do País e visitou todos os presídios, só falta o Rio de Janeiro, vamos visitar agora dias 7 e 8. Não encontrei nenhum rico, nenhum rico preso, absolutamente nenhum. Conversamos com mais de 4 mil presos e tivemos contato com mais de 50 mil presos, só em São Paulo, cento e tantos mil a população carcerária, e não encontramos ricos. Quando encontramos brancos é porque são muito pobres. Se tem branco preso é porque é muito pobre, porque senão é preto, é negro que é preso no nosso País. Infelizmente é isto, as penas das leis são para os pretos e para os pobres, e os benefícios, para os brancos e ricos.

Escutei a colocação do representante da FUNAI, do representante da FUNASA, da Dra. Selestina, e o que posso dizer, o que senti da colocação de vocês é que vocês são pessoas que estão cumprindo com sua obrigação, que estão trabalhando. Da forma como vocês colocaram aí, Infelizmente há poucos anos se atenta para essas questões. O sistema de saúde, o subsistema de saúde voltado para a população indígena é uma coisa muito recente. Sabemos que com isso vocês estão avançando, estão, assim como a saúde para os negros. Há tão pouco tempo se admitiu que o tratamento da saúde para os negros tem que ser diferenciado, porque os negros têm problemas de saúde diferenciados dos brancos. Há pouco tempo se conquistou isso, há pouco tempo o Governo acordou para isso.

Mas o que gostaria de colocar para vocês, muito mais que perguntar — tenho algumas perguntas, mas gostaria de fazer uma colocação —, é o seguinte: será que vocês, ao cumprirem sua obrigação de funcionário público, vocês também pensam em cumprir a obrigação de vocês como cidadãos e como seres humanos iguais aos índios, que vocês precisam ir além, porque, se não formos além do nosso horário de trabalho, do que nosso soldo cobre, nunca vamos ter o verdadeiro enfrentamento das questões.

O caso da menina do Pará, que nós apuramos, que eu fui em Comissão Externa da Câmara, chamou-nos a atenção pelo seguinte: todos lá cumpriram sua



obrigação. A delegada, a obrigação dela era lavar o flagrante; o carcereiro, a obrigação dele era botar no cárcere; a juíza, a obrigação dela era lavar a sentença; a defensora pública, a obrigação dela era acompanhar a audiência. Ninguém lembrou que na cidade não existia presídio para mulher, muito menos para adolescente, mas todos cumpriram sua função de funcionário público, mas ninguém foi além do seu compromisso de cidadão, do seu compromisso de mulher, do seu compromisso de alguém que tem que zelar pelas pessoas e pelos seres humanos. Gostaria de colocar isso, porque às vezes o comodismo do poder e o comodismo dos cargos nos levam a interpretar isto: cumprimos com a legalidade da nossa obrigação como funcionário, como representante da FUNAI, como representante da FUNASA, como representante do distrito. Estamos fazendo tudo certinho, escrevendo relatório, assinando, observando e tudo.

Faço essa reparação aqui, Sr. Presidente, V.Exa. me dando a permissão, porque acho que é importante, porque se não formos além... Porque nós, como Deputados, também podíamos ser iguais aos demais, ficarmos lá em Brasília e esquecermos que tem índio. Seria bem melhor para nós, até pelo sofrimento que é para nós ver uma criança indígena morrendo, mas preferimos sair. Não teríamos que estar subscrevendo CPI, para quê? Para nos dar trabalho? Nossa obrigação é ir lá, assinar o nosso ponto, votar a lei que é proposta ou propor leis, mas nós temos que ir mais além, ou o Brasil nunca será passado a limpo, ou os índios nunca avançarão, os pretos nunca avançarão, e nós nunca teremos um mínimo de igualdade.

Coloquei aqui algumas perguntas que gostaria de fazer, para depois ter as respostas, para que eu pudesse também entender melhor a questão. Por exemplo, vocês falaram muito da questão do transporte do indígena doente. E aí pergunto por que vocês falam tanto no transporte? Porque nós sabemos que na saúde o PAB da população indígena é diferenciado, a maior, para a pessoa indígena. Por que não existe o programa saúde da família, equipe saúde da família nas aldeias indígenas, nas comunidades indígenas? Não existe por quê? Por que é falta de vontade do Poder Público? Ao que entendo seria então municipal, uma vez que cabe aos municípios constituir as equipes de saúde da família. É simplesmente a falta do profissional que não quer atuar na aldeia indígena? Ou o profissional não quer atuar na aldeia indígena por que ele não tem estrutura lá, ele teria que chegar lá e



atender, de repente, embaixo de uma árvore ou numa unidade móvel? Ou tem a estrutura e não tem o profissional? Ou não tem nenhuma das 2 coisas? É falta de ação do Governo ou realmente as dificuldades impedem mesmo que isso aconteça?

Outra coisa que gostaria de saber. Falo isso porque sei que uma das doenças, gostaria que eles confirmassem depois, de uma das piores enfermidades que acontecem nas aldeias indígenas são as DST, as doenças sexualmente transmissíveis, que, para combatê-las, é preciso ações diuturnas, não adianta ir lá e levar um remédio para uma DST. Tem-se que ter uma ação contínua e diuturna.

Outra coisa que gostaria de perguntar é o seguinte: nas nossas aldeias — vou falar nossas aldeias porque estamos aqui juntos — existem casos de HIV positivos? Se existem, há tratamento? Como é tratado, como é considerado, como é encarado? Essa pessoa é tirada do seu contexto social para vir ficar se tratando na cidade ou existe possibilidade de ter esse tratamento lá? Caso a resposta seja positiva.

Como é feito o acompanhamento pré-natal das mulheres indígenas? Primeiro, a cultura indígena permite que isso aconteça? Caso afirmativo, como é feito? Uma vez que me pareceu, pelo que foi colocado, que qualquer enfermidade que o indígena sinta ele tem que ser deslocado para a cidade, para outro lugar.

E as doenças ginecológicas da mulher, principalmente, porque é mais comum na mulher?

No meu Estado houve isso, por isso quero fazer esta pergunta: aqui houve alguma ação política, seja de governo, seja de algum político isoladamente que tenha cometido — não vou dizer cometido, porque alguns nem consideram isso um crime —, que tenha praticado a esterilização da mulher indígena, como laqueadura, ligação de trompas e tal?

É porque no meu Estado houve isso, houve uma esterilização em massa nas nossas mulheres indígenas feita por um político, que foi muito denunciado por nós, inclusive.

A Pastoral da Criança atua também nas aldeias indígenas?

Gostaria de fazer uma pergunta, talvez, mais direcionada à Dra. Selestina: qual é a maior causa da morte das crianças indígenas? A subnutrição ou são outras? Fora esse caso da denúncia que houve, da água do rio e tal, as outras



mortes. Também dos adultos. A questão da doença de Chagas, como está sendo encarada pela FUNASA e pelos senhores que atuam no sistema de saúde?

Estou dizendo isso porque minha região, oeste da Bahia, é campeã de infestação de doença de Chagas. Imagino que como é uma região contígua, os senhores também devem ter as casas de pindaíba, de taipa, e as moradias, as habitações indígenas com certeza são propícias para a proliferação do bicho barbeiro, doença de Chagas.

O Dr. Cleso disse o seguinte, mais ou menos, não sei se foram essas as palavras, mas o que entendi: *“Nós precisamos agir em consonância, termos várias ações, mas uma única política integrada, todos os órgãos”*. Foi mais ou menos isso o que o senhor colocou. Acho que para que se faça um projeto único de auto-sustentação, de sustentabilidade econômica, até para que se evite a política compensatória da cesta básica — nós falamos aqui da cesta básica —, como é distribuída e como não é distribuída.

Sabemos que cesta básica é uma coisa emergencial. Ele teria que ter um plano macro de ações, em consonância um com o outro, e foi o que ele colocou aí. E eu queria saber o seguinte: esse plano, ele não acontece por quê? Viria na área do plantio, da agricultura, dos projetos, de repente, de resgate cultural, com o atrativo de geração e renda, com os recursos naturais que existem na aldeia, enfim, tudo isso. Ele não acontece por quê? De quem teria que ser a iniciativa desse projeto? Qual dos órgãos que estão aqui representados teria que ter a iniciativa de um programa desse? Não é um projeto, é uma linha de ação em que todos trabalhassem em consonância, para que um não chegasse com uma coisa... Foi isso o que eu entendi, mais ou menos, da sua colocação.

De quem seria essa iniciativa? E por que ela não acontece?

Essas são as minhas perguntas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço à Deputada Jusmari e quero dizer da feliz presença de S.Exa. na Comissão, até por toda a história de um combate em nome dos direitos humanos e das minorias que S.Exa. pontua no Congresso Nacional.



Eu gostaria de passar a palavra a outro Parlamentar maranhense, companheiro nosso, querido amigo, que tem dado uma assistência muito grande ao trabalho desta Comissão, Deputado Carlos Brandão.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria começar minha fala agradecendo o convite ao Deputado Vicentinho para comparecer aqui à sua terra. Estivemos juntos pela primeira vez lá, em Imperatriz, e viemos aqui prestigiá-lo em sua terra, para que possamos sair daqui com resultados positivos desse trabalho.

O Deputado Vicentinho, além de Parlamentar, é meu colega vizinho de gabinete. E eu passo ali pelo seu gabinete, às vezes, e fico observando a sua árdua luta, e esse gabinete sempre cheio. Eu até perguntei: "*Vicentinho, por que esse seu gabinete é todo tempo cheio de pessoas de Tocantins te visitando?*" E, às vezes, eu fico até preocupado, porque o meu não fica tão cheio. E ele diz: "*É pela maneira de a gente atender as pessoas, a assistência que a gente dá, o retorno*".

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS BRANDÃO - E eu fiquei satisfeito. Por isso, comecei a minha admiração pelo Deputado Vicentinho, além do seu trabalho como Parlamentar lá, na Câmara Federal. Por isso, viemos aqui prestigiá-lo pelo seu trabalho.

Quero saudar os demais colegas, os Deputados que aqui se encontram, os representantes das comunidades indígenas, os representantes da FUNAI e da FUNASA e dizer da nossa preocupação com relação a esta CPI.

Estivemos em Imperatriz há poucos dias, e a gente vê que os relatos são parecidos, os problemas são parecidos. A gente, às vezes, fica sem entender como é que um problema de carro passa a ser prioridade, mas foi bem relatado aqui que, sem o carro, o médico não chega. Como é o problema da medicação, que não chega até os povoados, porque o remédio chega atrasado. Enfim, é uma conjuntura toda complicada, toda cheia de amarras, e muitas vezes chega tarde, muita gente envolvida, e as coisas realmente não acontecem.

Eu acho que aqui, na realidade, esta CPI tem como finalidade apurar as causas, as conseqüências da mortalidade infantil pela questão da subnutrição. Essa



é a principal causa, mas a gente termina se estendendo, porque a gente se envolve e procura encontrar soluções para os outros problemas que existem na comunidade indígena. Por isso é que essa pauta fica extensiva, e às vezes a gente foge até do foco, do foco principal: investigar as causas da mortalidade infantil pela questão da subnutrição. Mas a gente tem que ponderar, porque, pelo que eu tenho sentido nessas duas audiências das quais participamos, a gente tem que mudar o modelo. Vicentinho, eu acho que V.Exa., como Relator... A gente tem que ter a preocupação de apresentar uma proposta para o Governo Federal, uma proposta diferente. Se tivermos uma outra audiência, com certeza, nessa outra audiência, nós vamos deparar com os mesmos problemas.

Em Imperatriz, por exemplo, nós vimos claramente que o coordenador da FUNASA não podia contratar um carro sequer, porque tinha que pedir a autorização de Brasília, e estava lá, há 8 meses, esperando uma autorização. Então, isso fica impossível. Criticamos até o coordenador da FUNASA local. Ele não tem culpa, são as amarras da burocracia.

Eu acho que a gente tem, cada vez mais, de municipalizar essas ações para que possam ocorrer de forma mais rápida e mais ágil. Todas as ações que foram municipalizadas na área de saúde, na área de educação, as coisas realmente aconteceram mais rápidas. E a questão da municipalização das ações da FUNASA, eu acho que a FUNASA tem que passar a ser um órgão fiscalizador, não executor das ações. A FUNAI também tem que se pensar que esse recurso chegue direto ao município, e ali a FUNASA, FUNAI, Ministério Público, associações, sindicatos, representantes das etnias passam a exercer o poder de fiscalização. Mas não se pode admitir esperar de Brasília o resultado de uma licitação, esperar de Brasília uma decisão de uma compra de uma vacina. Tudo é muito complicado. Então, a dificuldade de um pré-natal, de um pós-natal, tudo isso são coisas que a gente entende que a burocracia amarra. Essa burocracia é necessária por causa da legislação, mas, ao mesmo tempo, ela dificulta e impede que as coisas aconteçam.

O nosso querido Relator fez praticamente todas as perguntas que nós iríamos fazer aqui. E fiquei e me dou por satisfeito.

Mas eu escutei aqui o depoimento de um representante indígena que me deixou preocupado. Eu queria fazer uma pergunta especificamente a ele. É o José



Ribeiro. Ele colocou duas questões que nos preocupou. É que está havendo, na região dele, o desvio de recursos da Bolsa-Família. Sabemos que o recurso da Bolsa-Família uma das finalidades é amparar, manter a nutrição dessas pessoas. Eu fiquei preocupado se a finalidade principal da Bolsa-Família é alimentar as pessoas.

Você falou aqui que há um desvio, inclusive falou por parte de políticos. Isso nos deixa muito preocupados.

Outra coisa que você falou aqui é que as pessoas não querem resolver os problemas e sim ganhar dinheiro. Eu queria que você esclarecesse aqui o que você chama de ganhar dinheiro e quem seriam essas pessoas que estariam envolvidas nesse processo de querer ganhar dinheiro à custa de programas que ajudam as comunidades indígenas. Isso aqui também me preocupou.

Eu gostaria que V.Sa. nos esclarecesse quem quer ganhar dinheiro, como está ganhando e onde está sendo o desvio. E isso com certeza é uma coisa que a gente não vai concordar no momento em que a gente está vendo tanta dificuldade do dinheiro chegar até as comunidades indígenas.

São essas as nossas colocações.

Mas aqui eu queria também acrescentar, Vicentinho, que, nesse relatório, o Presidente, a gente apresentasse um programa, um programa de produção de alimentos, um programa de capacitação indígena, porque os índios têm de manter a sua cultura de caçar e pescar, mas nós também temos de estimular os índios a trabalhar, a produzir alguma coisa e fugir dessa questão de ficar recebendo uma cesta básica, uma espécie de esmola. Eu acho que a comunidade indígena tem evoluído, tem crescido, tem aprimorado sua cultura, mas tem que melhorar no que diz respeito à produção. A gente sabe que, sem essa produção, eles vão ficar todo o tempo à mercê de esmola, de cesta básica, e muitas vezes chega fora do prazo, fora da época, e as coisas não acontecem. Portanto, a gente estimulando a produção, com o critério de municipalização das ações do programa da comunidade indígena, das ações de combate à desnutrição, enfim, todos esses programas, eu acho que a gente pode chegar a um denominador comum, com uma política séria, uma política voltada para todas essas ações, e com a fiscalização severa do Ministério Público e das entidades envolvidas.



Essas seriam as nossas colocações. O resto, eu me dou por satisfeito pelas perguntas que foram feitas aqui pelo Deputado Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Carlos Brandão.

Passo a palavra como último orador inscrito — neste momento, nós vamos para a última etapa da reunião que são as respostas dos senhores expositores —, o queridíssimo Deputado Cleber Verde, outro Deputado do Maranhão, do PRB, identificado com as causas do Maranhão, do País, essencialmente daqueles da terceira idade.

Cleber, embora jovem, tem uma vasta atuação àquelas pessoas como profissionais, como pessoas do povo que estão precisando do amparo do Estado. São minorias também. Um abraço.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Obrigado, Presidente.

Cumprimento V.Exa. e agradeço-lhe pelas palavras elogiosas.

Cumprimento o nobre Relator, o Deputado Vicentinho, que tem demonstrado assim, como já foi dito pelos meus antecessores, todo o conhecimento e a preocupação de fato com a problemática que nos traz aqui ao seu Estado. Portanto, eu quero aqui parabenizar o Deputado Vicentinho pela atuação tanto no plenário da Câmara, na Câmara como um todo, quanto na preocupação primordial com a questão indígena, principalmente, eu que ouvi a sua fala, a questão da criação da subcomissão dos direitos humanos, Comissão essa que sou Vice-Presidente eleito, com apoio da Deputada Jusmari. Que nós possamos nos unir no sentido de criar essa subcomissão e torná-la de fato uma prática e o acompanhamento do que for abordado aqui pela CPI. Fico feliz em saber que tanto eu quanto a Jusmari fazemos parte dessa Comissão de Direitos Humanos, que vai ter a prerrogativa de dar andamento e prosseguir com as ações de atenção à comunidade indígena.

Cumprimento a nobre Deputada Jusmari Oliveira pela sua fala e pela reflexão que faz. Ela demonstra a sensibilidade de Deputada, de cidadã e principalmente a sua preocupação com as minorias.

Cumprimento o nobre Deputado Brandão, o Deputado Madeira, Deputado Edio Lopes, os senhores que nos dão o privilégio de poder aqui, nas suas salas, colher, na verdade, o conteúdo para que nós possamos apresentar e compilar o



relatório, que certamente o Deputado Vicentinho irá fazer com toda maestria que lhe é peculiar, no sentido de identificar a problemática que nós queremos identificar, principalmente buscar e apresentar para o Governo sugestão para que a desnutrição seja extirpada da comunidade indígena.

Mas eu ouvi atentamente a fala dos senhores, e com certeza vários pontos comuns aqui foram observados, como a questão do transporte, questão da fome, em si, problemas sociais que nós sabemos que existem e que, muitas vezes, como disse o Deputado Brandão e perguntou, até com ar de preocupação, como de fato acontece o desvio, a questão da Bolsa-Família, que é um dos programas importantes do Governo Federal.

Mas eu queria me ater a algumas perguntas que eu acho assim — também já me sentindo contemplado pelas perguntas do Deputado Vicentinho. Mas queria complementar perguntando a respeito do CONDIS(?), que é um conselho indígena, que no Maranhão infelizmente, no nosso Estado, ele está capenga. Acho que 34 Estados que têm o CONDIS, são 34 CONDIS, se não me falha a memória, mas no Maranhão não funciona. Como está o CONDIS aqui em Tocantins? Seria a primeira pergunta.

A segunda também direcionada à questão, após o DSEI, o Governo criou o SISVAN, o nobre Relator já até perguntou a respeito. No Maranhão, infelizmente, o SISVAN também é outro programa que, lamentavelmente, a exemplo do Conselho, ainda não foi implantado. Nós sabemos da sua importância, principalmente na questão ligada à nutrição indígena. Como está o SISVAN em Tocantins?

Nós sabemos que os convênios, por exemplo, a grande maioria são celebrados, ou todos são celebrados por Brasília, os convênios com as ONGs. Mas aqui, em Tocantins, por exemplo, como se dá o acompanhamento, a execução e a fiscalização das ações dos programas celebrados por essas ONGs através desses convênios feitos com o Governo Federal?

Para concluir as minhas perguntas, nós sabemos que, de fato, a fome é um grande problema, mas o Governo Federal tem grandes programas sociais que têm sido divulgados, que têm inclusive atendido milhões de brasileiros. A população indígena é também contemplada por vários programas sociais do Governo Federal, a exemplo de um dos maiores programas, que eu acho que não existe maior do que



esse, que é o maior programa de renda mínima do País, que se chama aposentadoria rural. E contempla nesse programa... E o Constituinte originário foi muito feliz quando observou o art. 195, que ficava isento da contribuição o lavrador, o pescador e a população indígena, como recebedor, beneficiário da Previdência sem precisar pagar. O índio é contemplado, a mulher com 55 anos e o homem com 60 anos de idade têm direito à aposentadoria rural. Da mesma forma, a indígena, e aqui foi falado em mãe solteira, também é atendida com o salário-maternidade. Tem o filho, nós sabemos que o índio que vive na comunidade ele vive da agricultura de subsistência, porque não existe um apoio, Presidente, um apoio para a agricultura se desenvolver na comunidade. Esse é um grande problema que a Comissão está levantando e que nós precisamos criar programas, o Governo precisa criar programas para investir na comunidade indígena para que ela possa produzir, gerar riqueza e poder se auto-sustentar e, quem sabe, até vender um pouco daquilo que sobrar para ser auto-sustentável dentro do programa que entendemos que é fundamental. Mas, além da questão do salário-maternidade, há outros programas, como, por exemplo, o amparo social ao idoso e ao deficiente. Ao deficiente — e aí eu me recordo aqui de uma pergunta do nobre Relator quando fala do infanticídio. E nós sabemos que muitas crianças, às vezes, nascem com problemas tipo síndrome de Down, problemas de saúde. E que muitas vezes foi colocado isso em depoimento de alguns que passaram pela Comissão nos seus depoimentos que, quando nasce uma criança com síndrome de Down em alguma comunidade, a mãe chega a matar a criança por afogamento, não quer contato com aquela criança. Mas existe o programa LOAS que porventura pode ser a saída, até para trazer a criança para perto da família, porque, a partir do momento em que ele tem o problema de síndrome de Down ou outro problema que seja incapacitante para o trabalho e para a vida diária, ele vai receber um salário mínimo. Então, essa renda mínima que vem para a família indígena passa a ser um complemento do sustento familiar e automaticamente passa a ser um instrumento para que aquela criança venha a ter o afago da família por representar uma renda mínima. É assim em muitas famílias brasileiras.

Eu queria saber certamente como, qual o órgão, quem está fazendo, por exemplo, entre a FUNAI, entre o Conselho, não sei, quem, entre os senhores ou a



entidade responsável para orientar esses indígenas, para informá-los desses direitos e acompanhar nesses programas tão importantes de renda mínima para as famílias indígenas.

Portanto, eram essas as minhas perguntas e me dou, Presidente, por satisfeito com as demais já feitas pelo nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Deputado Cleber Verde.

Senhoras e senhores, nós vamos passar aos senhores expositores...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Relator para duas complementações.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Além das perguntas feitas pelos Deputados, eu vou fazer mais duas para todos.

Nós sabemos, andando aí pelo Estado, que os assentamentos, Cleso, da FUNAI, não têm sido bom relacionamento de assentamentos do INCRA ao lado de reserva indígena por outros Estados. Então, eu quero perguntar se aqui, no Tocantins, está havendo assentamentos próximos às áreas indígenas. Se tiver... Ou se vocês estão com o cuidado de não ter esses assentamentos.

A outra pergunta é para a FUNASA, viu João? Sobre quantos agentes de saúde nós temos e quantos agentes de saneamento nas aldeias, se a quantidade está a contento?

E o mais é aguardando a resposta dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu gostaria de, para efeito de taquigrafia e documentação, até por responsabilidade penal àqueles faltosos das convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, dizer que foi justificada a ausência, por motivo de doença, do Parlamentar, Vereador Darci Maurrerri Javaé. Feita a justificativa. Ainda encontra-se aberta a justificativa do Sr. Vereador José Karajás.

Senhoras e senhores, nós passamos para a última parte desta reunião, ainda convocando os senhores para a visita externa que a Comissão vai fazer daqui a pouquinho à Aldeia Funil, em Tocantínea. Por decisão desta Comissão, eu gostaria de, dentro do que foi pré-agendado com o coordenador desta viagem, o Deputado



Vicentinho Alves, eu preciso, junto com o Deputado Sebastião Madeira, me ausentar neste momento. Eu vou voltar ao meu Estado, devo chegar lá por volta das 3 da manhã, mas saio daqui muito satisfeito com esta reunião. Primeiro, pela acolhida extraordinária que tivemos em Palmas, uma cidade que encanta pela sua organização, pelo seu planejamento; depois, ciceroneados por esse extraordinário amigo e companheiro. Mas saio daqui também muito alimentado, alimentado de experiências, de preocupações, porque os senhores transmitiram diversas preocupações que a CPI haverá de recolher para consubstanciar o relatório do Deputado Vicentinho Alves. E dizer que essa missão foi coroada já de pleno êxito — posso me antecipar. E tenho absoluta convicção de que o relatório apresentado vai dar destaque especial à participação dos senhores.

Gostaria de agradecer, penhoradamente, à Assembléia Legislativa, à força federal que nos acompanha, protocolar e formal, a todos os funcionários, aos membros deste Poder, que nos tratam com lhanza, com elegância, com simpatia, aos profissionais da imprensa que dão cobertura a esses trabalhos. Eu tenho absoluta certeza do sucesso.

Convido para representar esta Presidência o Deputado Edio Lopes, que a partir de agora assumirá o comando desta sessão.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Dando prosseguimento aos trabalhos desta CPI, antes de passarmos a palavra para que possam os senhores expositores responder aos questionamentos aqui efetuados pelos Srs. Deputados, nós devemos informar que todo o trabalho da Comissão, tudo o que aqui foi dito está sendo devidamente gravado e taquigrafado para que a Comissão, lá na sala de reuniões, possam todos os membros, inclusive aqueles que aqui não estiveram, debruçar-se sobre tudo o que aqui colhemos para a discussão e a elaboração do relatório, que deverá ser produzido pelo eminente Deputado Sr. Vicentinho Alves.

Sendo assim, nós passamos a palavra ao líder indígena José Ribeiro Apinajé, para que responda a esta Comissão, às perguntas que lhe foram direcionadas.

O SR. JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ - Vou tentar ver se eu consigo responder a todas as perguntas. Mas a primeira, com relação à distribuição da cesta básica pela FUNAI. A cesta básica vem sendo distribuída, sim, só que eu acho que não é



suficiente para atender o que está ocorrendo neste momento. Porque a cesta básica, ela é atendida emergencial. Agora, o que nós queremos da FUNAI é um incentivo, como ele acabou de dizer, o Seu Cleso falou, que não é comprar foice, comprar ferramentas todos os anos e não ver o resultado. Claro que se compra ferramentas todos os anos, mas a FUNAI em si não incentiva o índio, não ensina como é que trabalha pra se produzir. Claro que não produz. Porque eu reclamo, eu como mais velho dos apinajés. Eu fui cacique durante 15 anos e trabalhei em torno dessa comunidade pra não ocorrer como está acontecendo hoje. Porque hoje o índio ainda é considerado de menor, porque a FUNAI é responsável, até hoje a comunidade espera pela FUNAI pela FUNAI ter acostumado de manter projeto nas comunidades. Hoje a FUNAI fugiu e tirou todos os projetos de roça mecanizada, porque vêm as conseqüências de meio ambiente. O índio, hoje, não pode derrubar pra fazer queimada, porque o meio ambiente não aceita. Mas como é que nós vivemos? Como é que nós podemos viver da nossa cultura? Eu era criança, na aldeia que eu fui nascido não tinha sequer um branco pra estar incentivando o índio a trabalhar, e o índio tinha fartura, o índio não tinha essa fome que está passando hoje. Com um mundo de terra demarcada, eu já falei e falo para o senhor administrador: é uma vergonha, é uma vergonha pra nós, índios, ter essa terra, que o pessoal de Tocantinópolis não gosta de índio por causa dessa área, porque dizem que nós tomamos a área, o Município de Tocantinópolis, e acaba nós não produzindo. Certo, porque nós preservamos a natureza, mas ali nós tiramos o nosso sustento, como nós... Foi reclamado hoje: a FUNAI não fiscaliza mais a área; depois que limita, entrega para o índio, quer que o índio se vire de qualquer maneira. Não é assim, porque a FUNAI é responsável, a FUNAI é o tutor do índio, pois então ela tem por obrigação fiscalizar a área, porque hoje a área é depredada, é depredada pelo branco. Como ele acabou de dizer, hoje, pra nós criar porco, como ele chamou, porco cateto, nós vamos ter que fazer um criatório, enquanto é nativo da mata. Como é que nós vamos criar uma coisa que é nativa? Aquele que é nativo, nós preservamos. Hoje, o branco está invadindo, está acabando com a caça. Aí, o índio ficou. Porque hoje o comércio maior que está tendo é vender caça. O branco vende um tatu que pega na área indígena pra vender por 50 reais. Matam a paca lá dentro da área, vende por 70, 80 reais. E o índio ficou sem, porque o índio não vive de



fazer comércio, ele preserva ali pra ele se manter. Então, é o problema que está acontecendo hoje. Então, nós queremos o incentivo da FUNAI, da pessoa que representa lá, nas aldeias, que pra isso tem um chefe de posto, pra incentivar o índio, acompanhar e ensinar como é que ele deve plantar, pra ele poder sobreviver. Porque hoje o índio... Já naquele tempo, como eu falei, que eu era pequeno, o índio tinha batata, tinha inhame, tinha mandioca, tinha tudo da roça. Então, ele não passava fome. Ele ia para o mato, matava uma caça, chegava, comia com a família. Todo mundo tinha fartura. Por que que hoje tem a FUNAI, tem algum órgão que quer ajudar o índio, e o índio está passando fome? É uma vergonha. As crianças desnutridas. Será porque o índio hoje está preguiçoso porque já tem a tecnologia que o branco tem que ensinar o índio, e o índio cada vez mais ficando pior? Quando o índio vivia sozinho, ele não tinha essa dificuldade que ele está tendo hoje. Então, hoje é difícil, que eu costumo dizer: não adianta vir fazer uma coisa que eu não sei que eu não vou aprender. Hoje... No meu tempo... Está aí o meu filho. O meu filho não faz o que eu faço, meu filho não acompanha o meu costume, porque a vida dele já é diferente. Ele já estudou, ele tem outra visão. Enquanto lá na aldeia é diferente. A vida da aldeia... Muitas vezes o branco diz assim: *“Eu conheço o índio como a palma da minha mão”*, e ele não conhece é... Cada vez mais que ele vive com o índio, que ele convive com o índio, ele está aprendendo. Ele nunca vai aprender o costume primitivo do índio. Então, o que eu quero dizer é que a FUNAI tem que incentivar mais, tem que dar condições pra que o índio plante, crie pra poder passar, sair desse sufoco, dessa fome que está nos matando. É isso que nós queremos. Como os senhores Deputados. Vocês vêm a nossa reclamação sobre a saúde, mas é como vocês acabaram de dizer também do seu coordenador: ele não pode fazer milagre, ele precisa de condições pra ele trabalhar com a saúde indígena. Se não tiver condições, como é que ele vai trabalhar? O ruim é ele, não é lá em cima, porque, como a gente está reclamando da falta de transporte. Transporte é sério nas aldeias. Por quê? Como é que eles vão chegar lá... Como eu falei antes: tem um médico, mas cadê a viatura pra levar até a aldeia? Como é que esse médico vai chegar? A equipe chega lá na aldeia pra atender o índio. Enquanto ele está indo pra uma aldeia, já tem outras aldeias com emergência, pedindo para o doutor, e ele não dá conta. Então, a tendência é cair a... Cada vez mais que tem os órgãos pra cuidar



da saúde do índio, a saúde do índio está ficando mais difícil, tá ficando mais precária. Por quê? O que eu quero dizer é que a saúde do índio virou emprego. Então, é a questão de eu dizer do desvio de verba. Muitas vezes, voltando lá no caso da FUNAI, têm alguns projetinhos que envolvem, nas aldeias, que vêm recursos, mas é beneficiado alguns índios, e outros, não. A maioria passa necessidade, como no caso lá do São José. Tem uma criação de porcão, mas lá se cria um porco comum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Permita-me interrompê-lo, meu querido líder. Eu gostaria que fôssemos objetivos, haja vista que nós ainda temos mais 5 para responder, e nós ainda temos que visitar uma aldeia, que dista 60 quilômetros daqui, e já são 15 horas. Então, muito embora de uma importância extraordinária tudo isso o que estamos ouvindo, gostaríamos de enfatizar que fôssemos mais objetivos nas respostas às perguntas que foram feitas. Queiram nos desculpar, mas é que somos escravos do relógio, infelizmente.

O SR. JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ - Tudo bem. Então, é isso que faz com que... Eu estou só apontando alguns, que é para vocês entenderem. No caso do desvio do dinheiro, alguns projetos que eles fazem na aldeia, para beneficiar alguns índios, mas vão ver lá: é o branco que está ganhando o dinheiro. O índio, a mão-de-obra do índio é de graça. É como na criação dos porcos lá. Lá é uma criação, é um projeto de um Vereador com um missionário, que diz que esse trabalho é voluntário, mas o dinheiro, só eles que labutam. O índio não sabe o valor, não sabe quanto é que vem. E eles dizem que é muito dinheiro que sai do projeto para essa criação de porco. Então, é a mesma coisa como o Sr. Cleso falou: vamos criar uma... vamos fazer uma criação de peixe, vamos fazer uma criação de... Como estão querendo fazer um projeto lá. Uma coisa que o índio não entende. Então, vamos fazer uma coisa que o índio entende, que tem a participação de todos. É isso que tem o motivo de desvio de dinheiro, porque eles fazem só o "h" ali, mas o dinheiro é desviado. Eles lá criam uma porca, enquanto tem... É em nome da comunidade, é em nome do povo apinajé, mas enquanto é beneficiada alguma família só. A maioria está passando necessidade com aquele projeto na aldeia. Então, eles acham que abrange todo mundo. Não é pra todo mundo. Então, na pergunta, como ela falou, voltando à saúde das mulheres gestantes, têm umas que



fazem pré-natal, sim, e têm outras que não fazem pré-natal, porque é muito difícil. Têm umas que se escondem, não querem fazer, a técnica que está lá não faz o acompanhamento. É complicada essa situação, é muito complicada. Como a senhora falou... Aconteceu de elas... A mulher do meu irmão, ela sofria de câncer, morreu de câncer. Então, foi feito um tratamento na Araguaína, foi feita coletagem, foi feita uma série de tratamentos nela. Aconteceu que ela morreu. Só que ela chegou e falou para as outras que qualquer uma delas que sofrer aquela doença não é para deixar fazer aquilo, não, porque eles fazem é matar, eles acabam de matar. Então, um tratamento dessas doenças transmissíveis, de uma doença que é incurável não tem jeito, porque elas se escondem e se negam a fazer o tratamento, porque dizem que acaba de matar. Tem um exemplo lá do krikati, duas cunhadas com a mesma doença. Uma já morreu. A outra ainda está vivendo, porque eu fui lá e trouxe ela, eu falei para ela que, se ela não fizesse o tratamento, ela não ia aturar muitos dias, muito tempo. Ainda hoje ela está viva. Por quê? Ela se submeteu ao tratamento. A outra, como não fez, ela já foi a óbito. É por isso que eu reclamo...

(Não identificado) - E as vacinas?

O SR. JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ - As vacinas? Sempre são feitas as vacinas. Estão sendo feitas, com dificuldade, com falta de viatura, como agora mesmo, eles estão lá sem fazer... Mas estamos fazendo sempre na Rocinha. Então, isso é o que vem ocorrendo no caso da saúde, das doenças transmissíveis. A água é outra coisa complicada. A diarreia lá nas aldeias, para os índios que viveram sem água tratada, eles já notaram. As crianças só têm diarreia no dia em que eles colocam remédio demais nas caixas. Naquele período, as crianças ataca a diarreia. Tem água tratada. Agora, eu não sei por qual é o motivo. Não sei se eles botam remédio demais. Então, há uma série de coisas. É lamentável, mas eu não posso aprofundar muito devido o tempo. Mas para esclarecer essas partes que eu estou tentando que vocês entendam, é complicada a situação. Para vocês, vê dizer, acha que o índio também está entendendo, mas é muito difícil. Os índios, lá na aldeia, são completamente diferentes de como estamos aqui. Eu já entendo um pouquinho a maneira de viver, a maneira de tratar, mas lá na aldeia é completamente diferente. É tão difícil para nós que somos representantes é traduzir para eles. E eles não acreditam mais na gente, porque devido o tratamento que vem acontecendo nas comunidades. Então, é isso o



que tinha de esclarecer sobre o desvio, que foi a pergunta dele. É nesse aspecto, no modo de aplicar o recurso, em que uns são beneficiados e outros não. Porque não é para todos. Porque quando é um projeto que envolve a comunidade, como a FUNAI. A FUNAI já fez isso. Eu já fiz. Na época em que fui cacique nós ganhamos um convênio da Vale do Rio Doce, nós tivemos muita fartura. Então, como a FUNAI, na época, com a mudança de administrador, um começou a desviar recursos, e foi indo e foi cortado antes da época. Então, ficou todo mundo esperando pela FUNAI até hoje, até hoje, querendo que a FUNAI estruture de novo um projeto para poder incentivar o índio naquilo que nós já fizemos, nós já vimos.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Com relação ao desvio do bolsa-família, que o senhor falou, como é que isso se dá?

O SR. JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ - O bolsa-família foi o seguinte: agora já tem, em algumas comunidades já chegou. Mas antes é como ela falou, sempre nós temos alguém responsável por nós, por quê? Antes a gente pedia para criar esse programa dentro das aldeias, mas quem está lá fora pensa que a FUNAI dá o sustento como dava antes. As pessoas dizem: não, vocês não precisam, porque já tem a FUNAI para dar para vocês. A FUNAI já cuida dessa parte. Então, essa bolsa-família é só para os brancos, porque não tem alguém responsável. Então, isso é que era desviado. Agora já existem algumas comunidades que recebem a bolsa-família. Já está sendo criada agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Vamos passar ao expositor seguinte e vamos insistir na questão da objetividade. Nós definimos aqui 10 minutos para cada, improrrogáveis. Nós seremos rigorosos no cumprimento desse horário, haja vista que é muito importante para esta Comissão visitar *in loco* uma aldeia. E nós temos o tempo já bastante avançado.

Passamos a palavra ao Sr. Antônio Carajá.

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Vou tentar ser breve aqui em algumas perguntas que eu anotei. Se eu terminar antes do meu tempo, se alguém quiser fazer alguma pergunta, pergunte. Vou fazer um primeiro momento, onde foi perguntado sobre o relacionamento da FUNAI e da FUNASA. O que eu acho hoje, na gestão de hoje, ela tem avançado um pouco, mas está muito longe ainda de chegar onde queremos, a parceria dos órgãos competentes dos gestores



estarem mais presentes um com outro. Essa articulação entre a FUNAI e a FUNSA, que são os órgãos mais freqüentes dentro das aldeias, mas juntamente com os municípios, Estados e Governo Federal. Uma coisa que eu queria falar também é sobre a questão dos programas sociais. Tem alguns programas sociais que hoje é responsabilidade inteiramente do município e da FUNAI, que não são feitos hoje. Isso inflige em alguns lugares que nem algumas cidades como Itacajá, Goiatins, que já não têm apoio dos gestores municipais. Então, termina isso emperrando por algum motivo. Uma coisa que no meu relato esqueci de relatar, mas como hoje se faz parte de uma Comissão, e eu acho que isso atinge diretamente nosso povo, é a questão desses programas do Governo que já estão sendo aplicados dentro das reservas indígenas que são as aposentadorias. Enquanto nas pequenas cidades onde têm essas reservas indígenas nós temos vários cartões na mão de comerciantes, que o índio não tem acesso ao dinheiro. E eu acho que isso é responsabilidade do Poder Público, junto... que nem a própria FUNAI e o Ministério Público, que estou passando aqui para vocês, porque vejo como a necessidade, vocês que são Parlamentares Federais, Estaduais, a gente tem esse problema no Estado que acho que atinge diretamente a estrutura da base alimentar dos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Só permita interrupção, dada a gravidade da informação que o senhor está dando a esta Comissão. O senhor está dizendo a esta Comissão que comerciantes retêm o cartão de aposentadoria do indígena e que ele vai ao caixa do banco sacar o dinheiro, ele comerciante, sacar e ele fica com o cartão e a senha é isso?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Ele fica com o cartão, os comerciantes ficam com o cartão e a senha. Isso já teve algumas denúncias, já está no Ministério Público. Mas o que estou querendo deixar claro à Comissão é que até hoje foi feita algumas ações que não teve fundamento e continua da mesma forma. Tenho já acompanhado esse processo, algumas denúncias. Às vezes, como Presidente do Conselho Distrital, o pessoal vem reclamar para mim e eu não tenho o poder de fazer muita coisa sobre isso, porque estamos tendo outras extremidades responsáveis por essa área.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Mas o senhor dá conhecimento à FUNAI disso?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - A FUNAI tem conhecimento disso, como o próprio Ministério Público também já tem conhecimento disso. Tem algumas denúncias, na Polícia Federal também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Só mais um último detalhe: também há agiotas nesse negócio ou só comerciantes?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Até onde tenho conhecimento são comerciantes de médio porte, entendeu? Em supermercado onde tem acesso direto à compra de alimentação. Quando alguém, eu não me lembro muito bem quem foi dos Relatores aqui que perguntou sobre os gêmeos, se nós temos problemas aqui no Estado. Não. Aqui, eu não tenho... Não é do meu conhecimento tendo as 7 etnias aqui do Estado que tenham algum tipo de problema, tanto que temos alguns pacientes que têm problema mental e tudo, e é cuidado principalmente pelos pais com o maior carinho possível. Ah! Nós temos uma ONG atuando, nós temos uma organização indígena também que atua com saúde indígena, a CONJABA, e temos uma ONG de Santa Catarina chamada Rondon Brasil, que é responsável por parte do recurso, que faz parceria com a FUNASA para complementação de algumas ações que a FUNASA hoje não contempla fazer pela questão da burocracia.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - A Rondon Brasil é Santa Catarina?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - É

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E a outra?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - A outra é daqui do Estado do Tocantins, meia dúzia indígena, povo Javaé.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Qual é que tem convênio com a FUNASA?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - As duas

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Você tem os valores?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - É...2,4 milhões de reais.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - De qual?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Rondon. Por ano. 594 milhões

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E o que que elas fazem?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Nosso conhecimento como Conselheiro, que tem algumas complementações: compra de medicamento, compra de algumas peças de pequenos valores. Alimentação seria a base da alimentação dos pacientes e a hospedagem em hotéis, e tem algumas também algumas contratações dentro da área técnica pela Rondon e...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quem fiscaliza os recursos?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - O recurso ele é prestado conta dentro do Conselho Municipal, ou do Conselho Distrital. Entendeu? A ONG presta conta.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Tribunal de Contas da União?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Não. Ela presta conta, segundo informação que eles tiveram, eles prestaram conta para o Tribunal de Contas e trouxeram também uma prestação de conta dos valores que é gasto aqui. Tecnicamente eles prestaram conta, mas deu um formulário para cada conselheiro, item a item, se quisessem analisar ou levar para alguma pessoa para estar fazendo essa contabilidade dos recursos e do que foi gasto. Então, até hoje ela teve uma clareza, pelo menos com nós aqui no Estado de Tocantins, nós não temos... Estamos com problema na questão dos repasses de recursos, que sempre tem atrasado na questão de Brasília, a questão burocrática e a questão também... Às vezes a gente... A questão do próprio funcionário, que é isso que hoje a Presidência alega, quando a gente aperta eles falam: o problema é que não temos funcionários para analisar essas prestações de contas, a tramitação de uma prestação de conta é de 15 dias, e nós temos 200 e não sei quantas ações...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Antônio, vamos raciocinar: se a FUNASA está sucateada, não tem carros, funcionários, também não tem, essas ONGs podem ter?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Não



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Você é contra ou a favor da estruturação da FUNASA?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Eu sou hoje... Eu acabei de ver o senhor Deputado falando ali na questão de municipalizar a saúde indígena. Eu sou totalmente contra municipalizar. Eu acredito que se se reestruturasse a FUNASA, aí eu acredito que... Mas jogando para o município eu acredito... Porque o Estado brasileiro não está preparado para receber a saúde indígena...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O senhor é favor da reestruturação da FUNASA.

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Com certeza. O nosso Conselho, hoje, do CONDISI temos 4 reuniões por ano, distrital, e 8 reuniões locais e ainda mais algumas extraordinárias de acordo com os problemas de cada região.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Esses funcionários dessas ONGs, eles atuam onde, contratados por ela?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Tem... Alguns trabalhando em aldeias, que são alguns pilotos de lancha

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É em todas as aldeias do Estado, ou é de alguma região, outra não?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Em algumas regiões.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Lá (*ininteligível*) tem alguém atendido por essas ONGs? Tem né?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - É porque em algumas regiões a maioria tem vigilantes contratados pela conveniada e temos pilotos na reserva indígena, que são contratados, que são indígenas também, que são contratados pela ONG.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O que nós estamos observando, na realidade, é que essas ONGs estão aproveitando a fragilidade do Poder Público, a fragilidade da FUNASA e estão tirando todo o oxigênio da FUNASA e da FUNAI. Essa é a realidade do Brasil. Em todos os Estados que andamos as ONGs estão sufocando o Poder Público, porque pegam o Poder Público fragilizado, sucateado, eles chegam com aquela velocidade e você pergunta a essas ONGs quanto que



eles cobram, eles dizem que é por caridade, não cobram nada — no regime capitalista que vivemos. Vejam bem onde vão as coisas. Todas elas custo zero. Isso não existe

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Eu até vejo essa questão da ONG, quando é, pela questão da própria FUNAI, hoje, ela corre um risco aí. Nós temos uma organização chamada CTI também, que hoje está trabalhando junto com a FUNAI e que a gente não vê muito, assim, muito interesse sobre essas outras organizações.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Qual é o nome?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - CTI...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - CTI! O que é CTI?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Eu só sei o nome, que é CTI. Por aí, vocês tiram a informação do que tem. Quantos anos ela não trabalha com nós indígenas. Eu não entendo nem muito bem, porque ela já trabalha, já trabalhou diretamente com o grupo dos...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Você não sabem que são os dirigentes? O que ela faz?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Não, não. Eu desconheço essa sigla...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O que fazem, não sabe também?

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Também não, porque conosco eles nunca trabalharam, mas trabalham com alguns grupos dentro do Estado do Tocantins, vinculado à nossa administração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Está bom. Vamos resumir, para que nos passemos ao próximo.

O SR. ANTÔNIO MARCOS LEAL SENNA CARAJÁ - Só aqui teve a questão do transporte. É uma das questões mais críticas. Hoje, eu vejo ela como uma questão mais crítica do Estado, por uma questão de não ter mesmo. E, por causa do transporte, hoje, a gente deixa de fazer muitas ações, tanto na questão da vacinação... Hoje, nós não temos a vacina talvez, hoje, completa, no Estado, por uma questão de não ter estrada e outra por não ter transporte mesmo. Então, a gente vê que a FUNASA, hoje, se ela não passar por uma reestruturação. Você vê



que ela hoje em si ela não tem condição, ela não tem perna para custear a saúde indígena. Então, vejo, pelo meio legal, que se ela não passar...Infelizmente, concordo plenamente com os Srs. Deputados... As ONGs estão pressionando, e se você for olhar, hoje, a realidade indígena, os indígenas, se continuarem do jeito que está, os índios vão ter mais respeito pelas ONGs do que pela própria FUNAI ou qualquer instituição federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Prosseguindo e seguindo a ordem estabelecida pela Presidente, Deputado Vital do Rêgo, passaremos a ouvir o líder indígena, Lázaro Calixto Xerente.

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - É Krahô-Kanela. Não é? Temos seis.

O Relator pergunta se o programa de saúde indígena vai bem ou ruim? Eu diria assim: no momento, como colocaram o pessoal da FUNASA nós estamos ainda no momento da... Tem umas coisas que estão ruins, mas eu gosto de classificar as coisas. Às vezes, é na questão técnica, é na questão pessoal. Então, várias as coisas que a gente não deve definir que a saúde toda está ruim, porque aí a gente está generalizando o que está bom e o que está ruim. Então, eu acho que tem certas coisas que estão ruins, como um desses fatores, que sempre nas reuniões do Conselho Distrital a gente discute sobre o carro. Quanto ao gênero, o Marcos é da cultura diferente. Ele é Carajá e eu sou Xerente. Não somos da mesma, mas eu acho que nós, os Xerentes, se nascer gêmeo nós não matamos, nos criamos. Até porque se se fizer isso acho que não é humano. Deus não permite isso. Aí peguei uma informação sobre o CIRVAN, controle de alimentação. Pelo menos eu, lá... E eu quero, aqui, diante dos membros, dizer que aqui no nosso Tocantins temos 2 ADRs. A que está aqui é da região do lado que está representando a FUNAI, mas nós temos o de Gurupi, que poderia estar presente, aqui, porque são 2 regiões de diferentes situações. Aí, está-se perguntando sobre o pajé, se o pajé ajuda ou atrapalha? Eu tenho a minha crença, respeito muito bem a questão de pajé, mas eu não acredito muito, porque, por exemplo, se uma criança está desnutrida ou com sinal de pneumonia, eu acho que é uma doença que tem de se cuidar pelos profissionais de saúde. Porque, eu acho, que, para mim, assim, no meu entender, acho que o pajé não vai dar jeito nisso, respeitando muito bem a questão da pajelança. Tem momento que ela ajuda, mas tem momento que atrapalha, porque o



profissional de saúde, que é o agente de saúde e a própria etnia estão insistindo para levar para o hospital e o pajé insistindo que ele vai dar conta de curar na aldeia. Então, quando se levar para o hospital já é a criança em óbito. Não é? Então, é um fator que também atrapalha. Demarcação de Terra. Eu acho que... Não sei como é que está o pessoal que poderia estar aqui. O administrador de Gurupi poderia muito bem estar esclarecendo isso. Não sei como está a situação do povo Krahô-Kanela, recente etnia que está aí. Não sei como está o processo da demarcação, se foi demarcada... Até porque estão fazendo movimento, indo para Brasília. Eu não sei como ficou a questão disso. Outra questão que foi questionada pelo nosso Relator Vicentinho é a questão da bebida alcoólica. Não é? Até há pouco estava conversando com o conselho que representa os indígenas do Estado do Tocantins. Tenho essa minha preocupação, porque como membro Parlamentar, lá, na minha cidade, eu reuni todas as instituições para que a gente fosse não proibir a bebida alcoólica para o índio, porque isso é impossível. Não existe uma lei específica na Constituição que proíba a pinga. Dizem que existe uma lei, na Lei nº 6.001, que proíbe, mas na Constituição, eu li, nunca vi. Até é um problema sério, que eu até tenho falado com o Deputado, aqui, Marcello Lelis, ainda agora, para que nessas reuniões dos Deputados Estaduais, do nosso Estado... Porque no ano passado, veiculou na imprensa do Estado do Tocantins que a bebida alcoólica é um problema do Tocantins, dos índios do Tocantins. E se há problema, nós temos que ter uma solução, porque a bebida alcoólica, eu acho, ela... Como eu posso definir? Ela é uma doença, mas também é uma questão de qualquer cidadão. O procurador fala, assim, que a bebida não é proibida para qualquer cidadão. Agora, existe uma a duas classificações. Uma é alguém sentar numa mesa como cidadão social e beber sua pinga controlada. Outra, é você beber para cair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Pois é, mas a pergunta, líder, é se há problema de alcoolismo dentro das aldeias ou problemas de consumo de drogas, especialmente de maconha, ou plantação de maconha dentro das aldeias. A pergunta é especificamente nesse sentido.

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - Ah, sim! Com certeza, temos problemas em relação à bebida alcoólica. Tem uns que vêm para a cidade e bebe, mas tem outros que vão para a aldeia bêbado. Não é? Começam a fazer besteira na



aldeia. Então, para mim, é um problema. Agora, a questão das drogas, assim, pelo menos na minha etnia... Já ouvi falar que nossos adolescentes já estão praticando. Agora, eu mesmo, pessoalmente, não tenho visto ainda. Outra coisa que tenho aqui anotado é a questão das parcerias entre FUNAI e FUNASA. E nesta CPI poderia estar presente o Secretário de Saúde do nosso Estado e também Secretários Municipais onde há indígenas, porque são eles que estão mais ligados, recebendo o dinheiro do incentivo e da pensão básica, para ouvirmos. Mas quem sabe na próxima. Aproveitando a minha oportunidade, Srs. Parlamentares, a minha preocupação — e sempre tenho dito — são os recursos que são aprovados no Orçamento da União para a saúde indígena. O que acontece? Nós 34 (*ininteligível*) nos reunimos todos os anos para elaborar um plano. Aí, dá tantos mil, 34 (*inteligível*). Aí, de repente, aprova-se o Orçamento da União. Aí, talvez, lá, o Ministro, o Orçamento para saúde indígena dá a metade dos que os 34 pediram. Não é? Aí, você que se adequar com o que tem. Então, acho que um problema que poderia ser visto, vocês que são Parlamentares Federais, na hora de aprovarem o orçamento para a saúde indígena. Em relação ao que foi perguntado sobre Pastoral da Criança, se existe nas aldeias. Na minha área, desconheço. Isso para mim não existe. E, finalizando, aqui, a minha fala...

(Não identificado) - E Conselho Tutelar?

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - Conselho Tutelar, eu acho esse elo muito complicado, em virtude do que foi bem aqui colocado pelos demais senhores. Hoje, os povos vêem que a gente ainda é tutelado pela FUNAI. Nas cidades, eles atuam de forma como qualquer um cidadão. Agora, na aldeia não há interferência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - A maioria prefere que não, até porque eles não atuam também assim, só ficam na cidade. Aproveitando a oportunidade com os senhores, quero saber dos senhores, porque estive participando do // *Encontro do Povo da Floresta*, no qual foi colocado para o Estado do Tocantins parece que foi 4 milhões pelo Programa de Aceleração do Crescimento, para saneamento e para meio ambiente... Pelo menos que eu saiba, muito bem colocado pelos parentes, acho que esses recursos não estão sendo aplicados, assim, no meio ambiente. Não é?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - O expositor lá, no momento, não falou. Ele só falou que o Estado do Tocantins tinha recebido esse valor para o Programa de Aceleração do Crescimento, um programa aí do Governo Lula, o PAC. Não é? Então, a gente indígena se pergunta: onde é que estamos inseridos, nesse contexto, porque saem tantos recursos e ainda estamos nessa situação? Não é? Eu queria pedir aos senhores se têm alguma informação para mim, para a gente também entrar em contato com essas pessoas, para que a gente tenha, assim, um acompanhamento, porque há muita cobrança da nossa comunidade em relação a isso. Não é? Terminando a minha fala, quero que numa oportunidade, se for para convidar a FUNAI, que convide as 2 DR, porque nós temos demandas diferentes e, hoje, ainda não há, assim, um bom relacionamento de FUNAI com FUNASA. Eu vejo isso. Tanto é que nós já convidamos para 2 reuniões do conselho local o Sr. administrador do Gurupi para que a gente discuta a questão da bebida alcoólica, mas o administrador não aparece. Então, está fugindo da sua obrigação. Outra dificuldade que nós temos é em relação a quem é o responsável pela questão social. Outras vezes, a FUNASA está fazendo o papel da FUNAI, carregando os índios que vêm para fazer compra e tal, na oportunidade levando o nosso povo. Então, eu acho que isso para mim isso não é bom. Tanto não é que concluo minha palavra que não sou índio de 2 pedaços: a minha barriga para cima é FUNAI e para baixo é FUNASA. Não! Sou um índio completo. Eu quero que os órgãos trabalhem para o índio e não defendendo a instituição. Então, essa é a minha colocação. As minhas perguntas são só essas. E uma pergunta também para os senhores sobre a questão do salário-maternidade. Existe uma lei.... Dizem que existe... Eu não tenho conhecimento, mas o salário-maternidade... As mulheres índias têm direito, menos aquelas que o marido não têm um vínculo. Não é? Eu queria só tirar minha dúvida, porque se o salário-maternidade é para a mulher, acho que não tem a ver com o salário do marido, a não ser que exista uma lei. Essa é a minha pergunta que faço. São 2 perguntas para que vocês me respondam, para eu ficar por dentro, senão...Então, essa é a minha colocação.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, quando eu digo dos programas para as crianças indígenas, parecido naturalmente com os



programas nossos, mas dentro da cultura indígena. Porque, quando, às vezes, eu atravesso ali a balsa, as crianças ficam ali catando problemas, e aquilo eu vou achando ruim. Por que aquelas crianças não estão nas aldeias em vez de estarem mendigando e outras ali até talvez se submetendo até a uma prostituição, sabe? Tantos irresponsáveis, bêbados por ali, e aquelas crianças no meio. A FUNAI não tem um programa para aquelas crianças, dentro da cultura deles, para mantê-los nas aldeias? Nós temos tanta diversidade cultural lá dentro que poderia a gente estar... Onde está a FUNAI? Então, nós precisamos ter esse cuidado. Todas as vezes que eu passo ali na balsa, ali no lajeado, elas estão lá, as crianças, às vezes jovenzinhos já entrando para a pinga. E a FUNAI? Precisamos ver esse modelo para que a gente dê atividade naturalmente dentro da cultura deles. Não é também chegar com a nossa cultura e colocar para eles, não. Mas dentro da cultura deles, eu tenho impressão de que, se a FUNAI tiver uma certa atenção, um certo cuidado, nós vamos ter condição de segurar mais essa juventude nas aldeias.

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - É só para falar assim da questão da FUNAI. Eu vou falar mais a respeito do meu povo, né. A FUNAI hoje nós, o povo Xerente, nós recebemos do... recompensação do meio ambiente, na barragem que foi feita, né, o valor de 10 milhões e 105 mil reais para se trabalhar em (*ininteligível*), né. Só que, infelizmente, a FUNAI de Gurupi, nesses últimos tempos, só tem sido... se aproveitado desse programa, né. Assim, por parte da FUNAI, eu acho que até agora eu faço questão de levar os senhores para comprovar a realidade que se tem mediante esse tanto de recurso que foi repassado, né. Então, eu queria que outro administrador estivesse aqui dando esclarecimento do porquê dessa situação.

O SR. DEPUTADO CLEBER VERDE - Sr. Presidente, me permita, em relação à pergunta do Lázaro em relação à licença-maternidade, que eu acho importante. Como eu disse, o índio é equiparado ao lavrador e pescador, na condição de segurado especial. Ele não paga, ele apenas comprova, o índio, por si só, pela atividade na comunidade, que é considerada uma atividade de agricultura de subsistência. Então, a partir de 14 anos de idade, tanto a mulher quanto o homem, podem se inscrever no INSS como segurado especial, que é o enquadramento do índio, no caso. E automaticamente, quando a mulher tem um filho, basta, no caso do índio, a declaração da FUNAI confirmando que aquela



mulher trabalha na comunidade, no exercício da atividade de roça, atividade rurícola, né, sozinha, ou com a família, como queira, de conformidade com o entendimento da FUNAI e o conhecimento da FUNAI, com os documentos pessoais e a certidão de nascimento da criança que nasce, para garantir o direito da licença-maternidade. Quer dizer, durante 4 meses, são 4 salários mínimos que a mãe vai receber. Portanto, a questão é só o encaminhamento da declaração da FUNAI com os documentos pessoais da mulher, da mãe, com a certidão de nascimento do filho, buscando, portanto, um direito que é inerente àquilo que já foi especificado pela própria Constituição. Então, acho que não há dificuldade. O que basta é buscar o direito e, se tiver alguma dificuldade, procurar os recursos devidos no sentido de poder garantir algo que é preponderante para, no caso, a mãe poder cuidar pelo menos durante 4 meses da criança, que eu acho que ajuda. Inclusive é uma temática nossa aqui, que é a subnutrição. Quer dizer, para dar um apoio àquela mãe em relação ao desenvolvimento do filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Bem, a próxima é a Dra. Selestina. Antes, doutora, quando foi abordado aqui o tema do infanticídio, vi na platéia algumas pessoas assim meio como que sem entender e até... Até para esclarecer um pouquinho, há algumas comunidades indígenas no Brasil, especialmente na Amazônia, em que são diversos os fatores pelos quais a mãe acaba matando a criança logo após o nascimento. Dentre os ianomâmis, há comunidades que se o primeiro nascimento do casal for uma menina, a mãe vai matar aquela criança na hora que nasce, tantas quantas forem a primeira. E essas comunidades têm um déficit enorme de mulheres. Tanto é que esse grupo indígena promove guerras contra outras comunidades para seqüestrar mulher, para restabelecer o equilíbrio entre homens e mulheres, haja visto que eles desenvolvem essa cultura. Também há grupos indígenas que, se o marido desconfia que o filho não é dele, num relacionamento de infidelidade, a mãe é obrigada a executar a criança. E aí vem a criança com deficiência, vem a questão do gêmeo. Então, essa é uma questão cultural de algumas comunidades indígenas, sobretudo na Amazônia, e que tem vindo à tona e é objeto já de muita discussão, porque há sérias denúncias de que a FUNAI é passiva nessa questão e que os missionários também o são, antropólogos, sempre em nome da preservação da cultura, quando nós temos a



obrigação de, enquanto agente público, cuidar primeiro da vida, cuidar primeiro da pessoa. Isso é só para esclarecer, principalmente às pessoas não indígenas, pois eu vi algumas pessoas que ficaram meio perplexas quando falamos aqui da questão do infanticídio indígena.

Portanto, passamos a palavra à Dra. Selestina, Chefe do Departamento de Saúde Indígena, FUNASA/Tocantins.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Boa-tarde a todos. Foram feitas algumas perguntas. Umas foram direcionadas a mim e outras é o coordenador que vai responder. No geral, sobre o relacionamento FUNAI/FUNASA, como o próprio Presidente do CONDISI falou, existem avanços. Como são 2 ADR, 2 administrações, uma em Gurupi e outra em Araguaína, nós podemos dizer que a de Araguaína está mais avançada. A de Gurupi, eles sempre mandam um representante. Poucas vezes ele está presente, a não ser em algumas reuniões aqui no Ministério Público, ele se faz presente com a gente. E nós, quando a FUNASA, através do coordenador regional, na época que houve a questão do aumento do índice de mortalidade infantil nas aldeias apinajés, a FUNASA propôs, junto à Coordenação de Direitos Humanos e ao Ministério Público, a criação de um grupo de trabalho onde a gente inclui a FUNAI e todos os outros órgãos afins, tanto estaduais quanto federais e municipais. Foram feitas várias reuniões aqui em Palmas, compareceu muita gente, muitas pessoas da FUNAI, e foi colocado... e foram propostos os projetos, mas que esses projetos fossem feitos a partir da base, e que essa base seria quem? As comunidades indígenas, com uma discussão com os facilitadores desses vários órgãos. Isso ainda está em processo. Já houve algumas visitas desse grupo de facilitadores nas áreas apinajés e houve também nas aldeias Krahô. Mas esse ainda é um processo que nós estamos buscando compartilhar com todos, a nossa, muitas vezes, angústia, que nós temos como Chefe do DSEI, como FUNASA, de a gente entender que tem inúmeros fatores que respingam na saúde e que além, sim, da nossa falta de, digamos assim, da nossa inadequação de estrutura que a gente tem hoje de recursos humanos e de logística, principalmente relacionado aos transportes. E o Deputado aí diz assim: *“Como que pode o transporte passar a ser prioridade?”* Para nós é, e nós temos como demonstrar isso no nosso relatório de gestão este ano, quando encaminhamos à



CGU e encaminhamos à Presidência da FUNASA, demonstra que, numa época em que, diferente de outros por aí, o coordenador daqui assumiu sim, assumiu que não ficaria, num momento de emergência, onde estava tendo... aumentando a quantidade de morbidade, ele não ia esperar aquela mortalidade que ocorreu em 2006. Então, ele fez alocação de veículos onde ele solicitou recursos da Presidência da FUNASA, e eles mandaram o recurso. Entretanto, quem assumiu o ônus mesmo foi o coordenador regional. No que se refere à alocação de veículos, não dava tempo de esperar a licitação, porque nós estávamos no período sazonal, sazonal, com muita chuva. E isso ocorreu na área Krahô, onde todas as pontes caíram, várias pontes caíram, as estradas quebrando, os nossos carros ficaram isolados na área; a gente precisava de ter mais veículos para sair de cá para encontrar os pacientes de lá, os médicos passarem por dentro da água e a equipe multidisciplinar. E a nossa proposta, no DSEI, a proposta da coordenação regional de Tocantins é realmente fazer a atenção básica dentro da aldeia para evitar mesmo a migração do indígena saindo da aldeia para fora, até porque o nosso papel é realizar a atenção básica dentro da aldeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Só uma interrupção, doutora, me perdoe. É costume das etnias aqui, quando, por exemplo, o marido fica doente, vem a esposa e os filhos todos juntos para a cidade?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Vêm, vêm todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - É costume aqui também?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Também é assim. Aqui já tem uma certa consciência, que foi trabalhada desde 1999, que a gente trabalha com muito diálogo, e principalmente com esses conselheiros que a gente tem, que já estão em um processo bastante avançado de entendimento da saúde e da questão de recursos, como elas são utilizadas, como ela deve ser aplicada, que reduziu muito essa questão dos acompanhantes. Em alguns casos, sim, em algumas etnias é mais. Tem etnias que eles ainda não conseguem trazer apenas os dois acompanhantes, como está instituído no subsistema. E assim gera uma despesa muito grande também na questão do acompanhante. E, como a gente pretende fazer essa atenção básica dentro da aldeia, nós temos aqui um..., quando demonstra, o quanto nós conseguimos reduzir todos os quadros, inclusive de



desnutrição, no período em que tivemos veículos. Então, veículos é prioridade sim para nós. Porque, mesmo com as estradas ruins e que tenham momentos em que a gente tem que estar pedindo parceria do Estado, indo à (*ininteligível*) — só nós não, junto com a FUNAI, ali com o Clésio —, mandando documentos para o Estado, encaminhando documentos a tudo quanto é liderança indígena a respeito das questões das estradas para poder as nossas equipes chegar dentro das aldeias. Porque, no Tocantins, a estrutura do pólo-base, hoje, nós podemos dizer o seguinte: nós temos técnicos de enfermagem dentro das aldeias, onde tem os postos de saúde, nós temos as..., em praticamente quase todas as aldeias, com exceção da etnia Xerente, em que a organização de serviço é um pouco diferente, que é por PIN, mas os AS têm nas aldeias, que é a maior população. E as técnicas de enfermagem ficam pelos PINs, que são postos que eram considerados uma estrutura da FUNAI. Foi assim que foi a organização colocada e proposta por eles. E nos outros lugares ficam os técnicos de enfermagem e ficam o AIS, e o AISAN, que é o que trabalha com saneamento, onde tem as instalações de saneamento. Então, essa atenção, ela deveria ser cada vez mais dentro da aldeia, inclusive para evitar a questão até do alcoolismo mesmo, ela já evita de estar trazendo aquele tanto de gente, às vezes vêm os acompanhantes e tudo, e começa a utilizar o álcool. Mas, hoje, nós temos assim um grande avanço nisso também. A CASAI de Araguaína, por exemplo, e mesmo a de Gurupi, no início, era um problema. Vinham os acompanhantes e eles iam para a rua e eles tomavam muito álcool. Hoje, você não vê praticamente mais os acompanhantes vindo tomar álcool. Eles já estão conscientes de que vieram para se tratar, para cuidar do doente que está ali. Mas aqui, nos pólos-base, onde as aldeias estão mais próximas da cidade, isso acontece muito ainda, muito. E a gente tem tido muita conversa, muito cuidado, mas não é suficiente. Então, esse daí, nesse relacionamento com a FUNAI e com outros órgãos, nós temos, por exemplo, a questão do combate ao alcoolismo, todo o trabalho nosso tem sido junto com o Estado aqui, praticamente envolvendo o Estado já nas propostas que estão se fazendo, segundo o que foi instituído esse ano na conferência, no ano passado na conferência internacional a respeito da saúde mental, onde entra a questão do alcoolismo. Com relação ao controle de natalidade, nós temos um programa dentro do programa materno-infantil, que, conforme se



avança nesse processo... Porque a gente não chega impondo nada para as etnias indígenas, conforme as mulheres vão querendo realmente tomar o anticoncepcional, isso muitas já estão tomando, estão fazendo esse controle. Nem todas ainda fazem. Há a questão também do uso da camisinha, muitos indígenas, homens, já estão usando. No início, eram muito resistentes, hoje já estão usando no controle das DST/AIDS. E nós temos... Depois eu vou estar respondendo para ela, que nós temos aqui uma parte do nosso relatório para a Deputada. Eu estou muito feliz de ela estar aqui, Deputada baiana, gostei muito do que ela colocou e a gente aprende muito. No Programa DST/AIDS já é feito muito dessa parte do controle da natalidade; não tem avançado muito em função da própria questão indígena, que não é só do indígena. O controle da natalidade é difícil para todos os povos. Na questão da vacinação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Doutora, ainda nessa questão da natalidade, me parece que a pergunta focava muito mais se há o controle de nascimentos, porque, se temos o controle de nascimentos e temos o controle de mortalidade infantil, daí nós deduziremos o número se está dentro daquele padrão aceito ou se estamos acima.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Ah, sim, nós temos esses dados, a gente pode estar encaminhando. Nós temos todos os dados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - A FUNASA é que se encarrega... a FUNASA se encarrega do nascimento e do óbito ou o óbito já é com a FUNAI? Como que é?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Não. O óbito, ele é diagnosticado e notificado dentro dos hospitais onde acontece o nascimento da criança. Mas é passado pela FUNASA. A FUNASA tem o registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Sim, mas aí vai para um registro geral. Vai para um registro geral. Eu quero saber da etnia...

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Não, a FUNASA tem todo o registro. A FUNASA tem o controle.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - A FUNASA tem o controle de nascimento e de óbito de criança indígena?



A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Tem sim. Nós temos no SIASA, que é o nosso Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Dra. Selestina, a senhora falando... na linha do carro, um pouquinho atrás aí, os equipamentos para a saúde pública nas aldeias, a FUNASA está equipada ou está deficiente nesse sentido?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Nós temos tido também um grande avanço na questão de equipamentos. Como aqui nós tivemos, como eu falei na minha fala inicial, que nós temos muita dificuldade de contratar médicos, de profissionais médicos. Então, hoje, nós já temos médicos, mas, antes, teve uns anos aí que era muito difícil você conseguir um médico para a área indígena. Então, aquele recurso que vem fundo a fundo para o município, ele ficou, às vezes, lá, sem ser utilizado. E uma das coisas que foi bastante utilizado foi na aquisição de equipamentos. Então, nas áreas indígenas, hoje, a gente precisa avançar mais na estrutura de posto de saúde, mas da forma correta como tem que ser na saúde pública e colocar os equipamentos. As balanças, nós temos, hoje, nós temos. O nosso programa de vigilância nutricional, praticamente, conseguiu trazer as balanças necessárias, todos os AIS, para os AIS pesarem as crianças, os técnicos de enfermagem pesar as crianças, isso daí não é tanto problema para nós, hoje. Agora, alguns equipamentos ainda são necessários. Por exemplo, na parte da odontologia, um avanço importante que nós tivemos, que não está ainda em todas as etnias, mas nós temos consultório em todas, consultório dos dentistas. Mas o consultório móvel, para nós, representou um grande avanço, porque o dentista pode levar dentro das aldeias em vez de ter que trazer o índio na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Doutora, fale mais sobre essas ONGs, para a gente conhecer melhor...

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Sim. As ONGs, como ele estava colocando, nós só temos 2 aqui, no Tocantins. Diferente de outros Estados que eu fico sabendo, que parece que as ONGs é quem fazem as ações de saúde, aqui, não é. Aqui, quem faz ações de saúde, quem executa ações de saúde é a FUNASA junto com os municípios e o Estados dentro da rede normal do sistema único. As ONGs, aqui, elas fazem ações complementares, principalmente na questão de contratação de pessoal, como ele falou, dos pilotos, dos indígenas



mesmo que ficam dentro das aldeias e também de algum pessoal administrativo de pólo, que a gente tem uma dificuldade muito grande nessa parte de recursos humanos. E ainda para o pessoal que nós temos dentro do DISEI, que dirigem os programas, que coordenam os programas, enfermeiros, odontólogos que coordenam esses programas aqui, dentro do DISEI. Por quê? Porque no quadro da FUNASA nós não temos esses profissionais para coordenar os programas. Nos municípios, onde recebem os recursos fundo a fundo, eles contratam lá médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem. Mas, aqui, para coordenar os programas dessas aqui, nós não tínhamos profissionais. E, assim, como a FUNASA é um órgão federal e não pode contratar diretamente, só se houver recurso público, concurso público, aliás, então, o que nós tivemos que fazer? Tivemos que fazer essa parceria com a ONG para nós termos esses profissionais para poder implantar as ações, ou então a gente não teria como implantar as ações ou então a gente não teria como implantar as ações. Esse está sendo, neste momento, a nossa alternativa enquanto não há concurso público para a FUNASA. Esses profissionais ficam dentro daqui do DISEI, coordenados por nós, que sou chefe do DISEI, e pela chefe de operações e com a enfermeira da FUNASA, que coordenam os programas em geral e eles coordenam os programas junto às equipes nos municípios. Cada um...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - No caso do Tocantins, as ONGs estão subordinadas ...

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - À FUNASA Elas não fazem ações sozinhas igual nos outros lugares, não. Agora, também elas têm outras ações, que é as ações, por exemplo, dos contratos, contrato de hotéis para os pacientes se hospedar, os contratos de alimentação e de medicamentos.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quem faz isso?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Nós, da FUNASA. É tudo controlado, prestado conta a nós e ao Conselho Distrital. E ainda ela presta conta ao CGU e ademais ao Ministério Público. Nós mesmos fazemos questão de prestar contas aqui ao Ministério Público, chamar comissões, como o coordenador chamou o ano passado. Chamou todo mundo que é do controle social, CGU, Ministério Público, para nós prestarmos contas daquilo que nós fazemos, porque nós não temos o que esconder de ninguém o que a gente faz e o que não faz.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Claro. Eu sou testemunha disso.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Então, com relação à imunização, nós temos a grata satisfação de mostrar que, no Tocantins, a gente sempre alcançou um alto percentual de vacinação. Um trabalho que nós fizemos aqui no Tocantins não tem muita resistência, que é a imunização. Já teve, no início. Eu mesma, quando trabalhava com a educação e saúde, fui para dentro das aldeias Krahô... Fui uma das que trabalhei lá dentro nos anos de 98, 99, 2000. Eram alguns áreas que tinham uma certa resistência à imunização. E a gente conseguiu quebrar isso. Este ano, novamente, uma dessas aldeia, lá, dessa mesma etnia, apresentou uma certa resistência. Mas a gente sempre vai entender o que está acontecendo. Às vezes, é uma criança que vacinou, deu febre, alguma coisa que tenha reações adversas da vacina e, aí, eles podem ficar com medo de tomar. Mas quando a gente conversa, todo o mundo, aqui, toma vacina.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E os pajés, em relação a isso ?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Os pajés, aqui, no Tocantins... Nós os temos assim: quando as comunidades indígenas pedem para a gente que querem ser atendidas pelo pajé, a gente viabiliza. Que seja, porque eu respeito a cultura deles, não é? Tem alguns lugares que, segundo os AIS, alguns AISAN, alguns depoimentos de algumas técnicas de enfermagem, que moram em áreas indígenas, elas nos colocam, às vezes, dificuldades. Quando tem crianças com diarreias — que o nosso maior cuidado é com diarreia e vômito, que desidratam muito rápido —. que podem socorrer, que essas crianças sejam atendidas pelo pajé e demorem a começar o tratamento de reidratação. Isso já tem dificultado, algumas vezes, o nosso trabalho, mas a gente tenta conversar sobre isso com a comunidade. E a própria comunidade, muitas vezes, já está tentando levar a criança, diretamente, para fazer a reidratação no postinho. Mas, claro, eles têm todo o respeito. A maioria tem um grande respeito, e a gente também tem que respeitar o pajé. É cultural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Mas, doutora, nos relatórios que os técnicos de enfermagem fazem, eles fazem observação de que uma determinada criança teve o processo agravado em decorrência deste fato, ou esses relatórios ou a FUNASA não pedem para que os seus técnicos façam esse tipo de



observação? Porque eu imagino isso importante, até mesmo para que nós possamos, no debate da questão cultural, nós também colocarmos essa situação. Porque, às vezes, a questão se agrava não por decorrência de ineficiência do órgão que deve prestar assistência, mas em decorrência desses fatores.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Sim, a gente pede. Agora, os nossos técnicos de enfermagem, a maioria deles, são contratados, como eu falo, pelo município, com recursos fundo a fundo. Eles não são funcionários da instituição. E termina que existe um certo agravamento nessa história: quando eles estão dentro da aldeia, eles se sentem muito expostos, ou então eles se sentem com muito mais respeito, ainda, aquela especificidade cultural, a questão da cultura. Eles não costumam colocar muito isso em relatório, às vezes eles falam em reuniões. Até porque alguns deles até temem, também, uma certa represália de estarem divulgando a questão, que é cultural. Eles não têm muito o hábito de escrever sobre isso. Eles fazem alguns depoimentos em função do meio onde eles estão... E realmente eles têm um certo... eles terminam achando que aquilo é um grande respeito eles deixarem a questão guardada, como diz a história.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Foi feita uma pergunta aqui com relação à questão do Programa Saúde da Família. Como é que funciona isso? Isso existe lá na comunidade indígena? Como é que está funcionando isso? Como é que se avaliam as ações da gestão municipal, em parceria com a FUNASA e a FUNAI?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Na realidade, a atenção básica é de responsabilidade da FUNASA. E essas equipes multidisciplinares de saúde indígena são as equipes que fazem o Programa Saúde da Família Indígena. Eles são apenas contratados pelo município, mas não é o município que tem a gestão sobre eles. A gestão é da FUNASA. Então, eles vão para dentro das aldeias fazer imunização. A parceria que existe com o município é a parceria, digamos assim, pelo PNI: a imunização fica onde? A vacina vai para o município. O município é quem solicita, está claro isso. Então, no momento, o município disponibiliza as doses de vacina para que a equipe — nossa, no caso — da FUNASA, que é contratada pelo município, mas gerenciada pela FUNASA, possa ir até às aldeias fazer essas vacinas e outras ações de atenção básica, como a questão do pré-natal,



que o Zé da Doca colocou aqui. Esse, sim, a gente tem determinadas dificuldades ainda, muita resistência de algumas etnias, onde as mulheres ainda não querem fazer os exames ginecológicos. A gente está fazendo muita atividade de informação. O AIS conversa com elas — e geralmente ele conversa na língua; as técnicas de enfermagem, para poder ver se eles vão quebrando essa resistência; as enfermeiras; e próprio médico, quando dá palestras. Então, essa é uma ação... A atenção básica, a equipe de saúde da família é feita pela FUNASA. A partir do AIS, que é o Agente Indígena de Saúde, que visita as casas, igual ao nosso agente comunitário; depois, a técnica de enfermagem, que fica dentro da área, que acompanha a medicação, que acompanha os problemas, que chama o carro quando precisa, que chama o socorro; e depois a programação que nós temos dos médicos, odontólogos e enfermeiros que vão até lá dentro. Mas isso, hoje, está bastante prejudicado, como nós falamos — e teve um grande avanço. Depois que a gente não tem mais locação de veículo, e que nós temos uma frota totalmente sucateada dos nossos veículos aqui da FUNASA, de Palmas, do Tocantins. Então, essas ações estão prejudicadas, apesar de não pararam. A gente não pára com elas. A gente faz o que é possível ser feito: conserta carro, dá um jeito. O que nós não fazemos, também, é a questão de omissão de socorro. Eu não sei até onde vamos chegar, mas uma das coisas que nós pactuamos nesta ONG Rondon foi uma certa quantidade, que é muito pequena, inclusive, porque é só para socorro, mesmo. Porque quando a gente não pode fazer atenção básica dentro da aldeia, porque não tem transporte, mas pelo menos o socorro prestado, no caso de um chamado de rádio, a gente socorrer o paciente, a gente freta um carro e busca. Isso está gerando um alto custo, porque as cidades são pequenas. Geralmente são poucas as pessoas que fretam esses carros e que tenham carro que possa ir nessa área, porque a maior parte dos carros não consegue nem entrar na área. Então, para não incorrer em omissão de socorro, nós estamos fazendo isso. São as alternativas que estamos tendo neste momento. Mas hoje nós temos equipes multidisciplinares, nós temos medicamentos — praticamente não faltam — tanto da farmácia básica do Governo Federal como os que a gente fez contrato, através da ONG, para comprar aqueles específicos. Mas nós temos um problema sério, que é realmente fazer com que as



equipes vão para a área, não por falta de programação, nem de planejamento, mas por falta de veículos.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Quer dizer que você elegeria o problema principal, na questão da atenção básica, o transporte?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - O transporte. Aqui, no Tocantins, hoje, eu posso afirmar isso. Sei que todos, onde vocês puderem passar, qualquer indígena e qualquer técnico da FUNASA diria a mesma coisa. Ainda com relação às ONGs, embora não seja um caso de... não seja o que nós queremos, porque o que a gente gostaria mesmo é ter a reestruturação da FUNASA, hoje ele é um caso necessário.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Por onde nós temos passado, todo o pessoal da FUNASA defende exatamente isso que a senhora colocou: a reestruturação da FUNASA. Esse é o primeiro passo. Nós não podemos e não devemos ter uma instituição, respeitadíssima como é a FUNASA, fragilizada. Fragilizada. Aí, o que acontece: as ONGs vorazes vão em cima. É o que está ocorrendo. E o coordenador, que eu conheço, que é competente, capaz, correto, não dá conta, fica sufocado.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, precisamos — é um dos pontos que nós vamos colocar no relatório, na mesma linha do Ministério Público, como eu disse, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho — É acabar com essas ONGs aqui no País. A saúde pública, a educação pública e segurança pública são deveres do Estado, e ele não tem que terceirizá-los. Então, essa posição da senhora também é favorável à reestruturação da...

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - À reestruturação da FUNASA.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E do jeito que vi, hoje, aqui, Dra. Selestina... vi que... O Lázaro falou que é dividido em 2: FUNASA e FUNAI. Mas aqui no Tocantins são 3: FUNASA, FUNAI I e FUNAI II.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - FUNAI II

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E a FUNAI I, vamos dizer, em Araguaína, está mais avançado no passo do que a II, que é a de Gurupi. Eu não



sabia, achava que era só uma FUNAI no Estado. Aqui tem 2 distritos. Pois é, já é um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Só complementando esta questão das ONGs, Relator, no ano passado, o Governo brasileiro repassou 3,4 bilhões de reais para as ONGs cuidarem da saúde de 400 mil índios. Se dividirmos isso por 12 e por 400 mil, o ano passado o Governo brasileiro repassou a ONGs a soma de 3, 4 bilhões de reais para cuidarem da saúde de 400 mil índios, porque não temos mais do que isso aldeados. Muito embora os números sejam divergentes, mas a gente que convive o dia-a-dia com comunidades indígenas no Estado de Roraima sabemos que esses números oscilam muito. E se nós dividirmos isso, isso dá algo ao redor de 670 reais por mês por indivíduo. Isso dá para pagar plano de saúde. Oxalá a maioria da classe média brasileira tivesse plano de saúde dessa altura. Então, alguma coisa está errada. Não é falta de dinheiro para a saúde indígena. A questão é de aplicação desse dinheiro. A questão é gestão.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - É a fragmentação dos recursos. Aqui, quando cito, o pessoal bate muito nisso. Eles dizem que gostariam muito — inclusive, o Marcos Carajá sempre fala nisso — que esses recursos, que são todos picados, como diz ele, em ONGs, municípios e outros, em alguns lugares no Estado e FUNASA, que se isso tivesse num único lugar, tanto seria muito mais transparente para o controle, porque seria muito mais fácil também, como se faria a aplicação desses recursos. É uma das coisas que os indígenas aqui no Tocantins batem muito. Todas as atas de conselhos deles praticamente têm isso, a respeito da questão dos recursos voltados para a saúde indígena. Com relação à estruturação da FUNASA, nós somos a favor, sim, mas nós também temos que entender que numa saúde assistencial indígena, como a gente faz, não dá para a gente continuar, mesmo que reestruture a FUNAI, com as mesmas leis que regem hoje esse serviço. Porque, então, seria totalmente, digamos assim, inviável. E a gente incorreria até em omissão.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - A senhora pode encaminhar para a gente, doutora, uma sugestão das alterações dessas leis, que vai contribuir muito com o relatório.



A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Podemos estudar isso. Nós temos pessoas , colegas nossas da FUNASA que ficam todas com vontade de fazer isso mesmo.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Dá para a senhora nos encaminhar até quarta-feira da próxima semana? Porque vai contribuir. Porque nós vamos, efetivamente, colocar o problema da necessidade da reestruturação, e a senhora colocando as leis vai nos ajudar.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Por isso é que nós estamos reféns das ONGs.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Porque nós vamos a fundo, onde houver necessidade para acabar com essa história de ONG prestando serviço terceirizado.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Relator, eu acho uma proposta muito interessante. É a autonomia administrativa deles, porque sem uma decisão de Brasília eles não têm como atuar

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - A senhora pode nos ajudar a ajudá-los, no sentido de encaminhar para a gente uma sugestão, uma proposta do que pensam os funcionários da FUNASA?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Podemos, sim.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Até quarta-feira, doutora?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Podemos. A gente deixa tudo, e vamos fazer isso.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Vai nos ajudar muito, inclusive a ajudá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Parece que...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Pode ter certeza de que com a saída dessas ONGs que estão aí sufocando o Poder Público, vocês vão ter muito mais condições de trabalhar, prestar um bom serviço e atender... E vai chegar melhor ainda para os povos indígenas, porque esse dinheiro que sai lá de Brasília, passando pelas ONGs, até chegar aos índios, ele já passou por muitos ralos. Então, precisamos que chegue direto. E os funcionários da FUNASA... Tem 2 instituições que sempre mereceram muito, dentre outras... Polícia Federal é uma delas, o



Ministério Público, os Correios e a FUNASA. A FUNASA não pode ficar como está. Ela era uma referência. Houve um desmonte na FUNASA. Então, a FUNASA precisa voltar, Presidente, àquela condição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - A FUNASA, enquanto SUCAM, é referência nacional.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não só na área indígena, como também no combate às endemias. E nós precisamos retomar, porque estão aí as epidemias voltando. Então, é o resultado do enfraquecimento da FUNASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Sr. Relator e Dra. Selestina, há Estados que, na área de educação, têm uma experiência interessante da formação de professores indígenas. Em Roraima, hoje, praticamente 100% das escolas indígenas têm professores e professoras indígenas. Há concurso público no meu Estado só para professor indígena. Por que não se pensa... e eu ouvi aqui colocar, com muita propriedade, e acredito piamente no que se falou aqui, da dificuldade do agente de saúde branco cuidar da criança indígena e da mulher indígena, sobretudo. Por que não se pensa em, de repente, entre essas propostas, encaminhar uma proposta nesse sentido, Relator, de que nós, a médio prazo, possamos investir na formação de agentes de saúde indígena — legítimo indígena — e que depois se faça uma seleção, um processo seletivo para a contratação da mão-de-obra desse pessoal. Aí nós não teríamos o problema da cultura, aí nós não teríamos o problema desse relacionamento. E eu me preocupo também quando alguém diz: *“Mas faz concurso público de agente de saúde para ir cuidar da saúde indígena, e de repente o cidadão não gosta, ou não é aceito, ou não se aceitam mutuamente. E aí, como ficamos com o nosso concursado?”*

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Só um esclarecimento: os agentes já são indígenas. Nós temos agentes indígenas de saúde. Os que trabalham nas aldeias são indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Mas todos?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Todos, os agentes são todos indígenas. E o agente indígena de saneamento também já é indígena. O que ocorre é que os técnicos de enfermagem, porque nós ainda não temos indígenas com essa formação, digamos assim, na quantidade necessária. Inclusive, existe na lei, no sub-



sistema, e a gente já viabiliza dessa forma, que, à medida que vai tendo formação de pessoas na área técnica, as vagas que vão surgindo já são para o indígena. E também nas áreas superiores isso aí já é respeitado. Os agentes que temos hoje são indígenas. Agora, a rotatividade de que a gente fala é das equipes multidisciplinares: é o médico, é a enfermeira, é o técnico de enfermagem. Dos técnicos de enfermagem não há tanta rotatividade assim, mas dos enfermeiros e médicos há e dos dentistas. Médicos, porque é difícil mesmo no mercado; enfermeiro, porque termina que eles fazem concurso público no Estado e no município e eles vão optar por ter, digamos assim, uma estabilidade. Às vezes, eles saem da saúde indígena quase chorando, porque eles tomam gosto. Querem trabalhar com o pessoal indígena, mas, como não têm uma garantia, o trabalho deles é precário, porque é só contratação, é claro que eles vão optar pelo concurso, por onde eles fizeram o concurso. E termina que todas as capacitações que nós fazemos, como o Zé da Doca falou, tem gente despreparado? Tem, mas a FUNASA atua muito com a questão de capacitação. Às vezes, são despreparados pela própria ótica cultural que têm do branco com o índio. Isso sempre vai ter, essa diferença, embora se trabalhe isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Vamos concluir, Dra. Selestina, para que possamos ouvir o representante da FUNAI.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Eu vou só colocar aqui a respeito das principais doenças que ela perguntou, quais as principais doenças que nós temos aqui nas nossas aldeias com o pessoal indígena. É principalmente diarreia e as infecções respiratórias. Diarreia é menos.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E tuberculose?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Tuberculose existe muito pouco. Nós não temos um alto índice de tuberculose. Hanseníase não temos. A Deputada fez uma pergunta sobre o DST. Nós não temos casos de AIDS. Nós tivemos apenas um caso suspeito, mas, quando foram feitas as contraprovas, viram que não existia. Com esse controle das doenças sexualmente transmissíveis, eles têm sido muito rigorosos aqui no Tocantins. E nós praticamente não temos AIDS ainda, não temos nenhum caso de DST/AIDS. As principais doenças: diarreia, IRA. Nós já temos diabetes, já temos hipertensão. Por quê? Devido já àquilo mesmo que



eles colocaram: a questão da alimentação, que já estão comendo açúcar, já estão comendo com sal; eles comiam menos sal antigamente. As doenças que são decorrentes desse fator alimentar. Mas as que prevalecem mesmo, principalmente no período sazonal, que é no período chuvoso, que é do final do ano até o mês de abril, são as doenças das infecções respiratórias, que foram inclusive a maior causa da mortalidade, naquela época, na Aldeia São José. E a questão da desnutrição, que os repórteres perguntaram o tempo todo: “*Quantas crianças morreram de desnutrição?*” Todos os casos estavam associados a infecção respiratória ou a pneumonia — pneumonia e outras questões respiratórias. Nenhum foi propriamente, digamos assim, a criança morreu porque ficou subnutrida até morrer ali. É claro que a doença, quando pega um subnutrido, é pior. E ainda nós tivemos alguns casos de interferência mesmo da pajelança. Se a criança estava subnutrida e ela teve diarreia, e ela passou alguns dias sem ser feita a reidratação, teve alguns casos que, quando chegou no hospital, não deu mais tempo de cuidar, já tinha passado realmente da hora de fazer reidratação. Mas não foram todos os casos. Teve casos pelo que realmente se lutou, e o organismo da criança não respondeu, devido estar a criança com desnutrição. Isso é uma realidade. Mas os casos de desnutrição não foi, digamos assim, a maior causa da mortalidade naquela época.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Mas a diarreia e a pneumonia não são... consequência da desnutrição?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - A diarreia até que é menos aqui.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - ... consequência da desnutrição?

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - Sim, ela piora o estado. Ela vem como uma causa virótica. No caso da infecção respiratória, é um vírus. Como a criança está subnutrida, o organismo dela não responde à medicação. Quer dizer, a subnutrição está associada diretamente à causa dos problemas. Porque outras crianças têm. A morbidade é muito grande nessa questão da insuficiência respiratória. Entretanto, se ela não está subnutrida, ela tem mais resistência, e com isso não dá tanta morte. Agora, nós temos aquele caso específico de Tocantinópolis, que a gente entende que tem vários outros fatores, além da subnutrição que



influenciaram, inclusive com estudos feitos — inclusive o Zé da Doca hoje esteve até me explicando, na ótica deles também, o que ele acha que é aquele caso lá —, que é realmente no período chuvoso a questão do... Já foram feitos os estudos que demonstram que é a alta, digamos, umidade que existe, em função do terreno, que é também associada a fator cultural, que é a habitação, modo de vida, modo de dormir, modo de vestir — porque às vezes as crianças não se vestem bem, não têm agasalhos. Tudo isso são fatores que levam a infecções respiratórias, principalmente na época do período chuvoso, entre outras causas. Mas a gente está aqui à disposição. Se tiverem mais alguma pergunta, a gente responde.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Só para a senhora colaborar mais uma vez e nos mandar uma sugestão para reestruturação da FUNASA — como a senhora imagina, como a senhora sugere — até quarta-feira.

A SRA. SELESTINA DELMUNDES BEZERRA - A agente vai fazer tudo para estar elaborando. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Aos 3 líderes indígenas, só “sim” ou “não” à questão mineral nas aldeias, “sim” ou “não”.

Não precisa ser propriamente de exploração, mas tem jazida de minério — de qualquer tipo de minério — em alguma aldeia indígena aqui? “Sim” ou “não”, sem comentários.

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não.

O SR. JOSÉ RIBEIRO APINAJÉ - Que eu conheça, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não.

(Não identificado) - Também não, que eu conheça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não.

Eu estou perguntando aqui é porque eu presido a Comissão Especial que está analisando o projeto de regulamentação de mineração em terra indígena. Então, se houvesse ocorrência aqui, eu já iria abrir um convite para que pudessem nos ajudar nessa Comissão também.

Passamos a palavra ao Sr. Cleso Fernandes, Coordenador da FUNAI em Araguaína.



O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Cumprimentando, boa-tarde a todos, ao nosso Presidente da Comissão, ao conterrâneo Vicentinho. Desde a época de Deputado Estadual, me inspirei nas manchetes pelo esforço que tem tido com a nossa região e hoje nos representando junto com os demais Parlamentares interessados pela melhoria da sociedade brasileira. Com relação ao nosso relacionamento FUNAI e FUNASA, pelo pouquíssimo tempo que a gente tem, a partir do momento que nós retomamos a administração de Araguaína, ela é boa. Nós estamos já nos articulando para tentar incrementar ações em conjunto, não só diretamente com a FUNASA, mas com todos os outros setores, como já disse aqui, seja ela do Governo, seja ela da sociedade civil séria; trabalhar de forma séria e poder, conjuntamente com os índios, prestar a assessoria necessária. Nós recentemente temos ido na Terra Indígena Apinajé, onde tivemos que fazer um trabalho diagnóstico, escutando as populações indígenas apinajés. Nesse conjunto, nesse grupo de trabalho, estava a Secretaria da Cidadania e Justiça, estava o CIMI, estava o CTI, estava a Vyty-Cati, que é uma entidade que representa os povos timbiras; estava o Conselho das Organizações Indígenas das Bacias do Araguaia e Tocantins também presente, estava uma instituição ambientalista de Belo Horizonte e outros setores. Eram 9 entidades que estavam juntas: Estado, Governo Federal, Governo Estadual e entidades da sociedade civil. Então, a gente conseguiu levantar diagnóstico considerado interessante. E que a gente, depois que formular todos esses documentos, a gente vai levar para o bojo da comunidade e mostrar: *“Olha, o que foi discutido, o que foi visto aqui foi isso aqui”*. Um dos nossos objetivos principais é estar provocando discussões internamente, para, a cada dia que passar, os índios começarem, os povos indígenas começarem a assimilar e obter o controle de gerenciamento, inclusive de recursos, acompanhando toda a sua execução e fazendo as observações das demandas. E tentar construir o que eles mais querem, que é o espaço. A FUNASA, ela tem como atribuição dela hoje, a partir do momento que foi descentralizada a saúde da FUNAI pela FUNASA, está sendo feito. A gente percebeu essa diferença que ocorreu de 2006, quando houve aquelas vítimas, as mortes lá na Terra Indígena Apinajé, e esse ano, se percebeu uma redução das mais positivas possíveis. A gente tem informação, parece que 2 pessoas, 2 crianças faleceram no mês de janeiro. Foi a informação que eu tive. E a gente quer construir



junto, estar debatendo junto com a FUNASA, com a FUNAI, com os setores do Governo do Estado, com o setor do Governo Federal e da sociedade civil puxado pela FUNAI. Teve a iniciativa da FUNASA, mas a FUNAI também vai conduzir essa, inclusive com a participação do setor da sociedade civil. Porque a gente sabe: não é porque um peca que todos têm que sofrer por isso não, não é? Está aí o Congresso Nacional, o maior exemplo, não é?, pessoas que são emanadas do povo, vão lá para defender os interesses do povo e, infelizmente, querem torná-lo um Congresso sem condição nenhuma. Sei lá, esses nomes mais feios do mundo. Mas eu sei que dentro do Congresso Nacional tem pessoas sérias, que estão lá comprometidas com as causas sociais. Da mesma forma, eu vejo as entidades também da sociedade civil. Tem delas também comprometidas com as questões indígena. E também da sociedade civil de uma forma geral, como CPT, como ST, como CIMI, como outras entidades, o próprio CTI, que é o Centro de Trabalho Indigenista.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Cleso, o CIMI e CPT têm convênios com a FUNASA ou a FUNAI de recursos públicos?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Nós temos relações, nós trabalhamos juntos.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não...

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Convênio formal celebrado. ainda não.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, é bom separar uma coisa de outra. CPT e CIMI são organizações não governamentais, e nós não estamos tratando disso aí. Nós estamos tratando de recursos públicos — que virou moda no Brasil. E nós temos já documentação comprobatória, e na grande maioria há desvios de recursos públicos, que vão estar no relatório. Com certeza, não estará a CPT, não estará o CIMI, e por aí fora.

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Está certo. Obrigado. A FUNAI, nós sabemos que as suas atribuições são: a promoção, a proteção e o fortalecimento das terras indígenas. Nós vimos hoje que, em função do aquecimento global, os povos indígenas, as unidades de conservação, as áreas de proteção ambiental, os parques são os responsáveis pela preservação do meio ambiente e pelo seqüestro de carbono — você ter oxigênio na Terra. Eles são uns dos responsáveis por isso. E



a gente trabalha nessa idéia. Nessa idéia não, com essa atribuição: proteger a terra, trabalhar o meio ambiente e, de forma conjunta com as comunidades, desenvolver ações que possam trazer a melhoria de vida deles. Temos os benefícios sociais do Governo, que são auxílio-maternidade — está funcionando —, nós temos aposentadoria, bolsa-família, bolsa-escola. Isso aí está sendo uma atribuição da FUNAI. Nós temos os nossos colegas que estão atuando na ponta, onde ele tem essa atribuição para estar fazendo esse trabalho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Para mantermos os nossos jovens, crianças e jovens, na aldeia, qual é o programa social que a FUNAI tem?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Certo. No caso lá da nossa região, a gente está sempre procurando nos aproximar dos índios, entrando lá dentro da aldeia, conversando e traçando programas que, de certa forma, envolvem o índio diretamente na aldeia.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Eu queria, assim, que você detalhasse, Cleso — se não tiver, não tem problema; a gente vai procurar encontrar um programa, não é? —, mas, assim, de forma muito clara, se a FUNAI no Tocantins tem um programa social que atenda às crianças e aos jovens. Por exemplo, aqui, pelo o que eu vi, não é sua área, aqui da balsa que eu citei, não é? É da área de Gurupi, é isso?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Isso.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Lá na sua área, o que, vamos falar assim objetivamente, o que nós temos de programas sociais para as crianças e para os jovens?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Para os jovens, nós temos lá uma Escola Agroambiental Catxêkwyj, que é uma escola formada pela união das aldeias Krahô-Kapey, com o apoio da FUNAI, em parceria com a EMBRAPA, que desenvolve projeto de como se desenvolver produção alimentar sustentável, em parceria com esses órgãos. A gente faz isso. Tem também a Escola Kuire, que é uma escola cultural, onde envolve a criança, os jovens junto com os velhos, para poder estar repassando todos os seus conhecimentos tradicionais, ancestrais. Eu costumo dizer que é a sua verdadeira identidade, não é? Vai passando. Nós temos esse programa também. A administração regional de Araguaína também tem um



programa na área de educação, que está debatendo e discutindo de forma a trabalhar a consciência, a questão da utilização, a questão da conseqüência do álcool e da droga dentro e fora da aldeia. A gente também trabalha isso, mostrando e inclusive levando aqueles velhos que já tiveram experiência vivida bebendo álcool, utilizando droga. E ele hoje está mostrando uma nova forma de se viver sem ter que você utilizar droga e bebidas alcoólicas. Com relação à questão de assentamentos também, próximos à terra indígena, existe assentamento próximo a terras indígenas. Na nossa região ali de Itacajá, não tem nenhum, assim, conflito. Eles estão mantendo sempre intercâmbio, eles estão conversando, até porque essas pessoas são da própria região, que são as comunidades tradicionais.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sim, mas existem assentamentos ao lado de área indígena?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Da terra indígena Krahô, existe.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não dá problemas de alcoolismo, problemas...

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Porque em outros Estados, Cleso, quando se tem assentamento ao lado de área indígena, tem dado problema seríssimo. Então aqui, no Estado, não tem esse problema?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - De jeito nenhum. Agora, neste momento, eles estão mobilizados com relação à questão da produção...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não sou nada contra os assentamentos. Acho que, se tivermos o cuidado de fazer em áreas mais distantes, eu acho que vai ser melhor, se a FUNAI tiver essa preocupação, porque no futuro pode ocorrer, como está ocorrendo no Acre, como está ocorrendo no Maranhão. Eu acho que o assentamento ao lado de uma reserva indígena, a FUNAI tem que ter esse cuidado. Até porque é muito problemático, à medida que o tempo passa, o relacionamento, não é, e os problemas sociais, e de costumes também.

O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - Lá em Xerente tem um assentamento ligado a reserva.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E aí, Lázaro, lá, até agora, está tudo bem?



O SR. LÁZARO CALIXTO XERENTE - Não, tudo bem não, porque há um problema de “tiração” de madeira... (*inaudível.*)

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Lá ainda não aconteceu, até porque está havendo uma preocupação, tanto dos indígenas quanto dos posseiros, de eles manterem essa relação para tentar buscar...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Há o problema da poluição dos rios, para os rios, há uma série de problemas, desmatamento...

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Aí já é...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, à medida que a FUNAI tiver essa preocupação com relação ao índio, esse bom relacionamento, de não ter assentamentos ao lado de reserva indígena, eu acredito que vai ser muito bom para a FUNAI e também para o índio.

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Lá na região, por exemplo, do Krahô, não existe ainda uma legislação específica com relação à questão de zoneamento ambiental em torno de terra indígena. Os índios falaram: "*Olha, nós queremos 30 quilômetros*". Outros: "*Queremos 20*". A BR-010, por exemplo, tem região em que ela vai passar a 5 quilômetros. Os índios, num primeiro momento: "*Não, nós queremos isso a 20 quilômetros*". Só que o fluxo foi tão forte que eles já chegaram a plantar soja a questão de 300 metros, 200 metros da terra. Eles vieram com todo o poder do mundo. A gente fez todo o movimento, mas infelizmente não conseguimos. Mas é essa a idéia que nós estamos trabalhando. A proteção no entorno da terra indígena é a nossa idéia. É o pensamento dos povos indígenas, do Governo, com relação a isso.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Com relação à cadeia alimentar, como é que está?

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES - Certo. Exatamente. Esse ano surpreendeu com relação aos outros anos. Hoje, existe a média de 53 aldeias. Essas aldeias, todas elas, fizeram as suas roças, roças tradicionais. Não são aquelas roças grandes.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não teve terceirização de terra em aldeias na sua área?

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES - Não.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Em Mato Grosso, ocorre muito isso. E os índios reclamam muito. E até aqueles que terceirizam para plantar levam até o trator dos índios e não plantam. O pior que ocorre é isso. Então, o dinheiro público mal gasto, e os índios com problemas de alimentação. Não é o caso aqui no nosso Estado, que você está colocando, não é isso?

O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES - Não. Nossa região, não. Tem roças tradicionais todos eles. Esse ano foi um ano diferente. Agora, a gente vai continuar esse trabalho, para poder estar mostrando a importância disso, para poder estar discutindo e debatendo isso internamente, para continuar que seja feito isso. Aproveitando aqui a oportunidade também, Presidente, pedir a intervenção do senhor e de toda a Comissão que está aqui com relação aos problemas apontados pela FUNASA e também pela FUNAI com relação à questão da malha viária interna dentro das terras indígenas. Você sai com um carro zero. Quando ele chega no meio da estrada, ele simplesmente quebra. E a gente tem apelado ao Poder Público de uma forma geral. E, inclusive, quantas e quantas vezes a gente está vindo aqui e conversando: "*Olha, estamos precisando*". Vem as lideranças indígenas e também fazem os seus documentos. A gente está encaminhando. A gente quer a intervenção dos senhores no sentido de poder estar vendo essa situação nossa, que é a melhoria nas estradas. Os índios votam. Para se ter uma idéia, no Município de Itacajá, os índios, por exemplo, têm decisão política no município. Mas, nesse momento, não aparece nenhuma iniciativa para tentar resolver essas questões. E aí é um problema seríssimo que nós estamos enfrentando lá no Apinajé, que é sério. Eu acho que eu respondi. Eu não sei se eu respondi a da Deputada Jusmari. É que nós estamos querendo fazer esse programa, Deputada, para poder estar reunindo todo o mundo, e a gente poder fazer um programa não de curto prazo. Existe aquele de curto prazo, de imediato, mas que seja um programa permanente, junto com todos os setores do Governo.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Cleso, porque que no Tocantins tem 2 distritos da FUNAI, Araguaína e Gurupi, não um só, como na maioria dos Estados? Explica, assim, para eu entender.



O SR. CLESO FERNANDES DE MORAES - É a estrutura da FUNAI. Antes existia a administração central, existia a superintendência regional, que seria Goiânia. Teria São Félix do Araguaia, Araguaína.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Mas não era melhor ter uma estrutura, como tem a FUNASA? FUNASA, em Palmas, com uma estrutura, o coordenador da FUNASA. Aí a gente até fica... Os próprios índios ficam... Uma parte é para Araguaína, outra para Gurupi. Por que não uma só coordenação? Deveria ser uma sugestão que nós poderíamos apontar. E, no Tocantins, tem um coordenador. Poderá ser até você, que é um sujeito de boa índole, preparado. Mas o índio fica confuso, já entre FUNAI e FUNASA dividida em 2. Quer dizer, é em 3 lá. Então, mais confusos eles ficam. Eu tenho a impressão que a máquina burocrática, tendo apenas um coordenador, uma coordenação para o Estado, de ação, de gestão, de fiscalização, de aplicação de recursos, ficaria muito melhor.

O SR. CLESO FERNANDES MORAES – Exatamente. Está prevista uma reestruturação; fala-se numa reestruturação da FUNAI — e reestruturação não só com relação à redução de várias administrações, como também redução de representações locais.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Poderia ter as duas CASAs, em Araguaína e Gurupi, mas com a coordenação na capital, que é que coordenaria todo o Estado.

O SR. CLESO FERNANDES MORAES – E, onde tem área indígena, parece, o único Estado que não tem FUNAI na capital é Tocantins. Existem Estados... Por exemplo, no Pará, existem várias administrações; no Maranhão, existem 3. Mas nas capitais também existem. Então, está-se esperando essa reestruturação, fala-se muito nela. Reestruturar ela de uma forma geral e chamar o concurso público. Nós estamos aí com um efetivo há 21 anos atrás, com o mesmo grupo. Agora, nos últimos 3 anos, foram aproveitadas 70 pessoas; e o nosso orçamento é o mesmo de 10 anos atrás.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Você não têm problema de plantação de maconha em área indígena, não é?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES – Há questão de maconha junto aos timbiras. Os timbiras são os índios de que eu falo; são os craôs, apinajés, cricatis,



canelas, gaviões. São esses grupos. E eles acabam utilizando ela para questões ritualísticas.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Consumo interno. E quando eu digo sobre essa história da droga é porque... Por exemplo, nós detectamos no Maranhão que aqueles plantadores de maconha lá de Pernambuco já estão chegando nas aldeias guajajaras, criando problemas seriíssimos para a Polícia Federal. E, quando a Polícia Federal vai lá e apreende a droga, eles, às vezes, são pegos de surpresa e são até colocados como reféns dos índios, que fazem aquele barulhão. Então, o pessoal da FUNAI no Maranhão... Não é, Cleber? O Deputado Cleber nos relatou isso. O pessoal da Polícia Federal tem dificuldades. Porque o pessoal já está vindo lá de Pernambuco, onde estão plantando até com irrigação. Então, no nosso Estado isso não existe, não é?

O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Nós estamos tentando detectar, devido a algumas informações que nós obtivemos, inclusive do serviço secreto do Governo brasileiro. Nós passamos um período de 30 a 45 dias, tentando detectar, e nós não conseguimos ver plantações.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Tem que ter cuidado, Cleso, porque o Maranhão é aqui ao lado; são nossos vizinhos, somos irmãos. Aliás, temos uma influência muito grande dos maranhenses. Minha mãe mesma é maranhense, e meus avós. Então, o que nos une — já não é nem o que nos separa — é o rio. Então, é bom que a FUNAI tenha cuidado, tenha atenção nesse sentido, para que eles não venham para o Estado com essas ações.

O SR. CLESO FERNANDES MORAES – Certo. Esse é um dos cuidados que nós estamos tendo. Estamos tentando diagnosticar. E, ao mesmo tempo, essa equipe que está atuando dentro das terras indígenas lá está sempre reunindo, esclarecendo, inclusive quanto à responsabilidade que essa pessoa pode ter a partir do momento em que ela pode estar alimentando alguém a exercer essa prática nas terras indígenas.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Porque lá no Maranhão tem os cricatis, e eles pertencem à sua jurisdição em Araguaína. Por que não à jurisdição do Maranhão? Tem uns que são do Maranhão, mas são atendidos pela... Explica pra gente.



O SR. CLESO FERNANDES MORAES - Por uma questão de decisão política e pelo manifesto por parte dos próprios indígenas. Quando eu falo de grupo timbira, eu estou falando de craô, apinajé, cricati, canela, gavião. Então, a idéia desses índios é de eles todos estarem reunidos numa mesma regional, inclusive ter uma FUNAI só para atender a um público específico, etnograficamente específico, um mesmo grupo. Então eles vieram pra cá. Foi no período em que estava também havendo problema com a torre. E tinha um dos colegas dele que também que atuava aqui na região. Aí os índios tiveram problemas com os guajajaras também; eles não combinam muito bem juntos. Eles optaram, então, por Araguaína. É por isso que ele está na nossa jurisdição, como nós temos um grupo aí, do Pará, de carajás, também jurisdicionado a Araguaína, Estado do Pará...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. CLESO FERNANDES MORAES – Cultural, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Concluindo a última fase dos trabalhos desta Comissão em Palmas, passamos a palavra ao representante da FUNASA, João dos Reis Barros.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS - Eu gostaria de fazer só um pequeno comentário aqui a respeito de uma pergunta que já foi feita, e que do meu ponto de vista foi bem trabalhada, que é questão do relacionamento FUNAI/FUNASA. Eu gostaria de fazer aqui o reconhecimento de público do esforço da nossa gestão. E quando eu falo “nossa gestão” não é a do coordenador, é de todos aqueles que têm responsabilidade na condução da Coordenação Regional no Tocantins, da FUNASA, e do esforço de gestão da FUNAI de Araguaína. Inclusive, uma das conversas que está em pauta é nós fazermos um encontro aqui de chefes de pólos de saúde indígena — o pessoal nosso das equipes com o pessoal dos postos da FUNAI que atuam dentro de área. É uma reedição do que a FUNASA fez em 2006 junto com a FUNAI. É tentar ver se a gente consegue fazer com que o nosso pessoal converse. Então, o problema é mais sério do que a vontade dos administradores, dos gestores. Problema de gestão nós não temos, porque temos de entender que a gente tem que caminhar juntos. Agora, tem o problema da cultura institucional. O problema da cultura institucional, que é a defesa de corpo institucional, ela é muito séria e está se internalizado no servidor. É um



entendimento equivocado que a defesa é do corpo da instituição e não do objeto de trabalho da instituição. Então, isso... A gente tem trabalhado isso. Eu quero acreditar que em 2008 a gente avance. Portanto, eu acho que, diferente de outros locais que V.Exas. podem ter constatado, aqui a relação é mais harmônica e tem um entendimento da gestão de que é preciso caminhar juntos. Pelo menos é isso que a gente entende. A FUNASA trabalha com 2 gargalos sérios. O primeiro gargalo diz respeito à questão mesmo da logística, e o segundo, à questão de recursos humanos. A FUNASA sofre um processo de contradição enorme, porque nós temos hoje na folha de pagamento da FUNASA do Tocantins — eu posso falar do Tocantins porque tenho autoridade para falar nacionalmente... Mas a FUNASA detém aqui mais de 1 mil servidores na sua folha do Estado. Ocorre que esses servidores, na sua maioria, estão descentralizados a Estados e municípios. São servidores que também não cumprem o perfil hoje do papel da instituição; e eles são servidores, são trabalhadores do Sistema Único de Saúde; estão trabalhando no controle de endemias, descentralizados a Estados e municípios. Independente disso, a FUNASA não responde mais pelas endemias, não responde mais pela vigilância epidemiológica. No entanto, nós não podemos nos omitir do fato de que nós temos a nossa folha muito grande. Então você fala que não tem gente um órgão de controle: “como você não tem gente se a sua folha é desse tamanho?” Isso é um problema da lotação dos servidores que, na situação anterior, prestavam serviços para a FUNASA. E outra história diz respeito aos trabalhadores que permanecem...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Deixa eu só lhe perguntar. Em todos os municípios, nos 139, tem funcionários da FUNASA?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Em torno de 90% deles. Em torno de 90%, nós temos funcionários da FUNASA cedidos ao município. Em torno de 90%. Não são números precisos, não; mas chegam a próximo disto, 90% dos servidores.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Porque eu achava que a informação que nos chegava era de que a maioria dos funcionários se concentrava em cidades como Porto Nacional, Gurupi, Araguaína, Palmas. Porque àquelas cidades mais distantes eles não queriam ir. Por isso é que eu perguntei. Então é um índice alto — 90%.



O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Nós temos, de fato, concentração, vamos dizer assim, demasiada em determinadas áreas onde funcionavam os antigos distritos, que eram unidades de operação da FUNASA, nas pontas, não é? É o caso de Tocantinópolis, Porto Nacional etc. E temos aqui também em Palmas. Agora, se considerarmos o tamanho dessas cidades, elas estão proporcionais. Vamos dizer assim: a distribuição está proporcional. Ocorre que a força de trabalho efetivo que nós temos... Minha atuação na FUNASA é insuficiente, seja para área-meio, seja para área-fim. E esse segundo gargalo que nós colocamos, que é um problema sério, traz uma relação muito complicada, porque embora nós tenhamos problemas de ausência de profissionais que atuem na ponta, como é o caso da equipe multidisciplinar de saúde indígena, composta de médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, odontólogo, agentes de saúde (AISA e AISAN), embora, nós tenhamos esses profissionais, nossa relação com eles é extremamente precarizada, porque a FUNASA não contrata diretamente esses profissionais. Esses profissionais são contratados por Estados e municípios, que recebem recursos, fundo a fundo. São gerenciados pela FUNASA, mas, na maioria das vezes, não se garantem os direitos mínimos dos trabalhadores deles. É um fato. Nós temos 2 problemas em relação à força de trabalho: a precarização da relação de trabalho e a insuficiência dos trabalhadores. O Deputado também, eu lembro, me fez a pergunta aqui: qual é o suporte técnico, inclusive, que nós temos? Porque a FUNASA é responsável por 2 ações finalísticas, que é o saneamento ambiental e a saúde indígena. Como, por exemplo, na questão do saneamento... Olha, só para nós termos idéia, já respondendo a uma outra pergunta sobre a quantidade de cobertura dessas áreas em que nós temos sistema de tratamento de água, nós temos hoje 110 aldeias sob a nossa jurisdição no Estado. Nós temos hoje sistema de tratamento... sistema de abastecimento, com tratamento simplificado, implantado em 1983. E são mais 10 execuções, o que eleva para 93 aldeias. Portanto, uma cobertura de mais de quase 90%. No entanto, nós temos um problema que remonta a essa discussão feita aqui. Todas essas obras são contratadas diretamente pela FUNASA. Ela licita, contrata e acompanha; faz o projeto e o acompanha. Nós temos hoje, aqui no Estado, de obras tocadas diretamente pela FUNASA, algo em torno de 3 milhões de reais em execução — obras em áreas indígenas. Sobre algumas delas



nós já emitimos ordem de serviço agora, e outras já estão sendo executadas desde o ano passado. Elas perfazem um total em torno de 64 obras tocadas dentro de áreas indígenas e algumas em assentamentos. Isso é o que é executado, tocado, contratado diretamente pela FUNASA. Nós temos hoje 3 engenheiros para fiscalizar todas essas obras. Nós temos hoje um total, entre convênios que estão em execução, ou outros que são passivos e que requerem prestação de conta, acompanhamento de prestação de conta, algo em torno de 400 convênios. Nós temos 3 engenheiros para fazer esse acompanhamento. Pelos órgãos de controle, nós temos que fazer...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Agora, João, você veja bem o desmonte que está a FUNASA. No Acre, 1; Tocantins, com esse volume todo, 3 engenheiros. Não anda, não se vai a lugar nenhum!

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Só para se ter idéia, Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Por mais boa vontade que o coordenador queira, o Presidente da FUNASA, Dr. Danilo, queira, o órgão chegou ao limite máximo ali embaixo. Precisamos reorganizar a FUNASA.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Só para os senhores terem idéia, Sr. Presidente e Sr. Relator, só agora, na demanda de 2007, sem contar 2008, é que nós fechamos o sistema para demandas de convênio com o orçamento 2008 — agora, no dia 30, amanhã. Nós temos, de 2007, 105 convênios em fase de análise; e nós temos, além dessa demanda de fiscalização, de acompanhamento de convênios que estão em execução, nós temos esses em análise agora — e todos eles requerem visita *in loco*. E aí nós temos 2 problemas: o primeiro é o do profissional que vai lá, que é o engenheiro, que precisa de carro para chegar lá na área. Depois, tem o problema da diária do motorista para se chegar lá. Então, de fato, é uma situação que requer... É preciso, sim, repensar bastante esta questão, a questão da força de trabalho. Mas acho que com isso eu consegui responder às 2 perguntas, à questão do sistema de abastecimento de água e... Uma pergunta foi feita em relação ao sistema de vigilância alimentar e nutricional. Nós estamos com ele implantado em 100% das aldeias no Estado. Nós estamos hoje efetivamente



com 100% dele implantado nas aldeias, com capacitação acontecida para as equipes. Hoje nós temos ele implantado em 100% dos pólos-base e bases de apoio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Temos 100% do SISVAN nas aldeias... Com todo o respeito pelos colegas, eu perguntei aos coordenadores do Maranhão, e ele pensou que fosse o Sistema de Vigilância da Amazônia. Não, é alimentação nutricional. “*Não. Não sei o que é isso, não.*” E tinha 5 anos à frente da coordenação. É um desastre! Parabéns.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Obrigado. Nós, a partir do SISVAN, trabalhamos a implantação de 6 projetos e programas. Entre projetos e programas são 6 iniciativas. Primeiro, nós conseguimos fazer a implantação do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, que é uma medida que é controversa — mas alguns estudos afirmam que ela chega a reduzir, com a sua aplicabilidade, o índice de mortalidade infantil até em 20%, como impacto. E essa medida atingiu diretamente 1.330 crianças no seu primeiro trabalho. Nós temos o programa de complemento alimentar, que é um trabalho que é feito em parceria entre a FUNASA e a Secretaria de Cidadania e Justiça, do Estado. Nós temos o programa de complemento alimentar, só lembrando aqui que ele atinge 43 aldeias hoje, com mais de 300 beneficiários. Nós temos o programa de cesta básica, que ele diferencia. O cesta básica para nós é orientado por questões, por leitura epidemiológica. Primeiro, nós descobrimos quais são as famílias que têm casos de crianças com baixo peso para a idade, ou muito baixo peso para a idade, ou então gestantes ou idosos com risco de situação alimentar. Aí a distribuição é feita a partir dos levantamentos que são feitos pelas nossas equipes de saúde dentro da área. Nós temos o projeto de sopa básica, que é um projeto piloto que foi implantado lá na Aldeia São José, um dos focos daquele problema de pico de mortalidade do Apinajé. É uma parceria com a Secretaria de Educação. A idéia foi uma estratégia de não deixar nenhuma criança... Porque é a aldeia mais populosa dentro de Tocantinópolis. Ela tinha em torno de 500 pessoas que habitavam essa aldeia. Mas aconteceu um conflito com brancos, numa determinada área do município, com mortes de brancos. E os índios, com medo de represália, mudaram-se todos para a Aldeia São José. Hoje a população é algo em torno de 1 mil pessoas, em cima de



um banco de areia, como diz a Selestina. Por estudos que foram feitos, tem poucas condições de você ter projeto de saneamento básico com eficiência dentro dessa área, em função do tipo de terreno que se apresenta. Então esse projeto visa atingir crianças abaixo da idade escolar, todas elas usando a cesta básica e a mão-de-obra da Secretaria da Educação. E tem surtido um efeito positivo. Programa de recuperação de desnutrido que é feito na CASAI. São 2 CASAI, a de Araguaína e a de Gurupi, e as nossas equipes foram treinadas para o pós-hospitalar. Depois que a criança é atendida no hospital, ela é encaminhada. Quando ela tem risco de nutrição grave, ela é encaminhada para essas CASAI. Essa outra questão... Porque aqui, no caso, nós dificilmente temos paciente com doenças contagiosas na CASAI. Na verdade, quando ele vem para a CASAI, ele está na convalescença, ele está fazendo, vamos dizer assim...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Não. Normalmente, esse não é o quadro que se verifica aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS - Não. Nós tínhamos um problema gerencial. Há 2 anos atrás nós tivemos de fazer intervenção na CASAI de Araguaína por questão de gerenciamento. Fizemos intervenção na CASAI de Araguaína, e a gente tem conversado muito com a FUNAI no sentido de reduzir uma demanda excessiva, principalmente no que diz respeito a acompanhante. Temos conversado muito dentro das aldeias e temos conseguido equilibrar isso. Recentemente, inauguramos uma casa nova em Araguaína, uma sede própria, e conseguimos, através de uma intervenção feita em 2007, início de 2007, equilibrar a questão da salubridade, vamos dizer assim, do espaço da Casa da Saúde do Índio, em Araguaína. Em Gurupi já é uma sede que havia sido inaugurada em 2005. Portanto, esse problema, não é um problema entre a gente. Tem problemas quando são pontuados, denunciados; a gente vai em cima e corrige. E temos um programa piloto recentemente, o programa de suplementação de ferro e ácido fólico, que é um programa novo do Ministério da Saúde e teve como piloto o DISSEI/Tocantins, que foi muito bem aceito e que abrange crianças de 6 a 18 meses e gestantes a partir da



20ª semana. Está implantado nas aldeias de Santa Cruz, Krahô, Pedra Branca, Cachoeira, Rio Vermelho e Serra Grande.

Quanto à questão do SISVAN, é essa a resposta nossa.

Sobre a questão da mortalidade infantil. Pactuamos uma redução de 30%. Foi pactuada uma redução de 30%, e conseguimos reduzir, do ano crítico para este último ano, 66,5% de mortalidade infantil. Hoje é de 40%... 40%, não; a taxa de mortalidade é que é de 40 por grupo de 1.000.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – De matemática de cabeça sou ruim. Sobre a questão da cesta alimentar. Sobre a CASAI, a gente fez o esclarecimento. Gostaria de fazer um comentário breve a respeito da questão das ONGs. Aqui temos 2 ONGs: a Rondon-Brasil e o CONJABA — Conselho Javaé da Ilha do Bananal.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E com essa CTI, João, você tem?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS - Não temos convênio com ela.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não tem convênio?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS - Não, não temos convênio.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É por que não tem recurso público?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Nosso, da FUNASA, não. No Estado do Tocantins, não. A Rondon-Brasil tem um convênio conosco, da ordem de 2 milhões e 40 mil reais, que visa fazer ações complementares na área de atenção da saúde indígena. Ela ajuda a gente, principalmente, nos insumos e pessoal.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Quem são os dirigentes dessa ONG?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Eu chego lá agorinha, Deputado. Nós, principalmente... É CASAI de Araguaína, CASAI de Gurupi e os pólos base. Base de apoio de Lagoa da Confusão, Itacajá, Goiatins, Tocantinópolis, Santa Fé e Tocantínia. Agora, recentemente, foi acertado com Tocantínia. Tivemos experiência, vamos dizer assim, não muito positiva com outras entidades, outras ONGs. Foram encerrados os convênios que não deram muito certo. Quando nós tivemos — e aí vai-se chegar à história dos dirigentes —, quando nós chegamos...



quando tivemos, no ano de 2006, que encerrar contratos com algumas conveniadas, nós chegamos a avaliar a nossa incapacidade de operar todas as ações sem uma parceria. E aí, nesse instante, o então Diretor-Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena, Dr. Ednaldo Santos, mais a minha pessoa como Coordenador, nós fomos a Brasília para investigar a situação das entidades que tinham parceria com a FUNASA. Nós fomos para dentro do sistema de convênio, da coordenação geral de convênios, puxar a vida dessas entidades, saber como que era a prestação de contas etc. Fomos para dentro da auditoria interna para saber como é que era a gestão dessas entidades e fomos para dentro do DSAI para saber qual era a história dessas entidades. Nos foram colocados 3 nomes de entidades na época, uma delas sendo a Rondon... a Associação Rondonista, lá de Santa Catarina. Eu não tenho relacionamento com os dirigentes. E eu não dou conta de precisar os nomes.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Você poderia nos encaminhar para Brasília os nomes desses dirigentes das 2 ONGs, tá?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Agora, eu sei que você não está aí com os dados. Mas até terça-feira o senhor nos encaminha.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – É. O que ocorre é que nós chegamos à conclusão de que a melhor entidade que poderia, que tinha um histórico, tem um histórico — tinha até aquele instante um histórico de seriedade na condução dos convênios; porque nós chegamos a esse funil — é essa entidade, que é a Rondon. O resultado da gestão dela foi o maior controle primário das nossas ações, principalmente dos gastos, e uma maior transparência na prestação de contas. Isso resultou num fenômeno interessante, verificado em 2006. Em todos os anos anteriores era necessário pedir suplementação de recursos para se poder dar conta de terminar aquele ano-exercício. Esse foi o primeiro ano que nós vimos sobrar dinheiro. E a “resolutividade” de nossas ações subiu, enquanto o custo desceu das ações. Só um fato desse resultado, dessas investigações, dessa parceria... Essa entidade... Nós fizemos questão, na última vinda dela aqui, de convidar a CGU, a Controladoria-Geral da União, para que ela prestasse conta do seu... expusesse o seu mecanismo de prestação de contas, juntamente com os gerentes de área da FUNASA. E foi bastante elogiado o fato, a forma com que ela



trata a questão do controle. E com isso, falando isso, eu gostaria de deixar bem claro que nós, mesmo entendendo que a responsabilidade do gestor é de ter olhos de águia na questão do controle do recurso público, ele tem que escolher bem as suas parcerias. E isso não quer dizer, de maneira nenhuma, que nós optamos por esse modelo de gestão. Nós compartilhamos com a idéia de que é necessário reestruturar a FUNASA, para que ela conduza diretamente as suas ações. A reestruturação da FUNASA é a proposta que se tem. E o mínimo que nós estamos fazendo enquanto gestão é ter cuidado com as parcerias que a gente está tendo. É essa a leitura que a gente faz. Inclusive, nós acertamos aqui com a Rondon, que é a nossa parceira aqui do Estado, que nós não aceitávamos, de maneira nenhuma, intromissão na gestão da saúde indígena. Nós aceitamos a complementaridade.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Hein, João? A Rondon atua no Tocantins, em Santa Catarina, e mais onde?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Ela atua no DSEI, litoral sul.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Pois é.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Litoral sul.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Virou franquia também.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – É... Independente dessa leitura, foi o melhor que nós pudemos fazer. Eu, particularmente, Sr. Relator, discordo dessas alternativas. Mas, dentre as alternativas que nós tínhamos, ela foi a única que nós encontramos que tem tocado com a seriedade que a gente espera; pelo menos nós não temos nos furtado aqui da nossa obrigação de fiscalizar.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Sabe por que, João? Só para lhe falar: quando eu imagino que a ONG é alguma coisa ligada ali, àquele Estado, àquele gente, a ideologia... Quando ela vira franquia, como é a Rondon-Brasil, a Missão Caiuá e tantas outras por aí, elas deixam de ter aquele princípio do que seja uma ONG. Você concorda?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Deputado, com todo o respeito...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Por exemplo, sair de Santa Catarina pra vir aqui ao Estado, o que tem a ver? É claro que não estou aqui



colocando vocês, em nenhum momento... Mas o que tem a ver a Rondon-Brasil, lá de Santa Catarina, aqui com Tocantins?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Com todo o respeito, Deputado, a minha posição, enquanto servidor da Casa, como cidadão, é de que o Estado tem que se reestruturar para assumir inteiramente a responsabilidade da política pública — ponto. Agora, eu tenho uma outra leitura que se proliferou bastante — e nisso eu fui muito claro dentro do Conselho Distrital de Saúde Indígena, que aqui tem 2 membros; tem mais de 2 membros aqui, 3 membros aqui, que são do Conselho Distrital de Saúde Indígena. E eu coloquei o seguinte: a idéia de autogestão da saúde. Os índios poderiam fazer uma entidade aqui para poder gerir. Foi um bombom envenenado? uma balinha envenenada? E por que uma balinha envenenada? Porque venderam a facilidade de receber o dinheiro, mas não prepararam essa força de trabalho para a gestão do recurso público, que tem dinâmica própria, tem todo um cuidado; e porque aquelas lideranças não foram preparadas. Ocorreu isso com a AIX — Associação Indígena Xerente, que tinha um convênio conosco aqui e está hoje enrolada todinha, nos cabelos das pernas, porque não consegue prestar conta das suas ações ali, não porque as pessoas são desonestas no conduzir, mas porque eles não estavam devidamente preparados.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Mas se vocês levassem a condução e o controle em cima deles aqui... Porque eu estou entendendo que essa ONG, que veio para cá de Santa Catarina, vocês têm controle sobre ela. Eu estou entendendo que você está colocando isso porque nos outros Estados não tem. Eles são livres, leves e soltos. Eu estou acreditando porque eu acredito no que você está dizendo e na doutora. Então, esse mesmo controle não poderia se ter com uma ONG daqui do Estado?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Não, porque o controle é diferente, Deputado. O controle que nós temos é sobre as ações. Agora, capacidade de realizar é outra história. Essa entidade, por exemplo, a que nós estamos nos referindo, ela tem capacidade, ela tem os mecanismos da administração.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – O que é tão difícil que eles dão conta e os daqui não dão?



O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Especialização e administração pública.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Mas não se poderia orientar as ONGs daqui, treiná-las e orientá-las, e fazer com que é nosso?

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS – Eu imagino que esse seria um caminho a ser seguido — sabe? Mas eu ainda acho que nós não poderíamos botar o carro à frente dos bois. Primeiro, deveríamos capacitar esse pessoal, dotar ele de uma estrutura necessária para que eles conduzissem, gerissem os recursos públicos com o cuidado que é necessário, para então estarem aptos a poder fazer essa gestão. Da forma como foi colocada ficou muito difícil; e as lideranças mesmo, que se colocaram nesse processo, se viram numa situação difícil, inclusive comprometendo a seriedade, não é?

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES – Na verdade, João, eu estou colocando assim porque eu sou radicalmente contra as ONGs. Estou dizendo num tapa-buraco, numa operação aí improvisada, porque eu já sou contra ONGs, ainda mais de ONG que virou franquias. Aí já começa a desordem com o dinheiro público — sabe? E com o Poder Público enfraquecido, como está a FUNASA e a FUNAI, eles aproveitam. Daquela forma voraz, eles vão em cima. Fragilizada, precisando, a opinião pública cobrando prestação de serviço da FUNASA... Não há concurso público, como nós dissemos aqui, há 20 anos. Há 3 engenheiros para cuidarem do que não dão conta. Você correndo com sua boa vontade, mas a coisa não anda. E as ONGs proliferando neste País. Tem ONG séria. Realmente tem, viu? E as sérias não fazem isso. Elas, as ONGs sérias, não viram franquias, não. Se você pegar CIMI, CPT, vê que é outro padrão de ONG. Então a preocupação, João. Nós temos você como tocantinense de valor, como o Cleso. E nós temos que contribuir muito para o fortalecimento das instituições públicas. É nisso que nós temos que trabalhar, é nesse sentido. Você já imaginou se a Polícia Federal fosse terceirizada? Vê se eles terceirizam? Não, nem ação nem responsabilidade. Assim também são os órgãos, as instituições, como FUNASA, como FUNAI, enfim, como todos os órgãos que merecem esse fortalecimento. E nós vamos ajudar vocês nesse sentido.

O SR. JOÃO DOS REIS RIBEIRO BARROS - Nós temos um ponto comum nessa história aqui. Nós também somos radicalmente contra a terceirização do que



é obrigação do Estado. Para nós, saúde, educação, as políticas públicas são obrigação do Estado. Então, nós só gostaríamos de deixar claro que a única preocupação, quanto a gestão, neste momento, está em 2 aspectos: primeiro, ter a eficiência na gestão do recurso, compreendendo o controle e a economicidade desse recurso; segundo, a eficácia que traga resultado à presente “resolutividade”. Porque não adianta a gente esperar; se a gente não der conta de fazer chegar a ação lá na aldeia, aí complica o meio de campo. Então, a única preocupação que nós tivemos, entendendo o caos, vamos dizer assim, do ponto de vista das possibilidades, a nossa preocupação foi essa. Outra pergunta que foi feita, por fim, é sobre esse percentual de aldeia tratada, o *kit* sanitário, que me foi perguntado. Nós definimos como estratégia dentro do Conselho Distrital de Saúde Indígena que nós trabalharíamos os investimentos prioritariamente para o abastecimento de água. Depois de atendida, vamos dizer, essa demanda, nós passaríamos a priorizar, depois da entrada da água, priorizar a saída; depois, a saída da água, que são os investimentos do esgotamento sanitário, seja por *kit* sanitário, seja por outra alternativa que carece de estudo apropriado, como é o caso de áreas que têm um impacto ambiental se não for pensado o tipo de projeto que é apropriado, como é o caso da Aldeia São José, como é o caso da Mata Alagada, a terra da Mata Alagada, que é lá do povo kraô/canela, terra em que, se você apresentar esses projetos convencionais, eles vão impactar negativamente no meio ambiente. Então, a nossa primeira preocupação é oferecer água tratada. Essa é a primeira etapa de investimentos que nós estamos fazendo. Poderei precisar, se a Comissão assim o desejar, com o relatório contendo todos os investimentos feitos em banheiros. Teve problemas, equívocos sérios no início dos investimentos para banheiros, principalmente na área kraô. Porque foram feitos convênios com municípios; e, aí, esses convênios com município não precisaram da capacidade de diálogo com a comunidade. E o que ocorreu? Algumas dessas unidades que foram trabalhadas dentro de aldeia fizeram aleatoriamente, chegaram lá e cavaram o local ali da fossa séptica, do sumidouro, do banheiro, sem conversar com a comunidade. O fato é que essa comunidade, os kraô, principalmente, tem o hábito da casa do genro. O genro... A casa do genro é construída aqui ao lado da casa do sogro. E, aí, é um hábito deles. Casam, moram com o sogro, depois, mudam pra casa, de um jeito que



eles continuam com a obrigação. E os caras vieram e construíram bem em cima da casa do genro. Então isso foi objeto de crítica. Além de obras inacabadas; porque nós temos várias TCEs (Tomadas de Contas Especiais) abertas contra as empresas, contra as prefeituras que fizeram, firmaram convênio em área indígena e não conseguiram concluir. Nós temos hoje várias tomadas de conta em andamento, para poder responsabilizar quem de direito que não conseguiu gerir esse recurso. Sobre a questão da quantidade de agentes de AIS e AISAN. Nós temos hoje 97 agentes indígenas de saúde, todos indígenas, contratados para as 110 aldeias que nós temos no Estado. São 13 que estão lotados lá no pólo-base do Javaé; são 27 no Kraô; são 3 no Karajá/Xambioá; são 21 no Apinajé; e são 33 aqui em Tocantínia; totalizando 97 agentes de saúde indígena. Temos agentes indígenas de saneamento: 8 em Formoso; 14 em Itacajá; 4 em Karajá/Xambioá; 7 no Apinajé; e 36 em Tocantínia, do Xerentes, que somam o total de 69 agentes indígenas de saneamento no Estado. Eu gostaria só, por fim, só para finalizar, fazer um comentário aqui a respeito de um comentário, de uma pergunta feita pela Deputada Jusmari Oliveira. S.Exa. pergunta, S.Exa. faz um comentário de que a gente tem que ir além da obrigação do cargo de gestor. Ora, a gente não pode responder pelo compromisso dos outros. A gente sabe que existem problemas macro, de gestão, e que dificilmente nós teremos, vamos dizer, governabilidade sobre ele, a não ser que aconteça um fato relevante localmente, para que, nacionalmente, isso mude o caminho das águas, vamos dizer assim. Tem que precisar a gestão da FUNASA/Tocantins, de todos os gerentes, dos recursos humanos, da saúde indígena, do saneamento ambiental, da administração. E a dedicação desses profissionais, que são todos eles servidores da casa. Garanto-lhe, Deputada, que nenhum deles está fazendo jornada inferior a 15 horas de trabalho — nenhum deles. Eu gostaria, inclusive, de fazer este reconhecimento aqui, frente à Comissão, e o agradecimento aqui pelas angústias divididas pela gestão. A gente sabe que isso não é nada mais do que... Não é só a obrigação de justificar a folha de pagamento, o salário, o contracheque no final de mês, mas é, sobretudo, o compromisso que você firma frente a uma missão. A nossa missão. A maioria dos que estão hoje na gerência com a gente são oriundos de movimentos sociais; vieram do movimento estudantil, vieram de movimento sindical, vieram de outras linhas de intervenção, e



acharam na saúde indígena, no saneamento, uma forma de estender as suas lutas. E estão todos empenhados nesse sentido. Eu agradeço o espaço desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) – Nós, antes de passarmos a palavra ao ilustre Relator para suas considerações finais, só a título de informação, com relação às ONGs que prestam serviço à saúde indígena no Brasil... O Dr. Lucas Furtado é o chefe da equipe de procuradores junto ao Tribunal de Contas da União. O Dr. Lucas Furtado, Relator, no dia 9 de março, deu uma entrevista ao jornal *O Globo*, onde ele diz: *“Se uma única das trintas e poucas — parece que são 34 — ONGs que prestam serviço à saúde indígena tivesse aplicado corretamente o dinheiro público, seria o caso de encaminhar o nome dessa ONG para o Vaticano para canonizá-la”*. Portanto, a questão é gravíssima, sim.

Passo a palavra, então, ao Deputado Vicentinho, para que S.Exa., na condição de Relator-Geral desta Comissão faça as considerações e observações que julgar necessárias.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, desejo apenas agradecer ao Coordenador da FUNAI, ao Coordenador da FUNASA, aos assessores, às lideranças indígenas que vieram contribuir com esta CPI.

Esta CPI, como eu disse, não é uma CPI do barulho. Não é essa a nossa intenção. Repito, acordamos hoje às 6h da manhã, para estarmos às 7h no aeroporto, para decolar às 7h30min. Ou seja, foram 12 horas produzindo-se de forma contínua, no sentido de efetivamente podermos dar aquela contribuição, detectando problemas, deficiências.

Chegamos à conclusão, como disse o Deputado Brandão, o Deputado Cleber, o Deputado Edio, de que o problema é um só no Brasil. Num parâmetro maior, noutro menor, é generalizado. Nós precisamos fortalecer as nossas instituições, a FUNASA, a FUNAI. Precisamos fortalecer os conselhos, os líderes. O colega Fabion até falou: *“Olhe, devia trazer aqui 12 lideranças indígenas, 20 lideranças”*. Não é preciso, Deputado Fabion, porque já estamos andando. Por amostragem, já se vê que o problema é quase que padrão. Fico satisfeito de saber...

(Não identificado) - Deputado, me permita. Ele até falou assim: *“Poderia trazer os caciques”*.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - É.



(Não identificado) - Mas eu ia perguntar para ele se, na questão da saúde, é convidado o Governador e o Secretário da Saúde. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Exato. Então, os conselhos estão bem representados, a FUNAI, a FUNASA... Deputada Jusmari, a sua preocupação é válida. E aqui no Tocantins ela está bem assim... Eles pontuam a mais, eles fazem a mais. Eu tenho acompanhado isso, o João, os funcionários. Não é fácil tocar esse mundo de recursos, de convênios, com 3 engenheiros. Então, é complicado. É complicado tanto na área indígena quanto na área dos municípios — a FUNASA atua em convênios com municípios.

Vamos ter um jantar às 20h30min. Queremos convidar os senhores, a doutora, porque também ninguém é de ferro, temos que, pelo menos, jantar com mais tranquilidade, porque o almoço foi corrido.

Quero agradecer ao Presidente Fabion, aos servidores da Casa, à imprensa, a todos os senhores que até esta hora aqui nos apóiam. Agradeço à Polícia Federal, que nos tem dado um apoio desde a nossa chegada. Agradeço também aos colegas Deputados Federais, que deixaram seus Estados, em plena campanha eleitoral nos municípios, para aqui nos prestigiar. Esta reunião contou com a presença da Deputada Jusmari, do Deputado Brandão, do Deputado Cleber Verde, do Deputado Edio, do Deputado Madeira e do nosso Presidente, que teve que se ausentar, o Deputado Vital do Rêgo. Abridhantaram, engrandeceram este evento e nos deram a alegria da presença. São Parlamentares muito atuantes no Congresso Nacional.

Quero crer em Deus que... Nós já estamos chegando no final da CPI. Espero aquela contribuição da senhora, doutora, e nós vamos procurar nos esforçar ao máximo para fazer um relatório efetivamente em tempo real, ali, considerando o que nós vimos e ouvimos pelo Brasil afora. Vamos apontar... procurar pelo menos dar aquela contribuição. Vamos acompanhar esse relatório, porque ele vai ao Ministério Público, ele vai às Comissões Permanentes, e a Casa... Todo o relatório de CPI, todos sabem, ele é acompanhado periodicamente, não é isso, Dr. Manoel Alvim? E nós vamos acompanhar.

Vamos procurar fortalecer as instituições, porque nós não podemos ter um País com as instituições fracas. A Polícia Federal é respeitada porque é uma instituição forte. Se eles fossem fracos, eles não seriam respeitados. Então,



precisamos que a FUNAI e a FUNASA sejam respeitadas, sejam fortes. É nessa linha propositiva que nós apresentaremos o nosso relatório, espero, até o dia 10.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Nós queremos, em nome da Câmara dos Deputados, agradecer de forma especial a contribuição que todos os participantes desta audiência pública deram para os trabalhos desta Comissão.

Queremos agradecer ao Presidente do Poder Legislativo, aos Deputados, ao corpo de servidores desta Casa e dizer que a Câmara dos Deputados, hoje, cumpre uma das suas mais nobres missões, que é a de buscar nos mais distantes pontos deste País a realidade nua e crua, sem nenhuma maquiagem, sem nenhum tratamento especial de “Photoshop” para enfeitar as coisas. E isso praticamente com todos os defeitos que nos atribuem, tanto os verdadeiros como os tão distantes da verdade. Esta é uma condição única do Poder Legislativo, é o Poder que sai da sua Casa. Saímos dos nossos gabinetes e vamos aos mais distantes rincões deste País.

Há 10 dias estávamos lá em Cruzeiro do Sul, na fronteira do Brasil com a Colômbia; em Imperatriz; hoje estamos aqui. Talvez não nesta Comissão, mas em tantas outras que aí estão e que hão de vir estaremos nós certamente, o Deputado Vicentinho e todos nós, em outros lugares, cumprindo outras missões.

Em nome da Câmara dos Deputados, que aqui representamos, queremos agradecer a todos e dizer especialmente à FUNAI e à FUNASA que nós não podemos pensar em um Estado que não cumpra as missões que são próprias de Estado — saúde, segurança. Não podemos delegá-las. Nós precisamos remontar este Estado, porque, desde Fernando Collor, há 20 anos, se fez um desmonte criminoso de algumas instituições neste País. Foi assim na Receita Federal; foi assim na Polícia Federal, que depois se reorganizou, mas outras instituições não tiveram a mesma sorte, como é o caso da FUNAI, da FUNASA e tantas outras neste País. Portanto, a esta Comissão também compete, sim, levar essa preocupação no seu relatório.

Temos a certeza de que aqui colhemos importantes subsídios, sobretudo da fala dos nossos líderes indígenas, que, na sua forma de ser, na sua forma tão pura de expressar a verdade, certamente deram a maior contribuição que daqui levaremos.



Portanto, senhores líderes indígenas, voltem às suas aldeias, ao seio e à guarida das suas comunidades levando esse sentimento desta Comissão, esse sentimento que tem aqui a maior expressão na pessoa do Deputado Vicentinho Alves, que, como disse no início, é um representante expressivo. O povo do Tocantins certamente se orgulha de tê-lo como Deputado Federal.

A todos nosso muito obrigado.

Agradeço a presença de todos

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a oitiva de testemunhas, bem como a presente reunião.